



OS ESPAÇOS DE PRÁTICAS ESPORTIVAS UTILIZADOS PELOS ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DE ITAJAÍ NA MICRORREGIÃO DO VALE DE ITAJAÍ

Adriane Pereira, Kleicer Cardoso Rocha.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Geografia - Geografia Humana

A apropriação da cidade, de seus espaços e equipamentos públicos, constitui-se como um elemento fundamental da condição da juventude na contemporaneidade. Cabe ao poder público por meio de políticas públicas oportunizar à Juventude espaço para a prática esportiva, tão essencial para os mesmos. No entanto, a realidade dos municípios da Microrregião do Vale de Itajaí não é diferente da apresentada no Brasil, quanto à oferta desses espaços, daí a necessidade da efetivação do Estatuto da Juventude, do direito ao território. Neste contexto, sendo o espaço urbano uma das temáticas trabalhadas dentro da disciplina de Geografia, buscamos com o presente trabalho espacializar a ocupação da cidade pela juventude da comunidade escolar do CAU - Itajaí, tendo como objetivo a criação de dados para a reflexão dos estudantes sobre a temática a partir das suas realidades e vivências no espaço urbano, principalmente relacionado às práticas esportivas. Por meio dessa pesquisa podemos observar que "[...]o jovem vem respondendo às mudanças culturais do seu cotidiano e estabelecendo novas relações com suas atividades diárias, inclusive com o Esporte." (SANTOS, 2010, p. 21). Por isso, o Estado deve sempre ter meios de incentivo ao esporte, pois é dever do Estado "garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre" (Art. 3º V - LEI Nº 12.852/13). O desenvolvimento metodológico se deu com aplicação de questionário semiestruturado e pesquisa bibliográfica sobre a temática das Juventudes, e seus direitos à cidade, com base nos autores/as ALMEIDA (2013), SANTOS (2010), GÁSPARI, SCHWARTZ (2001) e no Estatuto da Juventude (2013). Assim, procurou-se com o presente trabalho, a partir dos dados coletados e do mapeamento dos espaços públicos para prática esportiva uma reflexão sobre as juventudes e a cidade nos dias atuais. Com os resultados obtidos nessa pesquisa foi possível analisar a disponibilidade de espaços para prática esportiva, a relação dos jovens com o esporte e o conhecimento por parte dos jovens sobre o Estatuto da Juventude. Quanto à disponibilização de espaços para prática esportiva, Itajaí e Balneário Camboriú foram analisadas, entre as duas cidades, Itajaí se destaca, oferecendo cerca de 45 espaços públicos. Porém, somente 27% dos estudantes usufruem desses espaços. Já quanto à relação dos jovens com o esporte, 83% dos participantes afirmaram praticar esportes e cerca de 50% praticam em boa frequência (mais de três vezes na semana). Já os esportes/atividades físicas mais praticados são musculação, vôlei e futebol. No entanto, quando perguntado sobre o Estatuto da Juventude, apenas 10% dos participantes afirmaram conhecê-lo, e um número inferior soube citar algo sobre. Algumas das respostas foram sobre o direito à saúde, educação, cultura e espaços públicos. Por último, foi perguntado sobre Olincau (Olimpíadas do Colégio de Aplicação da UNIVALI), na qual 75% dos estudantes disseram que irão participar dos jogos.

Palavras-chave: Direito à cidade, Juventudes, Microrregião do Vale de Itajaí, Estatuto da Juventude..
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM / CNPq / UNIVALI



ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO E A MATURIDADE DIGITAL

Adroaldo Dias da Silva, Isadora Mara da Silva, Carlos Marcelo Ardigo.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Administração - Administração de Empresas

O presente artigo teve como objetivo analisar a orientação para o mercado (OPM) e a maturidade digital (MTD) em um hotel categorizado como resort. Tem seu delineamento caracterizado como de abordagem qualitativa e objetivo exploratório e descritivo, com procedimentos bibliográfico e de estudo de caso, neste último, pautando-se em entrevista estruturada e análise de documentos. Na etapa bibliográfica procurou contribuir com reflexões no sentido de compreender a potencial relação entre estes dois construtos para, posteriormente, a partir dos dados coletados em um empreendimento hoteleiro, relacionar os achados da literatura com o campo. A OPM foi avaliada por meio da escala MARKOR, enquanto para a MTD com o modelo proposto pelo Instituto da Transformação Digital (ITD), em parceria com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH). Aplicado o levantamento de dados com o apoio das escalas, no que compete a orientação para o mercado, os resultados levantados junto aos gestores apontaram o alcance de 74 pontos (de 100 pontos totais), o que significa um grau de OPM apenas moderado. Apesar da proximidade dos resultados entre as dimensões da OPM, as dimensões disseminação da inteligência e responsividade foram as mais distantes do ponto considerado como ideal. Mesmo que identificado como moderado, acredita-se com base nas evidências complementares levantadas, que este resultado pode não refletir a real situação da OPM, pois paralelo a autoavaliação dos gestores, a entrevista e o levantamento documental possibilitaram aprofundamento, indicando que determinadas situações estão ainda aquém da situação teórica ideal, ou ainda, da indicação dos gestores. Já os achados da MTD, que atingiu 46 pontos (de 100 pontos totais), é classificado como de nível iniciante. Esse resultado é proveniente principalmente das baixas avaliações nas dimensões presença digital e ferramentas de inteligência digital. Contudo, assim como na OPM, evidências complementares também foram consideradas no aprofundamento do estudo. Identificou-se que na dimensão comunicação, que alcançou 100% conforme resposta dos gestores, há discrepância no comparativo com os testes das ferramentas de comunicação. Permanecer na rede é uma maneira de a empresa desempenhar uma ligação estreita com seu cliente, recebendo propostas, queixas e gerando canal de diálogo, o que não foi plenamente identificado. Por fim, ao avaliar tanto a OPM quanto a MTD, observou-se que estas, se estiverem em graus mais avançados, poderiam resultar em maior eficácia organizacional. Além disso, é possível observar que as dimensões que formam tanto a OPM quanto a MTD, se cruzam em algum momento, já que quando utilizadas ferramentas de comunicação ou o monitoramento das tendências e da concorrência, está se demandando inteligência de mercado, o que possibilitaria respostas rápidas para o cliente, podendo disseminar os produtos, serviços e informação internamente e externamente, além de manter uma maior presença digital de forma mais ampla, ainda gerando oportunidade de captar informações e criar novos negócios. Em resumo, um dos caminhos para a OPM competitiva é a tecnologia. Empresas que utilizam as tecnologias estão expostas a transformações rápidas capazes de conseguir uma prerrogativa competitiva através da inovação tecnológica. Percebeu-se assim que a OPM, componente fundamental desta pesquisa, está alinhada teoricamente com as dimensões da MTD em um grau menor ou maior, com objetivos similares, que instigam que a geração de valor para o consumidor está na edificação de capacidades competitivas e tecnológicas. Para novos estudos sugere-se ampliar a base de análise, incluindo outras empresas e diferentes setores. Sugere-se também entender qual o papel das pessoas neste processo, como se relacionam e interferem com o mercado e com as tecnologias, bem como direcionar para uma maior compreensão da maturidade do marketing digital.

Palavras-chave: Orientação para o Mercado; Maturidade Digital; Hotelaria.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



OS APÁTRIDAS SÍRIOS E A SUA NATURALIZAÇÃO NO BRASIL: QUAIS AS MUDANÇAS APRESENTADAS PELA LEI 13.445 DE 2017.

Alecsandra Regina Souza Duarte, Natália Sandri Junkes, Saniley Barbato, José Everton da Silva.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

A nacionalidade salienta o vínculo legal entre o indivíduo e o país a qual pertence. O direito a nacionalidade encontra-se tipificado no artigo 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ao qual dispõe que “todos possuem direito a uma nacionalidade”. Vê-se no cenário atual que os países, inclusive o Brasil, país alvo de estudo no presente, buscam garantir o direito a nacionalidade, com instituições de leis e diretrizes para se fazer valer o direito supracitado. Entretanto, a tipicidade do direito, de maneira isolada, não garante a efetivação dele. Nesse viés, nota-se que muitos vivem na condição de apátridas, ou seja, sem sua nacionalidade determinada. Nesse passo, esses indivíduos vivem a margem da sociedade e, por consequência, não conseguem acesso aos direitos fundamentais, como saúde e educação. Os Sírios, população a qual sofre a maior crise de deslocamento forçado no mundo, devido à violência, a pobreza e as guerras civis em seu país. Nesse contexto, os emigrantes chegam ao Brasil e, além dos traumas causados pelas guerras, encontram dificuldades para estruturar uma vida nova, uma vez que sem a determinação de sua nacionalidade, não possuem liberdade para usufruir dos direitos mínimos para a vida em sociedade. Nesse sentido, o problema de pesquisa se consiste em entender qual o posicionamento jurídico brasileiro em relação à naturalização dos apátridas e esse posicionamento logra êxito em promover o direito à naturalidade. O presente trabalho possui por objetivo dissertar sobre as migrações dos apátridas e compreender o posicionamento jurídico da legislação brasileira face intuito de assegurar a naturalização dos apátridas. Para tanto, foi realizada através do método dedutivo, a qual, por intermédio de levantamento bibliográfico e documental, estudaram-se os dados históricos dos apátridas e o ordenamento jurídico que tutelo o direito à nacionalidade e o reconhecimento dos apátridas no Brasil. Com base nos estudos realizados foi possível analisar o avanço na garantia dos direitos dos emigrantes. Principalmente no âmbito dos apátridas, visto que a Lei 13.445/17 prevê que à pessoa que requer sua condição de apátrida, tenha o direito de residir no Brasil até a obtenção da resposta ao seu pedido. Todavia, verifica-se que o ordenamento jurídico brasileiro ainda apresenta lacunas, notadamente no que diz respeito ao processo administrativo, já que a nova lei não apresenta o órgão competente para apreciar as solicitações dos apátridas. Dessa forma, aponta-se a necessidade de uma maior atenção as legislações brasileiras, considerando que muitas pessoas ainda são afetadas. Destaca-se que a ausência de nacionalidade impede que essas pessoas desfrutem de direitos básicos, estabelecidos na Constituição, como educação e saúde.

Palavras-chave: Apátridas, Sírios, Brasil. .

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



IMPLICAÇÕES DA IDEIA DE ETICIDADE NA POLÍTICA JURÍDICA E A RELAÇÃO ENTRE RECONHECIMENTO E ETICIDADE NA FILOSOFIA DO DIREITO EM HEGEL

Ana Carolina Bento Correa, Tarcisio Vilton Meneghetti.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Teoria do Direito

O presente resumo tem como objetivo abordar a importância das implicações da ideia de eticidade na política jurídica, agregado a relação entre o reconhecimento e a eticidade na filosofia do direito, conforme Hegel. A pesquisa parte da análise de que em uma época de intensa globalização, na qual cada vez mais estilos diferentes de vida, concepções distintas de sociedade, direito, religião, costumes em geral entram em comunicação, às vezes dialógica, mas também por vezes conflitiva, a ideia de alteridade, de ir ao mundo do outro, é essencial para se construir princípios e diretrizes jurídicas que possibilitem a integração entre diferentes ordenamentos e concepções jurídicas. O método utilizado é o dedutivo, por meio de pesquisa bibliográfica. Após sancionado em 2002, o Código Civil atual do Brasil passou a ter três novos princípios, que visavam se destacar e serem contemporâneos em comparação ao antecessor de 1916. Sendo a base do novo Código, os princípios foram denominados "eticidade, socialidade e operabilidade". Em relação a ideia de eticidade, é possível fazer uma conexão com o pensamento Hegeliano. Pode-se dizer que numa abordagem hegeliana o Direito surge como fenomenologia porque é emanado pelos costumes e valores reconhecidos por determinada Sociedade. As normas e instituições jurídicas não são regras absolutas, mas resultados do percurso histórico. O movimento de negação das regras e instituições, entretanto, permitirá visualizar a Ideia que as faz movimentar, ou seja, a própria lógica jurídica que subsistiria subterraneamente ao movimento concreto do Direito. Durante a pesquisa verifica-se que para Hegel as instituições tanto jurídicas como políticas surgem de relações dialéticas através do reconhecimento entre indivíduos, pois assim é realizado relações que ajudam nas relações em geral, gerando, portanto, um bem comum entre a sociedade, trazendo o conceito do certo e errado e satisfação como ser humano. A eticidade tem como palavra-chave a ética, caráter e moral; caracterizando como uma pessoa age. De acordo com Hegel, a eticidade também pode ser retratada como "moralidade objetiva" ou "vida ética" e expressa a verdade de dois conceitos abstratos o direito e a moralidade. Segundo o filósofo alemão, a concretização, limitação e mediação da liberdade constituem o âmbito da eticidade, e a fim de realizar a liberdade, está presente na família, na sociedade civil e no Estado. A ideia de eticidade de Hegel é fundamentada na noção do reconhecimento, que se dá entre os indivíduos da comunidade, com diferentes culturas e pluralismo. Não é por uma regra (lei) ser obrigatória que o indivíduo obedece ao estado, mas sim porque este teve educação de instituições, tais como família, escola e entre outros que prepararam o homem para conviver em sociedade, não apenas temer uma advertência. O Reconhecimento aborda a importância que o outro tem na vida de outra pessoa, para o conhecimento e evolução como ser humano. Visto que o próprio ser humano só se satisfaz do que quer quando ele reconhece o seu desejo realizado, como preceitua Hegel, "de fato, a essência do desejo é um Outro que a consciência de si; e, através de tal experiência, essa verdade veio a ser para a consciência". (HEGEL, 2003, p. 141).

Palavras-chave: eticidade; reconhecimento; hegel.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE AO COVID19: UMA ANÁLISE SOBRE AS ATUAÇÕES DE EUA, ITÁLIA E BRASIL

Ana Carolina Montovani, Marcos Vinicius Viana da Silva.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

O COVID-19, doença causada pelo coronavírus denominado SARS-CoV-2, representa uma mudança de paradigma, sendo considerada uma das mais catastróficas pandemias do século, em razão, principalmente, das inúmeras mortes ao redor do mundo e dos efeitos que está a produzir na economia. Sua propagação vertiginosa tem imposto a tomada de medidas substanciais por parte dos governos de todos os países. Toda a atenção está nos desafios impostos, motivo pelo qual é de suma importância o estudo das políticas públicas, visando estipular estratégias de atuação eficientes no combate ao COVID-19. A Organização Mundial da Saúde (OMS) é uma instituição essencial para o combate de problemas de saúde mundial como este. Dito isto, a presente pesquisa visou compreender como foram implementadas as políticas públicas de saúde no combate a COVID-19 em três diferentes locais: Brasil, Itália e China, verificando tanto o cumprimento dos direcionamentos estabelecidos pela OMS, como ainda se as práticas foram eficientes e obtiveram os resultados esperados. A metodologia aplicada atendeu ao método dedutivo, por meio de levantamento bibliográfico primário e secundário, com análise de dados qualitativos. Em especial, foram observadas as informações oficiais dos Estados quanto as políticas implementadas, a quantidade de afetados e os apontamentos oficiais da OMS no que pese os direcionamentos de ação. Os resultados dizem respeito a comparação dos Estados entre si, buscando verificar qual deles aplicou mais a risco as solicitações da organização internacional e qual obteve melhores resultados na construção de políticas públicas em relação ao combate a COVID-19. Com a síntese apresentada, é possível observar que os Estados com sistemas de proteção universais, com amplas coberturas em seus sistemas de saúde, educação, previdência e assistência social revelaram ter melhores condições de lidar com situações adversas como a atual. Já as sociedades cuja orientação é por mercadorizar serviços, entregando-os à iniciativa privada, muitas vezes sem maiores regulações, demonstraram dificuldades em organizar e prover os cuidados necessários à população. Persiste ainda, comunicar que além das medidas para minimizar os efeitos econômicos e sociais da crise sanitária e das inevitáveis medidas de isolamento social, restou claro que os países devem investir fortemente e de modo ágil no que, talvez, seja a única saída definitiva dessa crise: a ciência e a tecnologia.

Palavras-chave: COVID-19; Organização Mundial da Saúde; Políticas Públicas.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL DEVIDO O DANO AMBIENTAL CAUSADO PELA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA

Ana Júlia Erbs de Melo, Denise Schmitt Siqueira Garcia.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direitos Especiais

Quando tratamos de consumismo já nos chama atenção um fenômeno muito conhecido neste meio, a obsolescência programada. Muitas pessoas têm uma breve noção do que ele é, mas talvez não se atenham aos impactos reais que esta modalidade pode causar. A obsolescência programada é uma fraude da qual os produtos são previamente configurados para não durar muito tempo, seja apresentando defeitos, ou, quando o espaço interno de smartphones, por exemplo, não permite novas atualizações de software, impedindo que os celulares continuem entregando suas funcionalidades. Além do prejuízo financeiro obviamente causado aos consumidores, que desejam permanecer com o mesmo equipamento durante o maior período possível, há grande impacto ambiental causado por esta modalidade. Os impactos ambientais são decorrentes em várias áreas distintas para esta modalidade, seja na fabricação excessiva, com a exploração da matéria prima, na poluição decorrente da atividade industrial, e, ainda, no descarte desses equipamentos, que não podem ir para o lixo comum, necessitando de uma destinação específica para que suas propriedades não afetem o meio ambiente. Partindo do ponto de que existem prejuízos ao meio ambiente, diretamente causados pela obsolescência programada, esta pesquisa irá tratar de como as empresas e fabricantes de eletrônicos podem ser responsabilizadas civil e ambientalmente sobre suas ações. Diante disso, a presente pesquisa terá como objeto a análise da responsabilidade civil ambiental devido o dano ambiental causado pela obsolescência programada, concomitantemente, o objetivo geral será analisar os conceitos de responsabilidade civil ambiental, de dano ambiental e de obsolescência programada para verificação acerca da possibilidade dessa responsabilização. Os objetivos específicos são: IDENTIFICAR os que seria a Obsolescência programada; VERIFICAR o que caracteriza o Dano Ambiental indenizável e DISCUTIR quais os critérios ensejadores da Responsabilidade Civil Ambiental. Na metodologia, será utilizado o método de indutivo na fase de investigação, baseando-nos em pesquisa bibliográfica para pautar o problema. Serão acionadas as técnicas do fichamento, do referente, da categoria, dos conceitos operacionais. A pesquisa tem como resultado esperado analisar a responsabilidade civil ambiental devido dano ambiental causado pela obsolescência programada. Na esfera ambiental, para a responsabilização civil do causador de dano ambiental, é desnecessária a demonstração de culpa ou dolo do agente, suficiente a configuração do nexo de causalidade entre a conduta e o dano ambiental causado. Como resultado final dessa pesquisa, resta inequívoco afirmar que a produção desnecessária de novos produtos, em decorrência da obsolescência programada causa danos à várias áreas do direito ambiental, como explicado alhures, de forma que é possível a responsabilização dos fabricantes, de forma objetiva pelos danos que causarem.

Palavras-chave: Responsabilidade civil ambiental; dano ambiental; obsolescência programada;
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS SOCIEDADES MULTICULTURAIS.

Ana Luiza Scolari dos Santos Lima, JOSEMAR SIDINEI SOARES.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direitos Especiais

O multiculturalismo é a coexistência de várias culturas em um mesmo território. Tal pluralidade se tornou mais presente nas sociedades democráticas, através das migrações, visto que elas resultam diretamente na fusão de diferentes culturas. É necessário preservar a dignidade e direitos dos diferentes povos, através de leis e normas que visem afirmar os direitos básicos a todos seus cidadãos, visto que as garantias sociais são fundamentais para que as minorias possam fazer parte integralmente das sociedades, uma vez que nas relações multiculturais é necessário ater-se à justiça social. O problema da pesquisa se dá a partir da análise dos desafios que uma sociedade multicultural enfrenta para garantir os direitos humanos. A pesquisa teve como propósito analisar o multiculturalismo e sua influência na produção do direito nas sociedades democráticas. A metodologia utilizada foi a base indutiva. Assim, concluiu-se que a ascensão do multiculturalismo se deu principalmente através das migrações transacionais, as quais podem ser: “[...] definidas inicialmente como o processo mediante o qual os imigrantes constroem elementos de ligação tanto com seu país de origem quanto com seu país de destino, ou seja, entre diferentes diásporas [...]”. É fato que as sociedades estão em constante mudança, e precisam se adaptar e aprender a coexistir com diferentes culturas. Todavia, é necessário destacar que muitos grupos sociais se encontram como minoria dentro dessas sociedades, e ainda sofrem preconceito. Infelizmente, a intolerância é uma característica marcante nas sociedades modernas. Sob esse prisma, é imprescindível que o Estado de um país democrático garanta a dignidade da pessoa humana através de suas leis. O Brasil, por exemplo, garante o direito a igualdade no artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988, onde diz que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Fazer parte da minoria não significa estar em número menor na sociedade, minoria se refere a vulnerabilidade social. A população negra no Brasil, representa 54% da totalidade de brasileiros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; porém, mesmo tendo seus direitos garantidos na constituição, ainda se configuram como minorias. Desse modo, é necessário a criação de medidas preventivas, como: aplicação de cotas raciais nas universidades brasileiras, a fim de diminuir as disparidades econômicas, sociais e educacionais entre pessoas de diferentes etnias em um mesmo país. Essa medida mostra que mesmo 132 anos após a abolição da escravatura no Brasil, o preconceito continua presente na estrutura social; fato que revela a importância do governo estar mais presente em relação as medidas de prevenção e punição contra o preconceito. Concluindo, a garantia dos direitos humanos em uma sociedade democrática é imprescindível para a garantia da multiculturalidade nos países. As federações democráticas precisam garantir, com as suas Constituições, os direitos básicos a todos seus cidadãos, visto que uma democracia só afirma sua existência quando o poder emana do povo.

Palavras-chave: Multiculturalismo, Sociedade, Direitos Humanos.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



INSERÇÃO PROFISSIONAL E CARREIRA DOCENTE: IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA 18.2 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS QUE FORMAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI

Ana Paula Guimaraes Lima, Sarah Isabele de Medeiros, Cintia Metzner de Sousa.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Educação - Administração Educacional

Este resumo apresenta os resultados parciais da pesquisa de iniciação científica que investigou programas de acompanhamento de professores iniciantes na rede pública de educação dos municípios que formam a Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI. Esta investigação objetivou analisar os dados dos programas de acompanhamento de professores iniciantes na rede pública de educação. O estudo articula as categorias teóricas Inserção Profissional, Carreira Docente e sua relação com a Política Educacional vinculada à Lei nº 13.005 de 2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). Este trabalho se motiva a partir das pesquisas e contribuições de Marcelo e Vaillant (2017) que defendem que os professores iniciantes precisam de um sistema estruturado para apoiar sua entrada na profissão e anunciam que na América Latina já ocorrem algumas iniciativas incipientes de políticas de desenvolvimento profissional do professor ingressante. Os autores também sinalizam que as iniciativas relacionadas aos processos de acompanhamento dos professores no Brasil são relativamente recentes e essa preocupação surge a partir do atual Plano Nacional de Educação, especificamente na meta 18 e estratégia 18.2, que direciona o acompanhamento dos profissionais iniciantes por equipe de profissionais experientes através de avaliação permanente, com foco no estágio probatório, além dos estudos de aprofundamento na área de atuação do professor. A metodologia aporta os princípios da pesquisa qualitativa e desenvolvida por meio da análise de documentos de domínio público, tais como: legislação municipal, plano de cargos e salários e documentação do estágio probatório. O objetivo específico do estudo se direcionam para identificar os programas relacionados ao acompanhamento dos professores iniciantes no quadro efetivo das redes municipais de ensino nos municípios já referidos. A análise de dados foi desenvolvida por meio da análise de conteúdo dos documentos de domínio público. Os resultados da pesquisa demonstram que todos os municípios cumpriram implementação no Plano Municipal de Educação, no prazo de dois anos após a promulgação do PNE, e garantiram no texto a ação de implantação da estratégia 18.2 do Plano Nacional de Educação com a criação de plano de carreira para os profissionais e indicação de acompanhamento para os professores iniciantes da educação básica conforme regulado no texto da legislação. Porém, os dados revelam que não foram criados programas e estrutura de acompanhamento para acompanhamento dos professores iniciantes na rede pública de ensino.

Palavras-chave: Inserção Profissional; Carreira Docente; Política Educacional.

Realização



Vice-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Extensão

XXI SEMINÁRIO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

X Mostra Científica de Integração
Pós-Graduação e Graduação

4, 5 e 6 de Outubro de 2022



Apoio



Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



PISTAS VISUAIS E VIDEOMODELAÇÃO NA ESCOVAÇÃO DE DENTES EM CRIANÇAS COM AUTISMO: ESTUDO DE REVISÃO

Andriele Egidio, João Rodrigo Maciel Portes, Fernanda Lindenmeier Erlo, Laura Giongo Bonato Chiamulera.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

Crianças com transtornos do espectro autista (TEA) enfrentam dificuldades para aquisição de novos hábitos, como a escovação dos dentes. O aprendizado por imitação, linguagem, contato interpessoal e a hiper-reatividade a estímulos sensoriais, entre outros fatores, tornam-se desafios diários na escovação adequada. Diante disso, este estudo realizou uma revisão integrativa da literatura entre os anos de 2010 a 2021, e teve como objetivo levantar a produção científica sobre Pistas Visuais e Videomodelação no desenvolvimento de habilidades de escovar os dentes em pessoas com TEA. Quinze artigos foram selecionados de acordo com os critérios da pesquisa. As buscas consideraram as bases de dados Capes, Portal BVS, Pubmed, Pepsic e Redalyc, e os descritores: autismo AND higiene bucal, escovação dentária AND autismo, Pistas visuais AND higiene bucal, Pistas visuais AND escovação dentária, videomodelação AND escovação dentária, videomodelação AND cuidados bucais, videomodelação AND saúde bucal, pedagogia visual AND escovação dentária; foram utilizados descritores equivalentes em inglês. Os resultados observados indicaram aspectos positivos na aprendizagem por videomodelação e/ou pistas visuais em indivíduos com TEA, onde as pistas visuais predominaram nas pesquisas analisadas, porém com maior lentidão nos resultados. A videomodelação facilita a utilização pelos pais, sendo um dos fatores que pode influenciar na maior eficácia e agilidade. Os estudos têm predomínio de delineamento metodológico exploratório e transversal, com amostras por conveniência, em virtude disso, não é possível a generalização dos seus resultados. Portanto, através dos dados desta revisão, não é possível definir qual seria o melhor instrumento a ser utilizado no processo de ensino-aprendizagem para as habilidades de escovar os dentes em crianças com TEA, entretanto é perceptível que ambos os instrumentos favorecem o comportamento de escovar os dentes. Pontos em destaque para a melhoria do processo seriam a união com ferramentas digitais, como *tablets*, e a correlação com o *yoga*, o que facilita o contato social e permite praticidade no desenvolvimento. Alguns benefícios perceptíveis foram a melhora na autonomia dos participantes, maior facilidade na implantação de cuidados bucais, avanço comportamental em procedimentos clínicos odontológicos e evidente desenvolvimento de higiene bucal apropriada. Ademais, destaca-se o incentivo na utilização destes instrumentos e uma escassez de pesquisas brasileiras relacionadas a temática, determinando a importância da realização de novos estudos nacionais.

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista; escovação dentária; vídeos; recursos visuais; aprendizagem social. .

Programa UNIEDU - Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



MEDIAÇÃO E ESTILO PARENTAL NA INTERNET E AS RELAÇÕES COM AS TECNOLOGIAS NA INFÂNCIA

Bianca Maria Vendramini Peteck, Brenda dos Santos, Amanda Rafaela Antunes, Gabriela Carolina de Souza, Carina Nunes Bossardi.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

O constante avanço que a contemporaneidade contempla as tecnologias de informação e comunicação (TICs). A partir desse avanço, tornou-se frequente a maioria das pessoas portarem um dispositivo móvel, e como consequência cada vez mais vem sendo utilizado por crianças e adolescentes. Este estudo teve por objetivo compreender de que forma as relações estabelecidas com as tecnologias de informação e comunicação, influenciam na mediação e estilo parental na Internet. A pesquisa foi dividida em duas etapas, uma quantitativa e outra qualitativa e, devido à coleta de dados ter sido realizada durante o período de pandemia, os participantes foram também convidados a responder conforme os últimos seis meses antes da pandemia em comparação com o momento atual. Para a coleta de dados realizou-se a divulgação da pesquisa por meio de mídias sociais. Na primeira etapa, após concordar com os termos da pesquisa, o participante era direcionado para responder um questionário pela plataforma Formulários Google Forms. Já na segunda etapa, foram contatados doze pais para responderem à entrevista que foi efetuada de forma digital por meio de ferramentas como o WhatsApp ou software similar. Na primeira parte (quantitativa) 108 pais e/ou responsáveis por crianças de 6 a 11 anos responderam a um questionário sobre o acesso e o uso de tecnologias ligadas à internet, por eles e pelos filhos, bem como a Escala de Estilo Parental na Internet. Na segunda parte (qualitativa), 12 dentre os pais participantes responderam a uma entrevista semiestruturada a respeito do estilo parental na internet. Para análise foi utilizada estatística descritiva e inferencial com uso do SPSS e de conteúdo de Bardin. Os resultados obtidos no estudo 1 indicaram o celular como a tecnologia mais utilizada por pais e filhos. Quanto às redes sociais, os pais acessam com maior frequência o WhatsApp, Facebook e Instagram. Enquanto, o Youtube foi a rede social mais utilizada por crianças, seguida do WhatsApp. Quanto à finalidade do uso das tecnologias de informação e comunicação, antes da pandemia a maioria das crianças utilizou por lazer, enquanto no período da pandemia o maior acesso foi por lazer e tarefas escolares. Dentre o estilo de mediação parental na internet, os pais referem realizar mais suporte do que controle, embora estes não sejam resultados estatisticamente significativos ($M = 3,29$; $DP=0,81$; $M= 3,78$; $DP=0,92$ respectivamente). Na dimensão controle, a maioria dos pais mencionou não utilizar programas de controle parental, sendo a estratégia de controle mais utilizada a de interromper/parar o uso da internet ($M= 3,69$; $DP =1,13$), seguida de definir regras de uso da internet ($M= 3,46$; $DP=0,96$). Na dimensão de suporte, a comunicação obteve média superior em comparação ao apoio ($M = 3,93$; $DP=0,97$; $M= 3,24$; $DP=1,04$, respectivamente). No estudo 2 observou-se que os pais apresentaram diferentes



modelos de mediação parental, intercalando entre altos níveis de supervisão, regras, comunicação e afeto até estratégias mais permissivas. Percebeu-se que os familiares trouxeram crenças e valores voltados a aspectos benéficos da tecnologia como, o acesso a livros, jogos educativos, informações, e comunicação, como também surgiram preocupações sobre a exposição de conteúdos inapropriados, o uso excessivo e impactos nos relacionamentos interpessoais. A mediação ativa da segurança é a mais utilizada entre os pais, sendo que falar com as crianças sobre o que faz na internet e nas redes sociais são as práticas mais realizadas. A compreensão sobre o tema pode auxiliar nas estratégias e estilos de mediação do uso das redes e o tempo de acesso com vistas à utilização saudável e com segurança de acesso a conteúdos adequados para a faixa etária de cada criança.

Palavras-chave: criança; estilo parental; internet; mediação.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



O EFEITO DA INOVAÇÃO E LIDERANÇA TRANSFORMACIONAL NO DESEMPENHO DE RESTAURANTES.

Camila Bernardes, Vitor Roslindo Kuhn, Sara Joana Gadotti dos Anjos.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Turismo - Turismo

O setor de restaurantes é competitivo e sensível às mudanças, tendo na atualidade o desafio de superar a situação de crise ocasionada pela pandemia da COVID-19. Neste cenário empresários devem aprimorar e exercitar as suas melhores competências na gestão, criando um ambiente para se pensar em questões de inovação nos processos, melhoria da experiência do cliente e diferenciação no mercado. Com isso, é diante da tomada de decisões em tempos de crise que muitas ideias surgem, por instinto, pesquisa e ou planejamento consciente. O uso da inovação pode ocasionar superação, sendo fundamental na estratégia para fortalecer a competitividade e melhorar a busca por soluções diferenciadas para os problemas, ocasionando uma ruptura com relação às soluções anteriores. De forma complementar, a liderança dos negócios, traz em meio a esse ciclo, a atribuição de reformular ou recriar processos, serviços e produtos. Os aspectos de inspiração e empoderamento gerados pela Liderança Transformacional acabam por levar ao comprometimento de uma visão e ação que cria agentes de mudança, com percepções aprimoradas de autoeficácia, motivação inspiradora, estimulação intelectual e comportamento criativo. Portanto líderes de transformação são reconhecidos como agentes de mudança, visionários que confiam nas pessoas e capazes de lidar com a complexidade e incerteza. Ao final, a inovação e a liderança são primordiais tanto na oferta de produto quanto no serviço de uma organização que busca enfrentar cenários de crise e melhorar seu desempenho. Neste contexto, a presente investigação teve como objetivo Analisar a Adoção de Inovação influenciada pela Liderança Transformacional no Desempenho do Setor de Restaurantes. A metodologia adotada foi de estudo bibliográfico com levantamento bibliométrico e pesquisa de campo com uma abordagem quantitativa. O questionário online foi aplicado via Internacional Amazon Mechanical Turk (MTurk) e alcançou 254 profissionais do Setor de Restaurantes. A análise dos dados ocorreu por meio do software JASP 0.16.1 com estatística descritiva, correlação de Spearman e regressão múltipla pelo método forward, buscando compreender o impacto e poder preditor da inovação na mensuração do desempenho do restaurante sendo ponderado pelo nível de liderança. Diante do levantamento bibliográfico foi destacado quatro tipos de inovações adotadas pelos restaurantes, tendo relação com o Menu, as Tecnologias, a Promoção e ao aspecto Experiencial. Ambas as dimensões de inovação possuem correlação positiva e alta com a Liderança Transformacional existente no restaurante, evidenciando que inovações no Menu e no aspecto Experiencial possuem respectivamente as maiores forças. Ao examinar o impacto e poder preditivo das inovações no desempenho do restaurante, tendo o nível de liderança como ponderador, três das quatro dimensões foram significativas e positivas, obtendo o poder de explicação de 50% na variação do desempenho. A inovação relacionada ao Menu possui o maior impacto, podendo explicar 42% do desfecho, seguida das inovações em Promoção e Experiencial. No entanto, a inovação em Tecnologia não teve impacto significativo. A adoção da inovação é uma parte crítica de qualquer estratégia para fortalecer a competitividade de uma empresa, contudo, não costuma ocorrer de forma espontânea. Devem ser ativamente gerenciadas pela liderança, estimulando a geração de novas ideias e sua conversão em soluções para o cliente e serviços comercializáveis. O resultado do estudo fornece contribuição teórica e empírica para o setor de restaurante, gerando proposição de ações inovadoras e destacando importância de uma liderança transformacional para o enfrentamento em período de decisões críticas no mercado econômico, como a ocasionada pela COVID-19.

Palavras-chave: Inovação; Liderança transformacional; desempenho; restaurante;
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



A LEI DE MIGRAÇÕES E ENTRADA DE IMIGRANTES ATRAVÉS DA OPERAÇÃO ACOLHIDA NO BRASIL

Camille Laura Sales de Oliveira, Suyanne Naara Azi, Rafael Padilha dos Santos.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Ciência Política - Política Internacional

A presente pesquisa apresenta, de maneira introdutória, a situação do migrante venezuelano e as condições enfrentadas por ele no momento de chegada em seu país de refúgio, com enfoque no Brasil, bem como os desafios gerados pelo aumento do fluxo migratório, os quais demonstram o atraso na atualização de políticas públicas para auxiliar e facilitar tanto a entrada, quanto a interiorização e a acolhida do migrante. Sendo assim, é possível que a criação de políticas públicas focadas no migrante, facilite sua integralização e rapidez no acesso a serviços básicos de direito do ser humano? A pesquisa investiga a trajetória do migrante venezuelano até sua chegada ao Brasil como destino e a sua obtenção do título de refugiado. Utilizou-se como metodologia a lógica indutiva com a técnica de pesquisa bibliográfica. Inicialmente, o aumento do fluxo migratório dos venezuelanos, iniciou-se quando o chefe de Estado Nicolás Maduro assumiu o governo da Venezuela no ano de 2012, após a morte do ex-presidente Hugo Chaves. O governo de Maduro foi instaurado em meio a uma crise financeira gerada pela crise do petróleo, agravando a hiperinflação e desvalorização da moeda. Devido à crise humanitária enfrentada no país, houve o início de um êxodo para os países como Colômbia e Brasil, na busca de emprego, com a finalidade de sustentar suas famílias. Mas, com o aumento da violência, esses refugiados passaram a pedir refúgio, devido à grande calamidade enfrentada na Venezuela. A história do direito do refugiado teve um avanço se tratando de preceitos como os Direitos Humanos e Fundamentais com a evolução histórica. Atualmente, Direitos do Refugiado são instituídos por órgãos subsidiários criados pela Organização das Nações Unidas, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refugiado, tendo a missão de dar apoio, proteção e é o órgão responsável pela definição do refugiado e os requisitos para seu reconhecimento. A Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto do Refugiado criou o Estatuto do Refugiado no ano de 1951, o qual abriu horizontes, mas foi somente com a criação do Protocolo em 1967 que houve a definição do refugiado abrangendo ainda mais pessoas. Ambos são instrumentos jurídicos internacionais que estabelecem os direitos do refugiado, havendo o cuidado e a preservação dos direitos humanitários. Mesmo o refugiado tendo seu direito resguardado por tratados e acordos internacionais, ainda havia dificuldades para sua integralização e conforme previsto na Lei n.º 9.474 de 1997, foi criado o Comitê Nacional para Refugiados, órgão que regulariza a estadia do refugiado no Brasil com competência de tratar da situação de pessoas refugiadas. A responsabilidade do Brasil com o refugiado cresceu após a assinatura da Convenção do Estatuto do Refugiado na década de 1960, pois assumiu um compromisso internacional em relação aos Direitos Humanos, mais especificamente o Direito do Refugiado. Apesar da lei, a situação do refugiado ainda era generalizada, não se adequando a todos e não delimitando quais as políticas públicas eram necessárias para integralização do refugiado. Houve a criação da Lei 13.445 de 2017, que concedeu vistos para os migrantes adentrarem no Brasil. O refugiado ao chegar ao Brasil executa a solicitação do pedido de reconhecimento de refugiado e receberá um protocolo, com validade de um ano, que servirá como documentação para ele no país. Embora o migrante tenha acesso ao documento, não há uma facilitação do ingresso ao mercado de trabalho, as instituições de ensino e nem aos sistemas de saúde, deixando o mesmo em uma posição de vulnerabilidade e não o integralizando no país.

Palavras-chave: Situação do Migrante; Refúgio; Interiorização; Acolhida; Residência; Fluxo Migratório..
Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



PRODUÇÃO CIENTÍFICA E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO CONTEXTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Daniel Mendes de Almeida, Anete Alberton, Diego Hernando Florez Ayala.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Administração - Administração de Setores Específicos

Esta pesquisa tratou da análise da produção científica e as práticas no contexto dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), com enfoque no desenvolvimento sustentável de portos Catarinenses, que é de interesse do aluno bolsista, pela vinculação com o curso de origem: Comércio Exterior. O tema em questão foi escolhido devida a relevância que os portos possuem na região em que se instalam e o impacto socioeconômico que eles causam. Por serem a principal rota de escoamento de mercadorias e bens no mundo, são responsáveis por movimentar a economia global e desenvolver a região onde se inserem, além de gerar novos empregos e fortalecer o setor logístico em âmbito nacional. Com a pesquisa pretendeu-se alcançar um avanço no conhecimento científico e nas práticas implementadas no contexto dos ODS, bem como, dar suporte ao GESeG – Grupo de Estudos em Sustentabilidade e Gestão – em suas pesquisas, e subsidiar as pesquisas futuras envolvendo os temas então desenvolvidos pelos doutorandos do grupo. Dentro dos temas definidos, buscou-se encontrar estudos nas bases de dados online e compilá-los, categorizando a produção científica sobre práticas sustentáveis no contexto dos ODS, e estabelecer as relações entre práticas sociais, ODS e outras temáticas, evidenciando as principais áreas de concentração e os gaps para novas pesquisas nas áreas abordadas. Na parte empírica buscou-se analisar a capacidade de portos catarinenses (Itajaí, Navegantes, Itapoá, Imbituba e São Francisco do Sul) de se desenvolver de forma sustentável junto com a cidade. Foi feito um levantamento dos portos Brasileiros e dos seus dados de movimentação, tamanho e importância, além de outras informações pertinentes. Decorrente desse levantamento foram delimitados os portos catarinenses para análise das práticas sustentáveis. Através do site dos mesmos e outros documentos de fonte secundária, foram identificadas práticas sustentáveis declaradas e feita sua relação com os ODS, para dessa forma, verificar quais temas estão sendo trabalhados e quais ainda precisam ser melhorados dentro dos portos pesquisados. Constatou-se que todos os portos de alguma maneira desenvolvem atividades que podem ser ligadas aos objetivos do desenvolvimento sustentável, e possuem um papel ativo em sua comunidade. Mas é válido mencionar que houve dificuldade na coleta e análise dos dados, pois nem todos os portos pesquisados informam com clareza os projetos que permanecem ativos, especialmente o porto de Itajaí. Essas informações coletadas que evidenciam as principais práticas realizadas pelos portos catarinenses dentro do contexto das ODS, que podem servir de exemplo para outros portos e organizações, bem como estabelecer de forma propositiva como o segmento pode contribuir para a implementação da Agenda 2030. Um prolongamento desta pesquisa pode se direcionar a incorporar portos de outras unidades da federação, bem como analisar diferenças nas práticas implementadas considerando diferentes características dos portos, como por exemplo, público ou privado, dentre outras.

Palavras-chave: Práticas Sustentáveis; Desenvolvimento Sustentável; ODS; Portos Catarinenses; Portos Sustentáveis;

Programa de Bolsas de Pesquisa do Art. 171 /FUMDES / UNIEDU / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Daniela Gomes Medeiros, Maria Clara Sanches Rodrigues da Silva.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Educação - Planejamento e Avaliação Educacional

Segundo os marcos regulatórios, a educação é um direito de todos os cidadãos e dever do Estado e da família, conforme determina a Constituição Federal em seu artigo 205. Esta deve ser promovida visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Recentemente foi incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9.394, de 1996) o compromisso da educação básica com a alfabetização plena e a capacitação gradual para a leitura. Publicada no Diário Oficial da União a Lei 14.407, de 2022. A normativa define a leitura como prioridade na educação básica e entre os direitos a serem garantidos pelo Estado, no qual a alfabetização plena e a capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica é requisito indispensável para o desenvolvimento dos indivíduos. Sendo assim, entende-se que a alfabetização é um pilar fundamental, para o desenvolvimento pleno de cidadania, tornando a alfabetização um direito de todos. Pessoas que têm um nível insuficiente de alfabetização ficam à margem da sociedade, possuem menos oportunidades, profissionais ou pessoais e não têm acesso aos seus direitos, sendo assim, o analfabetismo exclui uma parcela da população do acesso às informações mais básicas, pela alfabetização as pessoas têm liberdade e autonomia. Diante disto nos propomos a investigar os dados oficiais da alfabetização no Brasil por meio da questão norteadora da pesquisa: O que revela os dados oficiais da alfabetização no Brasil? Essa questão é propulsora do objetivo geral: Identificar em dados oficiais, qual a situação da alfabetização no Brasil e tem como objetivos específicos: mapear os resultados oficiais da alfabetização no Brasil; ordenar os resultados da alfabetização no Brasil para assim compreender o contexto da alfabetização no Brasil. Como aporte metodológico foi utilizada a Netnografia (KOZINETS, 2014) como forma de coletar dados, capturar dados como uso do computador aliado a internet em sites de domínio público. O presente estudo consistiu em revelar os dados oficiais sobre a alfabetização no Brasil. Entende-se como dados oficiais àquelas cujas fontes são governamentais ou empresas com dados abertos cujo podem ser utilizados por vias governamentais. Nesta perspectiva identificamos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) -ano de 2019, que evidencia a taxa de analfabetismo estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos) em pessoas de 15 anos ou mais de idade em 2018 a taxa havia sido 6,8%. Esta redução de 0,2 pontos percentuais no número de analfabetos do país, corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil pessoas analfabetas em 2019. Os dados revelam que a Região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%). representando aproximadamente, quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul (ambas com 3,3%). Na Região Norte do Brasil essa taxa foi 7,6 % e no Centro-Oeste, 4,9%. Observa-se pela taxa de analfabetismo de 2019, que no Brasil, o problema da alfabetização está associado à idade, ou seja, quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Ainda observando o dado acima chama a atenção sobre as Grandes Regiões brasileiras, nas quais verifica-se que a taxa de analfabetismo reflete em desigualdades regionais, na medida em observa-se que as Regiões Nordeste e Norte apresentaram as taxas de analfabetismo mais elevada que outras. Ferraro (2014, p. 85) retoma a perspectiva freiriana de alfabetização lembrando que “se analfabetismo é uma forma de injustiça social, a alfabetização é uma forma de justiça social. Cada alfabetização não realizada representa nova situação de injustiça social pública”.

Palavras-chave: Alfabetização. Dados oficiais. Política de Alfabetização..

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM / CNPq / UNIVALI



DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ESPAÇOS, TEMPOS E VIVÊNCIAS PELO OLHAR DAS CRIANÇAS

Daniela Gomes Medeiros, Sofia da Silva Medeiros.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Educação - Planejamento e Avaliação Educacional

A proposta dessa pesquisa é perceber a educação infantil, o ensino fundamental e o processo de transição, pelo olhar das crianças. Escutar as crianças é fonte de dados que permitiu aprender mais sobre esse processo de transição e sobre os significados que as crianças constroem a partir das vivências da educação infantil e do ensino fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDB) sinaliza a partir de 1996 a obrigatoriedade de nove anos para o Ensino Fundamental, quando determinou que a idade para o ingresso neste nível de ensino poderia ser 6 anos de idade. Em janeiro de 2001 esse indicativo torna-se meta a partir da Lei nº 10.172/01 estabelecida no Plano Nacional de Educação, e esta lei deveria implementar-se na íntegra até 2010. A Lei nº 11.114/05, que altera os artigos: 6º, 30, 32 e 87 da lei 9394/96, tem o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. E a Lei nº 11.274/06, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispendo sobre a duração de nove anos do ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. A entrada na escola não pode representar uma ruptura com o processo anterior vivido pelas crianças em casa ou na instituição de educação infantil, mas sim uma forma de dar continuidade às suas experiências anteriores. Pensando nisso, temos como questão norteadora para esta pesquisa: Qual a perspectiva das crianças sobre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental? Para compreender este processo se faz necessário compreender a perspectiva das crianças sobre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental com os seguintes objetivos específicos: conhecer as interações criança/criança e criança/adulto nos espaços da Educação Infantil e do Ensino Fundamental pelo olhar das crianças, descrever as vivências realizadas nos espaços da Educação Infantil e do Ensino Fundamental pelo olhar das crianças, conhecer o que se aprende nos espaços da Educação Infantil e do Ensino Fundamental pelo olhar das crianças, identificar a concepção das crianças sobre como é viver a infância na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Para tanto, foi realizado dois encontros de intervenção com 12 crianças do Colégio de Aplicação Univali. O primeiro encontro foi realizado em outubro de 2021, quando as crianças frequentavam o 4º período da educação infantil. O segundo em abril de 2022, com as crianças já no 1º ano do ensino fundamental. Os instrumentos utilizados nos dois encontros de intervenção foram o desenho e a entrevista semiestruturada. Por se tratar de pesquisa com crianças, a linguagem do desenho foi tema central de análise. Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univali segundo a resolução 466/12 da CONEP. Verificou-se que as práticas educativas que assumiram centralidade após a educação infantil, ou seja, no primeiro ano do ensino fundamental, estruturaram-se em torno da alfabetização e do letramento, os resultados evidenciam que as vivências educacionais das crianças no ensino fundamental focam principalmente a aprendizagem da leitura e da escrita, para qual se destina a maior parte do tempo na escola, restringindo os períodos de tempo do brincar em áreas livres. Como resultado da pesquisa, destacou-se que a prática cotidiana e os espaços são controlados pelo adulto. Por fim, este trabalho evocou a centralidade das crianças na pesquisa, uma vez que estas foram percebidas como sujeitos sociais ativos e reconhecidas às capacidades de recriação de tempos, espaços para exteriorizar sua ludicidade dentro e fora da sala de aula.

Palavras-chave: Educação Infantil. Ensino Fundamental. Criança. Transição. .

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM / CNPq / UNIVALI



MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL: ORIGEM, DISPOSITIVOS JURÍDICOS, PÓS-VERDADE E SECURITIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO CONTINENTE AMERICANO DO SÉCULO XXI

Danieli de Mello Siqueira, Marcos Vinicius Viana da Silva.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Teoria do Direito

O projeto trata sobre Migrações Transnacionais na América: a manifestação da pós-verdade no processo de securitização dos movimentos migratórios em território brasileiro, discutindo especial a demanda jurídica do tema, e a aplicação da lei de migração brasileira, princípios e diretrizes para as políticas públicas para o imigrante. A pesquisa, para fins de orientação metodológica, foi fracionada em partes, iniciando com a introdução, desenvolvimento e considerações finais. O desenvolvimento foi dividido em outras 5 partes, nas quais buscou-se abordar sobre a nova Lei n. 13.445/2017 e os seus aspectos gerais em face ao antigo regramento e os tipos de vistos previstos na legislação e no regulamento. Introduzidos estes pontos, informa-se que o ato de migrar é um fenômeno verificado desde os primórdios da civilização. Tal ocorrência possui os mais variados motivos e impulsões, os quais se transformam conforme o momento histórico e com os fatores que interagem entre si. Por esta razão, a migração é abordada sobre a vertente da transnacionalidade e dotada da vertente humana chamada de transmigrante, ambos influenciados pela globalização. Dado este contexto, o presente artigo investiga as migrações sob a vertente da transnacionalidade e aborda também a lei de migração brasileira. O estudo buscou aprofundar-se sobre as migrações transnacionais em território nacional, bem como a legislação pátria aplicada. Disto, pode-se concluir que a migração é inerente à vida do ser humano e faz parte de sua história desde os primórdios, seus motivos ocorrem por diversos fatores: melhores condições de vida, fugir de guerras e desastres ambientais, ou, simplesmente, por desejar se estabelecer em outra região, em razão do clima, da sociedade ou da família. Desse modo, a Lei n. 13.445/17 buscou uma certa harmonia em conjunto aos direitos humanos, assegurados por meio de tratados dos quais o Brasil é signatário, e aos direitos fundamentais prescritos na Constituição Federal de 1988, como o direito à liberdade, à segurança e à inviolabilidade de domicílio. No que se refere ao Decreto n. 9.199/17, quanto à regulamentação referente aos vistos, o que se apresenta mais evidente é, inclusive, a falta de regulamentação do visto temporário humanitário, o que pode acarretar cerceamento de direitos aos imigrantes que ingressam no país nessa situação.

Palavras-chave: Migração. Transnacionalidade. Transmigrantes. Multiculturalismo. Lei de Migração. Direitos Humanos..

Programa UNIEDU - Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



DIALÉTICA DO RECONHECIMENTO COMO DIRETRIZ PARA A PRODUÇÃO DO DIREITO: IMPLICAÇÕES PARA O DIREITO TRANSNACIONAL

Davi José Raicik Ribeiro, Tarcísio Vilton Meneghetti.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Teoria do Direito

A partir da deflagração da dificuldade para definição de critérios norteadores da produção do direito, sobretudo em razão da pluralidade de ideias existentes em sociedade, buscou-se ao longo do tempo algum subsídio teórico que orientasse tal positivação. Sendo assim, tendo em vista a perquirição em questão, bem como a adversidade apresentada, neste trabalho pretendeu-se apresentar, com base nas noções hegelianas de eticidade e reconhecimento, possíveis caminhos para a realização de uma política jurídica eficiente. O problema de pesquisa para este trabalho consistiu no seguinte questionamento: de que maneira as ideias de Reconhecimento e Eticidade em Hegel podem contribuir para uma política jurídica mais efetiva? No que diz respeito ao estudo realizado na presente pesquisa, buscou-se, em Hegel, ferramentas que auxiliassem na elaboração de uma política jurídica alinhada com o seu real objetivo. No tocante à metodologia de pesquisa adotada, optou-se pelo método indutivo, no qual a produção de conhecimento se deu por meio da pesquisa bibliográfica. Dentre os principais resultados da presente pesquisa, estão: a compreensão do conceito de política jurídica e o seu escopo principal; o entendimento da dificuldade no estabelecimento de critérios norteadores das condutas em sociedade; a assimilação do conceito de Eticidade e Reconhecimento em Hegel; e, por fim, a percepção de possíveis contribuições desses conceitos hegelianos para a produção de uma política jurídica eficaz. A partir do estudo em questão, pôde-se concluir que, nas relações intersubjetivas, a oposição entre subjetivo e objetivo, no caso da eticidade, considera-se superada. Isso ocorre, pois essas relações se tornam o querer e o saber da própria consciência de si, isto é, por serem éticas, as leis concretizam-se como uma segunda natureza. Assim, conduzir a existência em consonância com as instituições sociais e com o Estado não caracteriza qualquer tipo de incoerência ou desalinhamento, mas sim o retrato da própria vontade. Com base nessas premissas, compreendeu-se, também, a considerável necessidade de um reexame do direito de origem individualista, segundo o que foi proposto pela ideologia liberal-moderna, dado que o alicerce da norma não parece ser o indivíduo em apartado, atômico, fora da realidade natural, mas a relação entre dois polos. Entendendo, desse modo, o ser humano como naturalmente sociável, o direito orientaria a sua relação com os demais e com as coisas em geral à luz do bem comum, em conformidade com aquilo que é universalmente apropriado e vantajoso para todos.

Palavras-chave: Reconhecimento. Eticidade. Política Jurídica..

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI

Realização



Vice-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Extensão

XXI SEMINÁRIO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

X Mostra Científica de Integração
Pós-Graduação e Graduação

4, 5 e 6 de Outubro de 2022



Apoio





ATENÇÃO E CUIDADO À PRIMEIRA INFÂNCIA: CARACTERÍSTICAS FAMILIARES NO PERÍODO GESTACIONAL, PERIPARTO E PUERPÉRIO

Eduardo Henrique dos Santos Freitas, Josiane da Silva Delvan da Silva.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

Esta pesquisa procurou realizar um estudo com mulheres gestantes sobre as relações familiares, o planejamento e o funcionamento família. O estudo teve como objetivo principal analisar as características de mães e pais, no que se refere ao cuidado à primeira infância deste o período gestacional até o pós-parto e suas implicações para a saúde da família, bem como entender o que esses pais anseiam, seus medos, angústias e preocupações. Ressalta-se que por conta da pandemia do COVID-19, que atingiu o mundo e instaurou uma crise sanitária, inviabilizando a aplicação de alguns dos instrumentos previstos para o estudo, bem como a participação paterna. Na primeira fase da pesquisa mesmo no auge da pandemia, conseguimos acompanhar as gestantes no ambulatório, já para a segunda fase, visando o bem-estar das participantes e pesquisadores foi decidido por um ajuste na pesquisa, transformando a aplicação dos instrumentos para o modo online. O estudo teve duas etapas realizadas com 11 mulheres durante a gestação e após o nascimento do bebê. Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram; um questionário sociodemográfico, uma escala de vinculação pré-natal, um questionário sobre o relacionamento conjugal, a escala APGAR que avalia a percepção da pessoa sobre a funcionalidade da sua família, o mapa de redes e o KIDI – conhecimento sobre o desenvolvimento na infância. Os dados oriundos dos questionários e escalas receberam tratamento estatístico por frequência simples, enquanto os dados qualitativos foram interpretados pela análise de conteúdo. Os resultados encontrados no estudo fornecem contribuições para a clínica, para a saúde pública, para o funcionamento familiar e para o desenvolvimento infantil, evidenciando a importância de se investigar a organização e a dinâmica familiar que podem promover o bem-estar e um relacionamento saudável entre os membros. Através dessa pesquisa foi possível ter uma breve noção sobre as características das famílias participantes da pesquisa quanto a espera para a chegada do bebê. Observa-se ainda que há uma necessidade da realização de estudos mais abrangentes sobre a temática, a fim de investigar mais profundamente as questões relacionadas as transformações da família no período gestacional e no puerpério e seus impactos na construção da maternagem e na primeira infância.

Palavras-chave: Gestação; Maternidade; Paternidade; Saúde da família; Relações pais & filhos.

Programa de Bolsas de Pesquisa do Art. 171 /FUMDES / UNIEDU / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



INDICADORES SOCIAIS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA AMFRI: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO EM RELAÇÃO AO ODS 4 DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19

Elaine Cristina Maiéski, Clovis Demarchi.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direitos Especiais

A pesquisa teve como objeto verificar a criação e monitoramento dos indicadores educacionais para cumprimento do ODS 4, visando assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, nos onze municípios que compõem a AMFRI - Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí. O objetivo geral foi investigar como estão sendo criados atualmente os indicadores educacionais da região e, se da forma como estão sendo manejados, tais indicadores cumprem a função de fomentar a implementação de políticas públicas que assegurem uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, conforme propõe o ODS 4. Como objetivos específicos: a) analisou-se como são formados atualmente os indicadores educacionais nos municípios da AMFRI; b) procurou-se identificar as lacunas existentes no campo da atuação do governo municipal para o setor da educação; c) analisou-se os impactos da pandemia de Covid-19 na educação básica nos municípios da região e as consequências para o cumprimento das metas do ODS 4. Os indicadores sociais são matéria prima essencial para elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, consolidando-se como importante ferramenta de efetivação dos ODS. A educação é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, e para suprir as lacunas prestacionais e responder às demandas da comunidade escolar, o Estado, imprescindivelmente, deve utilizar indicadores educacionais para implementar, monitorar e adequar os programas para educação. Como recorte, considerou-se o cenário pós pandemia de Covid-19, destacando que o percentual de alunos desassistidos na educação básica, segundo Amostra de Domicílios Contínua, apresentou aumento 171,1% no final de 2021. Como resposta aos problemas apresentados na pesquisa, constatou-se que na região da AMFRI, composta pelos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo, os indicadores educacionais são originados a partir das pesquisas amostrais como Censo Escolar, e dos bancos de dados da Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina. Embora estes dados sejam anualmente atualizados, os indicadores educacionais apontam os dados gerais sobre número de estudantes matriculados, número de unidades educacionais e docentes, não refletindo as especificidades e a realidade local de cada unidade educacional e portanto, da forma como estão sendo aplicados, tais indicadores podem não estar cumprindo completamente a função de fomentar a implementação de políticas públicas que assegurem uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, conforme propõe o ODS 4. Essa conclusão baseia-se no fato de que as unidades educacionais da região sofreram os mesmos impactos que unidades das demais regiões brasileiras, ou seja, obstáculos para o acesso à internet e a dificuldade dos docentes em fazer chegar aos alunos as atividades curriculares durante a pandemia, foram os problemas mais recorrentes apontados por relatórios das secretarias municipais de educação. Quanto as possíveis lacunas existentes na atuação dos governos municipais da região no setor educacional, sobre os impactos da pandemia de Covid-19 na educação básica nos municípios e as consequências para o cumprimento das metas do ODS 4, cabe apontar que as políticas públicas municipais atualmente são atreladas essencialmente às metas estabelecidas pelo Estado, não sendo identificados projetos de grande relevância no sentido de criar indicadores educacionais locais, diagnosticando as especificidades de cada comunidade. Diante desse contexto, ressalta-se que a existência de indicadores sociais e educacionais locais precisos, podem proporcionar à comunidade escolar uma aplicabilidade mais eficiente de políticas públicas visando o cumprimento do ODS 4. Quanto à metodologia, teve-se como base uma abordagem qualitativa e quantitativa, podendo ainda ser classificada, segundo os seus objetivos, como descritiva e prescritiva. A técnica de pesquisa foi a da análise doutrinária, legislativa e documental.

Realização



Vice-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Extensão

XXI SEMINÁRIO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

X Mostra Científica de Integração
Pós-Graduação e Graduação

4, 5 e 6 de Outubro de 2022



Apoio



Palavras-chave: 1. Indicadores Sociais. 2. Educação. 3. AMFRI. 4. ODS 4..
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



PROGRAMA DE INTERVENÇÃO ONLINE E A PROMOÇÃO DE PARENTALIDADE POSITIVA EM FAMÍLIAS COM FILHOS ADOLESCENTES

Elisa Vieira Almeida, Adriana Bollmann Soares, Caroline Signori Feix, Carina Nunes Bossardi.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

Este projeto faz parte de um projeto maior que tem como objetivo final propor e verificar evidências de validade de intervenções online para promoção de relações saudáveis e positivas em famílias com filhos adolescentes. Trata-se de uma pesquisa aplicada que surge em consonância com lacunas teóricas brasileiras, mas para além disso, de um problema social identificado no contexto de prática profissional de pesquisadores deste grupo e, inseridos no mestrado profissional em Psicologia. A literatura nacional e internacional da área da Psicologia e da Psicologia do Desenvolvimento demonstra, há muitas décadas, o potencial de intervenções dirigidas a pais de crianças (cuidadores) com desenvolvimento típico e atípico para promoção de repertórios mais adaptativos e funcionais. No entanto, poucas destas intervenções apresentam evidências de validade no Brasil para serem desenvolvidas no formato online, especialmente no que se refere a famílias com filhos adolescentes. Para fins deste trabalho, pretendeu-se acompanhar o processo de adaptação do programa para famílias com adolescentes, como também aplicar o programa para posteriormente compreender o funcionamento do programa de parentalidade positiva para pais de adolescentes com desenvolvimento típico em diversas configurações familiares. O projeto maior ainda está em desenvolvimento e até o momento foi possível caracterizar estudos empíricos sobre programas de intervenção voltados para fortalecer a parentalidade positiva nos âmbitos nacional e internacional, realizados de forma remota (online) e com famílias de adolescentes, bem como levantar os motivos dos pais em participar deste programa de intervenção e os desafios na relação com os filhos adolescentes. O desenvolvimento e a aplicabilidade de grupos de intervenção para parentalidade positiva prevê o delineamento de uma pesquisa-intervenção, baseada em oito encontros semanais, com aplicação de instrumentos, quanti e qualitativos, pré e pós a intervenção desenvolvida de forma remota. A revisão de literatura revelou um conjunto de estudos internacionais que realizaram intervenção na modalidade remota voltada para a promoção da parentalidade positiva de pais de adolescentes, tendo resultado geral de melhora na relação de pais e filhos assim como no aumento de estratégias na dinâmica familiar, proporcionando assim indicativos para adaptação do programa para pais de adolescentes. No que se refere à aplicabilidade do programa, até o momento participaram 12 pais/cuidadores de adolescentes e, para esta pesquisa específica foram analisados os dados qualitativos obtidos por meio das entrevistas pré intervenção. Por meio da análise de conteúdo percebeu-se algumas razões que motivaram os pais a participarem do programa, destacando-se o desejo de melhorarem a parentalidade na fase da adolescência, na qual a comunicação entre pais e filhos se torna menos frequente, buscando recursos de enfrentamento e de ação de forma mais saudável. Também apresentaram queixas com relação a imposição de limites pela falta de cooperação dos filhos nas responsabilidades de casa e da escola, assim como dúvidas em como dar maior autonomia e liberdade. Algumas das queixas se relacionaram com o aumento das dificuldades de aprendizado dos adolescentes pós pandemia. Esses pais tiveram uma participação efetiva e engajada nos encontros semanais, compartilhando suas vivências, dúvidas e opiniões com relação aos tópicos abordados, relatando maior compreensão dos seus papéis parentais e coparentais, de forma a corroborar em um desenvolvimento saudável de seus filhos adolescentes. Espera-se fornecer subsídios para validação desse tipo de intervenção no formato remoto, dirigidas a pais ou cuidadores de adolescentes brasileiros, bem como, oferecer às famílias participantes oportunidades de aprendizado de recursos importantes para promoção do desenvolvimento de seus filhos. Centra-se também na produção de conhecimento e no desenvolvimento de estratégias e ferramentas para promoção de relações funcionais em famílias, bem como da identificação e atuação no campo das vulnerabilidades e da violência intrafamiliar com vistas à promoção de desenvolvimento adolescente saudável.

Realização



Vice-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Extensão

XXI SEMINÁRIO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

X Mostra Científica de Integração
Pós-Graduação e Graduação

4, 5 e 6 de Outubro de 2022



Apoio



Palavras-chave: Relações Familiares. Adolescência. Intervenção.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



UNIVERSIDADE DA CRIATIVA IDADE: ANÁLISE E PROPOSIÇÕES PARA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM 2021

Érica Szczepaniak Vasques, Natalia Domingues Cezar, Ana Paula Lisboa Sohn.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Turismo - Turismo

A Universidade da Criativa Idade foi um projeto de extensão da UNIVALI criado em 2015 que teve como missão ampliar o potencial humano e criativo das pessoas em processo de envelhecimento. Com a pandemia de COVID-19 as ações da Criativa Idade migram para o ambiente online. No ano de 2021 foi realizado um curso via plataforma Blackboard. Esta pesquisa teve como objetivo analisar os impactos do projeto em 2021 considerando a satisfação dos alunos do curso online e a gestão das redes sociais digitais da Universidade da Criativa Idade. Para tanto foi realizado um estudo de caso de abordagem quali e quantitativa, por meio de uma pesquisa de satisfação e análise das páginas do projeto nas redes sociais Instagram e Facebook. A pesquisa de satisfação contou com 37 respondentes matriculados no curso online de Arte, Cultura e Psicanálise. Destes respondentes 42,9% com idade entre 61 e 70 anos, 21,4% acima dos 70 anos, 7% entre 41 e 50 anos e 28,6% entre 51 e 60 anos. 92,9% dos respondentes se identificaram como do gênero feminino e 7,1% masculino. 57,1% seguem o projeto nas rede social Instagram, 7,1% no Facebook e 28,6% não segue o projeto nas redes sociais. 92,9% dos matriculados conheceram a Universidade da Criativa Idade por meio da indicação de amigos. 64,3% já participavam do projeto antes de se inscreverem para o curso online em 2021, deste percentual 40% entraram no projeto em 2015. Quando questionados sobre a interação com os colegas e professores durante as aulas, do curso online 50% avaliou como boa, e 35,7% como excelente. Sobre a comunicação com a equipe do curso online 50% avaliou como excelente e 50% como boa. A motivação e disposição para participar das aulas foi avaliada como excelente por 64,3% e como boa por 35,7%. Quando perguntado sobre se existe alguma limitação física ou emocional, ou ainda algum desconforto que prejudique sua participação nas aulas 85,7% respondeu que não, 7,1% que sente indisposição e que por ser online se sentem um pouco inibidos. 100% dos respondentes afirmaram que se sentem confortáveis e respeitados no ambiente virtual do curso. 57,1% diz que sua família/amigos avaliam sua participação no curso online como excelente e 42,9 como boa. Sobre as temáticas do curso 71,4% avaliou como excelente e 28,6% como boa. 64,3% avaliaram que o curso contribuiu positivamente para qualidade de vida durante a pandemia de COVID-19. 57,1% consideram que a participação no Programa de Extensão Universidade da Criativa Idade programa melhorou muito sua qualidade de vida. 71,4 % avaliaram como excelente sua satisfação em relação ao curso online. 78,6% avaliaram como boa a plataforma online utilizada. Sobre as dificuldades 21,4% indicaram dificuldades de conexão com a internet. Por fim, foram indicados pelos respondentes sugestões de melhoria ligadas a continuidade de oferta de cursos online e a variedade



de temas. De forma geral considera-se alta a satisfação com o curso online. Sobre a análise das redes sociais, constatou-se que as páginas do projeto no Instagram e Facebook são importantes meios de divulgação, mas que o engajamentos do público precisa ser estimulado. Viu-se que participantes do projeto não o seguem nas redes sociais. Sobre os impactos da Universidade da Criativa Idade, a pesquisa revela que foram positivos e que o as ações online trouxeram novas perspectivas e oportunidades para a extensão universitária. Sugere-se neste sentido que sejam ofertados regularmente cursos na modalidade online. Sugere-se também que se amplie a divulgação das páginas do projeto para o aumento do número de seguidores no Instagram e Facebook.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Impactos; Universidade da Criativa Idade.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



EMPATIA DIGITAL: O USO DE CHATBOTS EM AGÊNCIAS ONLINE DE VIAGENS

Felipe Silva Spigoti, Pablo Flôres Limberger, Tércio Pereira, Karla Juliane dos Santos Camargo.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Turismo - Turismo

Os avanços da internet, robótica e internet das coisas (IoT) tem transformado o setor do turismo e tem mudado como as pessoas adquirem suas viagens, as planejam, se informam e impactado como os destinos são percebidos. O chatbots tem sido uma ferramenta adotada pelas empresas por permitir oferecer um atendimento em tempo integral, porém alguns usuários têm tido resistência em adotá-los. Um dos fatores é a falta de empatia na comunicação humano-robô. Dentre as diferentes funções emocionais, a empatia tem sido difícil de modelar em uma inteligência artificial. Porém estudiosos afirmam a necessidade crescente de alcançar a empatia digital para que os robôs sejam agentes sociais em nossa sociedade. Raros, porém, importantes, estudos iniciaram um debate sobre a empatia digital, porém pouco se sabe ainda quais são os preditores situacionais de respostas empáticas ao interagir digitalmente. Portanto esse estudo tem como objetivo identificar possíveis preditores da empatia digital em Chatbots. Para alcançar esse objetivo esse estudo qualitativo utilizou de entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. As entrevistas foram coletadas online. Obtivemos um total de 33 respostas válidas. Todas as entrevistas foram inseridas em uma tabela. Elas foram preparadas, unitarizadas, categorizadas, descritas e interpretadas. Como resultado foi observado que de fato existe uma necessidade de um atendimento mais humanizado e empático por parte de um chatbot. Nas entrevistas foi identificado quatro preditores: empatia afetiva, cognitiva, compassiva e sciência. Na empatia afetiva foi subdividida em contágio emocional, responsividade próxima e resposta periférica. Essa dimensão descreveu a necessidade do espelhamento subjetivo dos estados de sentimento dos outros. A empatia cognitiva foi subdividida em perspectiva e simulação, nesse caso, estava relacionada a identificação precisa dos estados de sentimento dos outros, ou seja, reconhecimento de emoções. Também verificamos a empatia compassiva ou sentimentos de simpatia, preocupação e compaixão pelo outro. Apesar de não ter sido o foco do estudo, os resultados apontaram que os usuários são conscientes de onde a tecnologia está e o que ela pode entregar. Portanto, os respondentes reconhecem que ao utilizar um chatbot estão falando com um robô, porém esperam que em breve eles se tornem seres sencientes. A percepção da sciência de uma inteligência artificial pode levar a níveis mais satisfatórios da empatia digital percebida em um chatbot. Dessa forma, esse estudo cumpre com seu objetivo ao apresentar uma estrutura teórica indicando possíveis preditores para a empatia digital. Também fornece diversos insights que podem auxiliar os desenvolvedores na construção de chatbot para agencias de viagens.

Palavras-chave: empatia cognitiva; empatia compassiva; empatia afetiva; sciência; chatbot..
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



A PROPRIEDADE INTELECTUAL E OS JOGOS ELETRÔNICOS: IMPLICAÇÕES DOS DIREITOS AUTORAIS EM MUNDOS VIRTUAIS

Felipe Socha Cordeiro, Ingrid Gonçalves da Silva, Tarcisio Vilton Meneghetti.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Teoria do Direito

A partir do surgimento dos mundos virtuais e com seu desenvolvimento, especificadamente os Massive Multiplayers Online Role Playing Games – MMORPGs, cuja existência depende indubitavelmente e fundamentalmente do ciberespaço, faz-se necessário o estudo dos fenômenos jurídicos que ali ocorrem. Tem-se conhecimento que em tais mundos virtuais o usuário ingressa com um avatar, personagem criado ou escolhido pelo usuário, existindo a possibilidade de realizar transações e criações que, à primeira vista, poderia ser objeto de direitos autorais, patentes e/ou marcas, mesmo que se encontre vinculado à uma quantidade limitadas de possibilidades decorrente da programação pré-estabelecida. Somada a isso, tem-se o fato da possibilidade e plausibilidade de determinadas práticas que ocorreram, exclusivamente, no ciberespaço repercutirem e subsistirem no mundo real. É justamente diante de todo esse contexto narrado, que nasce problema de pesquisa enfrentado, qual seja: É possível aplicar a Propriedade Intelectual nos mundos virtuais? Para alcançar e responder tal objetivo, fez-se importante, primeiramente, estudar e conceituar a propriedade intelectual, bem como verificar sua incidência e inserção na legislação brasileira e internacional. Após, passou-se a discorrer sobre as controvérsias que envolvem os mundos virtuais, especialmente os jogos eletrônicos a fim de responder o problema de pesquisa. Nesse aspecto, sabe-se que o jogo eletrônico, entendido como programa de computador, é protegido pela Lei de Programa de Computador, ao passo que os elementos individuais podem ser protegidos por direitos autorais. Especificadamente quanto aos MMORPGs, sabe-se que, em que pese o jogador encontre-se restrito à uma parcela de elementos pré-definidos, existe a liberdade de criação, inclusive com um enredo não tão bem definido. O debate é nebuloso e, dada a inovação da temática, conclui-se que se faz necessário um maior aprofundamento doutrinário e jurisprudencial para que seja possível responder o problema de pesquisa com completude e real eficácia, contudo fixa-se uma premissa fundamental, qual seja: É fato que as criações idealizadas pelos usuários de determinado MMORPGs, em que pese só seja possível dentro dos limites tecnológicos previamente delimitados pela programação, é resultado da atividade intelectual do jogador. Por fim, quanto a metodologia, aponta-se que a pesquisa foi realizada por meio do método indutivo, aliado à pesquisa legal, bibliográfica e doutrinária.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual; Jogos Eletrônicos; Mundos Virtuais..

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES DE ESCOVAR OS DENTES EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA POR MEIO DE PISTAS VISUAIS E VIDEOMODELAÇÃO

Fernanda Lindenmeier Erlo, Andrielle Egídio, João Rodrigo Maciel Portes, Laura Giongo Bonato Chiamulera.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

Os pais de crianças com transtornos do espectro autista (TEA) encontram um desafio na criação de novos hábitos quanto a escovação diária dos dentes de seus filhos. O emprego de pistas visuais e videomodelação demonstram que o emprego destas técnicas melhora a aceitação, frequência e habilidade das crianças com TEA na escovação dos seus dentes. Nesse contexto, o principal objetivo dessa pesquisa foi analisar a existência dos benefícios da utilização das pistas visuais e de videomodelação, em crianças com TEA, no desenvolvimento da habilidade de escovar os dentes. Os objetivos específicos foram: b) descrever características sociodemográficas e clínicas das crianças e suas famílias; c) identificar os comportamentos emitidos após a aplicação das pistas visuais e da videomodelação; d) comparar o uso de pistas visuais e videomodelação como recursos para o desenvolvimento de habilidades de escovar os dentes em crianças com TEA. Com relação ao método, caracterizou-se como descritiva, exploratória, aplicada, com abordagem quantitativa. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade do Vale do Itajaí, sob o protocolo nº 4.663.416/2021. Na pesquisa houve a participação de 09 (nove) crianças com idade entre seis e nove anos, com diagnóstico de TEA nível 1 e seus pais atendidos pelo Centro Especializado em Reabilitação (CER II) na cidade de Itajaí/SC. Os participantes foram divididos aleatoriamente em Grupo 1 (pistas visuais) e Grupo 2 (videomodelação). Foram aplicados questionários sociodemográficos e de dados clínicos sobre a higiene bucal e protocolos de observação. Solicitou-se aos pais que realizassem a gravação de quatro vídeos, sendo um vídeo uma escovação por semana sem a utilização dos instrumentos, três vídeos de escovações utilizando as pistas visuais - Grupo 1 ou a videomodelação - Grupo 2. Os vídeos foram analisados por três juízes de forma independente para se obter o índice de concordância que foi de 87,58%. Os resultados obtidos através da análise dos vídeos revelam que mesmo com melhora nas repetições dos comportamentos referentes a habilidade de escovar os dentes não ocorreu diferenças estatisticamente significativas na emissão de comportamentos ao longo dos vídeos para os dois grupos. Todavia, conclui-se que os métodos utilizados promoveram uma melhora das habilidades de escovar os dentes, principalmente no grupo que utilizou a videomodelação. Diante do contexto da pandemia (Covid-19), esta pesquisa apresentou algumas limitações como o tamanho da amostra reduzida e a metodologia utilizada. Recomenda-se que novos estudos sejam criados, com diferentes tipos de análise para obter evidências do método mais adequado para esse público.

Realização



Vice-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Extensão

XXI SEMINÁRIO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

X Mostra Científica de Integração
Pós-Graduação e Graduação

4, 5 e 6 de Outubro de 2022



Apoio



Palavras-chave: Transtorno do espectro autista; escovação dentária; vídeos; recursos visuais; aprendizagem social.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS NOVOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DE SEUS SETE MAIORES MUNICÍPIOS

Gabriel de Novaes Silva, Rodrigo Mioto dos Santos, Glória Resende Chitarra, Carolina Fequetta.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

Entre 2019 e 2020, várias redes de educação (municipais e estaduais) apresentaram novos currículos em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que orienta a educação básica brasileira. Por sua vez, a BNCC deixa claro que a diversidade é uma das marcas dessa proposta de educação, o que fica manifesto na presença da diversidade ou da diferença em nove das dez competências que devem balizar a educação básica nacional. Nesse sentido, a proposta de pesquisa partiu da constatação de que a BNCC muito intensamente liga-se à educação em direitos humanos. Assim, o projeto, debruçando-se sobre a realidade catarinense, formulou o seguinte problema de pesquisa: em que medida os novos currículos da educação básica a serem implementados a partir de 2020 /2021 no estado de Santa Catarina, bem como nos Municípios de Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José, Chapecó, Itajaí e Criciúma, coadunam-se com os marcos legais que, no Brasil e no plano internacional, caracterizam a educação em direitos humanos? Para responder a essa questão, a pesquisa estruturou-se em três grandes fases: (a) identificação da concepção de educação em direitos humanos dada pelos marcos teóricos nacionais e internacionais; (b) a formulação de um instrumento de análise de currículo da educação básica pautada na fase anterior e (c) análise, em Santa Catarina, do currículo estadual e dos municipais das localidades com mais de duzentos mil habitantes. O projeto vale-se tanto do método indutivo (quando os referenciais são formulados a partir da análise particular de cada referencial normativo), quanto do método dedutivo (ao confrontar os referenciais desenvolvidos indutivamente com os currículos objeto de análise), com vistas a produzir uma análise qualitativa de documentos centrais da educação básica catarinense. Em razão do momento de pandemia e de todas as limitações de trabalho, o projeto conseguiu realizar, em 2020 somente o primeiro objetivo (a análise dos referenciais teóricos, metodológicos e normativos que fundamentam o Direito Internacional dos Direitos Humanos e sua contextualização com a educação em direitos humanos fixando os elementos caracterizadores de uma Educação em Direitos Humanos). Em 2021, o projeto passou por renovação, quando os outros dois objetivos puderam ser parcialmente atendidos: por um lado, se fez uma construção prévia de um instrumento de análise dos currículos com elementos que não poderiam faltar em um currículo que se situasse na perspectiva da educação em direitos humanos; por outro, se fez uma análise prévia dos documentos para testar a versão inicial do instrumento de análise, com uma conclusão inicial e prévia de que os currículos não deixam claramente definida a opção por uma educação em direitos humanos, ainda que não a impeçam, mesmo que a ocultação de temas possa ter significado semelhante à sua proibição de tratamento,



por exemplo. Considerado o trabalho desenvolvido e as potencialidades vislumbradas, bem como a não conclusão da proposta inicial, o projeto foi renovado para o ano de 2022, quando se pretende concluí-lo de forma final, inclusive com a inclusão de mais 3 (três) municípios (Lages, Palhoça e Jaraguá do Sul), ampliando a análise para o currículo estadual e para os dos 10 (dez) maiores municípios de Santa Catarina.

Palavras-chave: Educação em direitos humanos; Base nacional curricular comum; Currículos do estado de Santa Catarina e seus sete maiores municípios.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



A PROPOSTA DE PATRIOTISMO CONSTITUCIONAL EM MÜLLER PARA REFORÇO DA COESÃO SOCIAL EM SOCIEDADES MULTICULTURAIS

Gabriel dos Santos Medeiros Prudencio, JOSEMAR SIDINEI SOARES.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Teoria do Direito

Partindo de uma questão problema foi elaborado um projeto de pesquisa, o qual despendeu de forças a fim de aproximar-se da solução almejada. A questão problema implica em ensinar numa sociedade multicultural um reforço constitucional, com intuito de garantir a cooperação entre os indivíduos em relação aos interesses coletivos de maneira a qual não seja agressiva aos interesses individuais do mesmo. Foi utilizado o método dedutivo e, por meio de levantamento bibliográfico, com análise de dados qualitativos. No tocante a este assunto, há de se observar uma tecla chave, a qual é, talvez, o maior motivo de estarmos discursando sobre este assunto. A propriedade material consiste, simplesmente, em todo objeto que faça parte da vida dos indivíduos. A título de exemplo podemos elencar: casa, carro, apartamento, ferramentas, quadros, mesas, entre outras coisas. Os bens materiais, em sua maioria, carregam sentimentos. A blusa que vestimos pela primeira vez, a chave de uma casa que morou na infância, uma agenda que ganhou de alguém especial. Atribuímos um valor específico a um bem genérico. Acredito que todos temos itens que nos remetam a uma lembrança, a um sentimento. Nesta segunda etapa, destaco a propriedade imaterial. Ela consiste, nada mais nada menos, na capacidade de escolha. Continuo, é de forma simples e objetiva escolher algo que lhe torna único. Escolher as causas que quer apoiar, escolher a religião, escolher a forma de amar, escolher com quem quer se relacionar. Isso é o que define cada ser. Hegel, com os dois conceitos supramencionados, relata o amargor do indivíduo que tem sua propriedade roubada, ou melhor subscrito nesta pesquisa, violada. A pessoa que carrega consigo valores de uma vida, vezes deixadas pela hereditariedade, passados de mãe/pai para filho e tem esses valores postos em cheque ou violados por uma maioria, sente-se no mínimo desrespeitada. Dentro de uma sociedade, comportam-se um numeroso volume de pessoas, e cada uma dessas pessoas é dotada de propriedades, vontades, pensamentos, ideais... Como fazer com que todos vivam em harmonia? É uma dúvida que se estende pelos tempos. Um dos norteadores são os campos da moral e da ética. Em breves dizeres, moral é um conglomerado de regras que ditam o certo e o errado criados a partir do senso comum. Ética, no entanto, é mais complexo do que isto, em demasiadas vezes vem de forma institucional, limita e se relaciona com a moral de forma a conduzi-la no correto pactuado. Esses dois conceitos inter-relacionados guiam passos e definem indivíduos. Afinal, o ser humano é composto de experiências vividas em sociedade. O âmago de toda questão ecoa no limítrofe tênue de localizar uma equação que una a liberdade individual e a convivência em sociedade a partir de um viés com caráter único: Patriotismo Constitucional. O presente trabalho ensinou trazer mais próximo ao ângulo de visão a forma em que isto se torna palpável e possível. Elucidou que, em meio a tanta diversidade, deve-se lidar de formas diferentes. Também que, a população ao enfrentar tantas adversidades e passar por mudanças constantes, evoluiu e evolui a cada momento.

Palavras-chave: Patriotismo Constitucional, propriedade, sociedade..

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL: AS PROPOSTAS DE JOHN RAWLS E AMARTYA SEN.

Gabriel Werle Rempel, Douglas Weege.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Filosofia - 7.01.04.00-0 Ética

A presente pesquisa possui relevância para a análise da construção da concepção de justiça da contemporaneidade, a qual se mostra presente em diversas estruturas institucionais e sociais, por exemplo, as Constituições dos Estados Nações modernos. A pesquisa possui em seu repertório investigativo três eixos: primeiro, explorar as perspectivas em torno da justiça nos trabalhos de John Rawls e Amartya Sen; segundo, possibilitar, por meio dos autores estudados, um diagnóstico do tempo presente pelo prisma de Estado de Bem-Estar Social; terceiro, identificar no âmbito teórico e prático o compromisso das nações com a justiça e o bem-estar dos atores sociais. Tais objetivos se concretizam por intermédio de uma metodologia de revisão bibliográfica, da utilização do método dialético qualitativo, em conjunção com o método histórico. Assim, o autor John Rawls sustenta em sua teoria que o critério para o reconhecimento da justiça está na concepção de bens primários, enquanto Sen o identifica por meio das capacidades. Ambos autores possuem em suas teorias influências intelectuais distintas, de um lado, John Rawls se fundamenta inserido no âmbito contratualista, corrente da qual possui autores como Hobbes, Rousseau, Kant, Nozick e Rawls; matriz intelectual cuja definição concedida por Sen intitula-se como transcendental. Em contrapartida, Amartya Sen expõe sua tese de acordo com a avaliação comparativa - a qual possui fito a investigação de avanços ou retrocessos da justiça através de comparações - cuja corrente possui autores como Smith, Condorcet, Bentham, Marx, entre outros. Deste modo, as condições mínimas para a dignidade na perspectiva rawlsiana estaria alicerçada na forma da distribuição de direitos básicos, na liberdade e nas oportunidades iguais para construção do próprio destino. Na perspectiva seniana, por sua vez, as condições equiparam-se primordialmente à capacidade que o sujeito possui para exercer suas funcionalidades, ou seja, a dignidade da pessoa humana estaria fundada no grau de efetivação dos direitos básicos diante da real capacidade do indivíduo. Ambas as posições, embora distintas, são contempladas de alguma forma na Declaração Universal dos Direitos Humanos e, portanto, nas Constituições das diversas nações. Porém, o que se vê no campo dos códigos formais muitas vezes não se evidencia na realidade concreta da vida dos sujeitos, demonstrando, assim, que tanto Rawls quanto Sen possuem contribuições significativas para que as nações reflitam novas possibilidades de efetivação seja de bens primários seja das capacidades, só deste modo um Estado de Bem-Estar Social pode integralmente se concretizar.

Palavras-chave: Justiça, equidade, liberdade.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM / CNPq / UNIVALI



A PROPRIEDADE INTELECTUAL E OS JOGOS ELETRÔNICOS: OS MUNDOS VIRTUAIS E OS JOGOS ELETRÔNICOS NA JURISPRUDÊNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL

Gabriela Morais, Tarcisio Vilton Meneghetti.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Teoria do Direito

O presente trabalho visa analisar a aplicabilidade do Direito de Propriedade Intelectual aos mundos virtuais, no que diz respeito aos jogos eletrônicos, tanto no âmbito nacional quanto internacional, por meio de casos concretos e questões pertinentes, tendo em vista que é um tema em ascensão no mundo, em razão do desenvolvimento da tecnologia e da crescente superação da barreira tempo-espço. Deste modo, para alcançar o objetivo do estudo, a pesquisa foi dividida em três momentos, sendo o primeiro momento referente ao surgimento, caracterização, definição e classificação dos mundos virtuais, especificando as categorias atribuídas, tratando-se de Metaverso, MNORPG'S (Massive Multiplayer Online Role-Playing Games) e Paraversos, bem como foi abordado os fatores responsáveis pela existência dos mundos virtuais, referente ao fator tecnológico, econômico e social. No que diz respeito ao segundo momento, este abordou a Propriedade Intelectual, tratando da sua definição na Organização Mundial de Propriedade Intelectual e da sua previsão legal no ordenamento jurídico brasileiro, a qual abrange a propriedade industrial, o direito autoral e a proteção sui generis, momento em que se abordou os programas de computadores (softwares), regidos pela Lei nº 9.609/98, e sua proteção dentro da Propriedade Intelectual, sendo aplicável o regime de proteção das obras literárias pela legislação dos direitos autorais. Nesse contexto, em um terceiro momento, foi feita uma análise jurisprudencial no âmbito nacional e internacional, a respeito da aplicabilidade da Propriedade Intelectual nos jogos eletrônicos, momento em que o caso *Midway Mfg. Co v. Artic International Inc* foi abordado na pesquisa, tratando-se de uma questão judicial dos Estados Unidos, onde os jogos eletrônicos foram considerados obras audiovisuais protegidas pelos direitos autorais. Ademais, ainda no terceiro momento, foi trabalhado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o qual dissertou que os jogos de videogames são classificados como programas de computador, sendo aplicável a Lei nº 9.609/98, bem como foi abordado o caso *Zynga V. Vostu*, analisando os direitos de autor. Em relação à metodologia foi utilizado o método indutivo com levantamento bibliográfico, a partir de livros, artigos científicos e decisões dos tribunais nacionais e internacionais. Destarte, no que diz respeito às considerações finais sobre a aplicabilidade da Propriedade Intelectual nos mundos virtuais, infere-se que os mundos virtuais são provenientes do desenvolvimento tecnológico, principalmente, para receptionar jogos, os quais apresentam duas características principais, sendo a navegação por proximidade e a imersão, de modo a gerar dimensões através da interação e da interatividade, desenvolvendo novas formas de interação social. Assim, tratando-se da previsão legal da Propriedade Intelectual, colhe-se que esta contempla os programas de computadores, regidos pela Lei n. 9.609/98, cuja proteção ocorre por meio dos direitos do autor, mas não protege seu conteúdo científico ou técnico. Ou seja, há a proteção do programa de computador como obra literária e a proteção de invenções associadas a programas de computador, sendo a primeira referente a forma de expressão da linguagem computacional, surgindo com o ato de criação do programa, já as invenções associadas são protegidas por meio de patentes de invenções. Deste modo, os jogos digitais estão sujeitos aos direitos do autor, tanto em relação aos programas de computador, quanto aos elementos de áudio e às obras audiovisuais, tratando-se do código implementado, o qual diz respeito a todas as características do jogo, o que foi reconhecido na jurisprudência internacional, no caso *Midway Mfg. Co v. Artic International Inc* e na jurisprudência nacional, por meio do entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual; mundos virtuais; jurisprudência; direitos do autor. .
Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CINEMATográfico NA REGIÃO SUL DO BRASIL A PARTIR DE PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS NACIONAIS

Grasiela de Melo, Francisco Antonio dos Anjos, Priscila Fernandes Carvalho de Melo.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Turismo - Turismo

Produções audiovisuais como filmes, séries, novelas, etc. atuam como ferramenta de divulgação da imagem de destinos e canalizador de potenciais turistas que desejam conhecer as locações e atrativos turísticos que foram utilizadas nas gravações, fazendo emergir o turismo cinematográfico. Os benefícios econômicos relacionados à atração de visitantes e diversificação da oferta turística relacionada às produções audiovisuais têm incentivado organizações de gestão de destino (OGD) a atuarem no desenvolvimento do turismo cinematográfico. No Brasil, a literatura aponta alguns destinos que já desenvolvem o turismo cinematográfico, como Cabaceira/PB, Garibaldi e Bento Gonçalves /RS. A região sul do Brasil, vem se destacando por ser palco para produções audiovisuais de destaque a nível nacional. No entanto, não há estudos que englobem quais desses destinos desenvolvem o turismo cinematográfico e como essa atividade é administrada pelas OGD. Desta forma, este projeto teve como o objetivo de analisar o desenvolvimento do turismo cinematográfico nos destinos que serviram de locação para produções audiovisuais nacionais na região sul do Brasil para então compreender se esta atividade movimentava a economia local. Os procedimentos metodológicos envolvem a pesquisa exploratória e descritiva contemplando a pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. Como instrumento de coleta de dados foi adotado a entrevista semiestruturada e a análise documental. Para operacionalizar os dados coletados, foram adotadas as etapas, as quais se identificou estratégias e ações, que foram desempenhadas pelos destinos para desenvolver o turismo cinematográfico. Considerando o conjunto de estratégias coletados nas entrevistas com os organizadores de gestão de destino, e de acordo com a pesquisa e referencial bibliográfico, pode-se afirmar que o conceito de Turismo Cinematográfico já vem sendo discutido, mesmo que ainda de forma inicial, pelas políticas públicas locais. Dentre as cidades pesquisadas podemos citar Garibaldi, Bento Gonçalves, Curitiba e Florianópolis, com arranjos para início da organização das Film Commissions, avançando para um apoio e ações mais concretas em seus planos de governança. Estas buscam melhorar o acesso dos produtores à cidade, discutindo políticas públicas, para viabilização do advindo das produções, proporcionando um melhor suporte ao setor audiovisual e a impulsionar o trade local. Dentro das falas destes atores, está melhoria da infraestrutura de apoio, sendo também implementadas leis de incentivo e a busca de parcerias público-privadas. Mesmo sendo cenário para várias produções audiovisuais, outras cidades pesquisadas, tem outros segmentos turísticos como prioridades de sustentabilidade local. Contudo, tais cidades dizem estar cientes do potencial e dos impactos econômicos que o turista de cinema e as produções de audiovisuais possam trazer. Entre elas citam: o fluxo turístico, diminuição da sazonalidade e a movimentação do trade turístico como sendo as principais. Não descartando o seguimento como uma possível futura possibilidade para o local. Por fim, sendo um segmento relativamente novo e que vem agora se apresentando no Brasil, tanto no meio acadêmico quanto no setor do turismo, destaca-se o conhecimento sobre o assunto de todos os entrevistados, mesmo nas cidades que ainda não desenvolvem em seus planos de governança. Nesta análise podemos compreender, que no Sul do país, alguns gestores estão buscando algumas ações, ainda que tímidas, de direcionamento ao turismo Cinematográfico. Para seu melhor desenvolvimento é essencial que os interessados tragam o tema para o centro dos debates, e trabalhem em sinergia e com cooperação para o benefício de mais uma alternativa para o turismo em seu local.

Palavras-chave: Turismo Cinematográfico; Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Estratégias e ações..

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



O DIREITO AO RECONHECIMENTO DA FORMAÇÃO SUPERIOR DE REFUGIADOS NA REALIDADE INSTITUCIONAL DE SANTA CATARINA

Greice Luane Simon, Marcio Ricardo Staffen.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

Refugiados são pessoas que estão fora de seus países de origem por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, como resultado, necessitam de “proteção internacional”. Relatórios dos últimos anos mostram o aumento no volume de solicitações de refúgio recebidas no Brasil e apontam Santa Catarina entre os estados que mais receberam solicitações. O objetivo geral da pesquisa foi estudar as políticas de acolhimento e as soluções desenvolvidas e implementadas em âmbito nacional e estadual a fim de diminuir reações discriminatórias e promover a integração local dos refugiados de diferentes nacionalidades e que chegaram mais recentemente; bem como acompanhar mudanças na legislação e seus efeitos sobre a realidade deste público, com enfoque no processo de revalidação/reconhecimento de documentos de formação superior para posterior exercício regular de profissão para a qual houve prévia qualificação no país de origem. A metodologia de investigação orientou-se por estudos bibliográficos recentes junto à busca de informações em ambiente virtual, sites de órgãos públicos e consultas a relatórios contendo dados oficiais sobre a temática. Atentando-se aos Direitos dos Refugiados, inicialmente foi elaborado um panorama do refúgio como instituto em si, relacionando as principais mudanças no atendimento do governo brasileiro às milhares de solicitações provenientes de venezuelanos que cruzaram a fronteira nos últimos anos. Dados quantitativos sobre refugiados no Brasil foram expostos e comparados visando identificar as alterações neste cenário. Entre as conclusões, verificou-se um posicionamento mais humanitário com tendência a um número maior de refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro. No entanto, apesar do país contar com legislação específica, os dados coletados revelaram dificuldades de implementação de políticas de acolhimento. Diante da crise instaurada pela pandemia do Coronavírus, reforçou-se a hipótese de que alternativas para as políticas públicas dependem do compromisso e convencimento da população. A ausência de engajamento coletivo derroca qualquer estratégia, resultando no agravamento da situação daqueles que já sofrem diariamente com dificuldade de acesso ao sistema de saúde, condições de moradia e emprego e insuficiência financeira. Quanto à integração, permanência e subsistência digna de refugiados que vivem em Santa Catarina, importante destacar a posição do estado entre as unidades da Federação com maior número de vagas de trabalho ocupadas por trabalhadores imigrantes e refugiados. No último ano, mesmo em meio à crise do COVID-19, dentre refugiados e imigrantes que vivem no país, cerca de 24 mil foram inseridos no mercado de trabalho formal e destas vagas, 10,3 mil ofertadas em Santa Catarina. No que tange ao processo de revalidação/reconhecimento de documentos de



formação superior, verificou-se que a Plataforma Carolina Bori, ferramenta disponível para receber pedidos desta natureza, representa um avanço para este público. Ao analisar a Portaria Normativa nº 22/2016 do MEC chegou-se à conclusão de que o portal facilitou a articulação de um sistema coordenado para revalidação/reconhecimento de títulos e diplomas estrangeiros no Brasil, contribuindo para dar agilidade, transparência, coerência e previsibilidade aos processos. Voltando-se à realidade institucional catarinense, destaca-se que desde novembro de 2020 imigrantes haitianos, venezuelanos e cubanos em condição de refugiados dispõem do auxílio da Secretaria de Estado da Educação (SED). O setor de Documentação Escolar e o Instituto Estadual de Educação uniram-se para agilizar a validação dos documentos de estudo com tradução gratuita realizada pelos professores do Centro de Línguas Estrangeiras, dispensando-se tradução juramentada em função das dificuldades enfrentadas por esses estrangeiros. Após a análise do Cedup nos detalhes do ensino profissionalizante os documentos poderão receber parecer de equivalência pelo setor de Documentação Escolar da SED.

Palavras-chave: Refugiados; Proteção jurídica; revalidação/reconhecimento de diplomas.

Programa de Bolsas de Pesquisa do Art. 171 /FUMDES / UNIEDU / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



ANÁLISE DOS FENÔMENOS PERIGOSOS DA DINÂMICA DO MEIO FÍSICO NATURAL NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC.

Gustavo Bertemes Michalack, Graziela Maziero Pinheiro Bini.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Geografia - Geografia Regional

Desastre socionatural é um acontecimento súbito que interrompe a situação de normalidade e provoca prejuízos na vida dos indivíduos. Os desastres são decorrentes da suscetibilidade do local, inerentes as características geológicas, geomorfológicas, climáticas e pedológicas, todavia a ação antrópica pode potencializar a suscetibilidade a desastres ou até mesmo criar uma suscetibilidade onde antes não existia. O município de Tijucas, cidade localizada a 50 km da capital Florianópolis apresenta desastres socionaturais que se apresentam de forma recorrente, principalmente aqueles ligados ao processo fluvial. A exemplo, pode-se citar o ano de 2008 em que o município enfrentou uma de suas piores inundações, a qual decorreu de uma chuva excepcional, cujo registro de aproximadamente 300 mm era a expectativa para o mês inteiro. Dentro da faixa de clima, a região de Tijucas é de tipo subtropical úmido, com duas estações bem definidas, um inverno mais frio e seco e um verão quente e chuvoso, as chuvas se apresentam, de maneira geral, bem distribuídas durante o ano. Visando auxiliar o município, a presente pesquisa se preocupou em identificar às áreas suscetíveis a inundações. Para tanto, inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico com base em jornais, livros, documentos e sites oficiais, em sequência analisou-se a topografia local e como se deu a formação da mesma, posteriormente com base nas etapas anteriores foram realizadas saídas de estudo para analisar com mais detalhes aspectos referentes a drenagem fluvial, vias urbanas e ocupação territorial. Prontamente foi realizado um inventário de acidentes/desastres gerados por fenômenos naturais e também uma pequena identificação das intervenções humanas no meio físico, e de qual forma tais intervenções influenciaram na criação ou potencialização da susceptibilidade. Por fim, com base em todos os dados coletados e analisados durante a pesquisa, foi possível concluir que Tijucas é um município muito suscetível a inundações e que sua população é de grande vulnerabilidade, pois em geral é composta de pessoas em situações financeiramente débeis e com falta de conhecimento sobre o risco que se coloca, por isto, se faz necessário maior atenção do poder público as áreas inundáveis. Sugere-se, num primeiro momento que a partir do mapa de suscetibilidade a inundações, apresentado nesta pesquisa, seja realizado um mapeamento que apresente um zoneamento dos riscos, indicando o risco alto, médio e baixo a inundações no município. Outra medida importante seria a criação de um comitê comunitário para a gestão do risco, o qual poderia trabalhar medidas de prevenção, emergenciais e de reconstrução junto a Defesa Civil Municipal e a técnicos especializados.

Palavras-chave: Análise dos fenômenos perigosos da dinâmica do meio físico natural no município de Tijucas - SC..

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM / CNPq / UNIVALI



RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: AS NECESSIDADES DOS DEFICIENTES VISUAIS QUANTO À COMUNICAÇÃO DAS EMPRESAS NA OFERTA DE SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS

Helena Paiva Rodrigues, Daiane Johann, Carlos Eduardo de Almeida Ramôa.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Administração - Administração de Setores Específicos

O objetivo deste estudo é analisar as necessidades das pessoas portadoras de deficiência visual, quanto às informações, em forma e conteúdo, que necessitam obter nos websites das empresas que ofertam produtos e serviços. O estudo foca em uma questão inerente à sustentabilidade social, ao inserir os deficientes visuais no contexto da pesquisa, trazendo para discussão suas percepções sobre as necessidades que possuem quanto à comunicação para o consumo, com base no tipo e na qualidade da informação que é prestado pelas empresas, como um fator que permita fomentar a acessibilidade e inclusão. A partir daí, identificamos as informações, em forma e conteúdo, que as empresas disponibilizam em seus websites para auxiliar de alguma forma dos deficientes. Analisamos os websites das 100 maiores empresas de Santa Catarina, e apenas oito disponibilizam algum recurso de comunicação com os deficientes visuais, comprovando a necessidade de inclusão desses cidadãos no mercado de consumo, partindo do direito de acesso à informação, desde o princípio do processo de compra do produto ou serviço, sem o auxílio de outra pessoa. Sendo assim, passa a ser prioritário buscar o desenvolvimento do ser humano, sem considerar a deficiência como apenas uma característica médica, resultado da limitação funcional e estrutural do corpo, mas em uma perspectiva baseada no modelo social, onde as pessoas passaram a ser identificadas como deficientes pela própria sociedade. Posteriormente, visando aprofundar na área em questão, pesquisei artigos no Scopus, Google Acadêmico, Capes e no Scielo, e não somente nestas bases, mas em outras tanto nacionais quanto internacionais, artigos que se relacionavam ao nosso assunto e nos referenciando, fiz também um resumo bem objetivo de cada artigo encontrado, para facilitar a análise de cada um, e assim compreendermos mais a respeito do assunto em questão. Em seguida, para se obter resposta à questão da pesquisa, realizamos entrevistas com pessoas portadoras de algum tipo de deficiência visual, que foram indicadas pela Associação Catarinense para Integração do Cegos, para assim, conseguirmos desenvolver um meio para auxiliá-las em busca na internet, de forma independente e certa, pensamos em algum aplicativo ou ferramenta para implantar nos websites e assim sanar o problema em questão posteriormente.

Palavras-chave: Deficiência visual; Responsabilidade social corporativa (RSC); Acessibilidade.
Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



OS ELEMENTOS DA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIAS DEFINIDOS NO PROJETO PEDAGÓGICO

Isadora Minella Pereira, Daniela Gomes Medeiros.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Educação - Planejamento e Avaliação Educacional

A relação escola-famílias se constitui a partir de diferentes saberes, discursos, interesses e ações ao longo da história. Silva, P. (2003) enfatiza que as relações escolas-famílias têm a idade da instituição escolar e sempre houve algum tipo de relação entre elas: “[...] ora mais directa, mais explícita, mais próxima, mais formal, mais harmoniosa; ora mais indirecta, mais implícita, mais distante, mais informal, mais tensa” (SILVA, P., 2003, p. 29). Faria Filho (2000) também enfatiza que as mudanças sociais em curso é que vão definindo as relações entre escolas e famílias. É sabido que a escola é um espaço de socialização e aprendizado não somente para as crianças/alunos, mas também para os adultos que interagem com ela. Pesquisas realizadas anteriormente retratam também algumas ideias que constituem as relações entre escolas e famílias, como: a de que a participação das famílias é algo importante (CHRISTOVAM; CIA, 2013; JOHANN, 2018); que é necessário dialogar e escutar as famílias (FERRAZ, 2011, CORDEIRO, 2018); que as famílias manifestam o desejo de estar mais presentes nas atividades escolares dos filhos (GASONATO, 2007; FEVORINI, 2009). Com base nesses estudos traçamos a pesquisa a partir da seguinte questão norteadora: Quais elementos da relação escola-famílias estão definidos no Projeto Pedagógico da Educação Básica do Colégio de Aplicação Univali? Por meio desta, o objetivo geral da pesquisa consiste em: Analisar os elementos da relação escola-família definidos no Projeto Pedagógico da Educação Básica do Colégio de Aplicação Univali, e tem como objetivos específicos: mapear as ações que envolvem as famílias no Projeto Pedagógico e identificar os elementos da relação escola-famílias no Projeto Pedagógico. Esta pesquisa se deu a partir de uma análise documental, definida por Bell (1997) como a metodologia que se caracteriza quando os documentos são o alvo do estudo. Flores (1994), afirma que a análise documental consiste na identificação de unidades de significado em um texto e na investigação das relações entre elas e com o todo. Nessa perspectiva o autor ainda complementa que a análise documental é constituída por dois momentos: recolha e análise dos documentos. Sendo assim, mapeamos por meio da recolha e análise do Projeto Pedagógico do Colégio de Aplicação da Univali, unidades de significado no texto para analisar a partir de descritores, como: família, pai, mãe, comunidade, conselho escolar e gestão democrática, como se dá a relação escola-famílias. Identificamos por meio desta pesquisa que os elementos da relação escola-famílias definidos no Projeto Pedagógico da Educação Básica do Colégio de Aplicação Univali trazem um número maior de inferências para o descritor: família, no qual se apresenta orientações e recomendações para os processos de ensino e aprendizagem dos estudantes, em seguida o descritor: pais, mãe/pai, traz orientações e recomendações ao apoio institucional aos discentes; e por fim o descritor; comunidade, diz respeito ao contexto educacional, perfil do aluno e estrutura curricular. Ainda por meio da análise verificou-se ausência dos descritores: Conselho Escolar e Gestão Democrática, no entanto, conclui-se que a relação escola-famílias busca o sucesso escolar dos estudantes. Ressalta-se a importância do Projeto Pedagógico, como elemento essencial que ele deva ser sempre revisado, pois o aluno que está sendo discutido está em constante mudança, sendo necessário o envolvimento e comprometimento de comunidade escolar, visando melhores condições e qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Relação escola-família. Projeto Pedagógico. Educação Básica..

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM / CNPq / UNIVALI



O FATO GERADOR DE ITBI SOB VIÉS DO TEMA 1124.

Jairo Matias da Silva, Murilo Justino Barcelos.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Privado

O presente resumo trata de uma pesquisa/artigo científico onde foi pesquisado o fato gerador do ITBI - Imposto sobre transmissão de bens imóveis, este tributo muito comum no meio social está constitucionalizado no art. 156, II. Tema muito discutido na atualidade, do qual encontrava-se em Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com agravo 1.294.969 no Tribunal de São Paulo, Tema 1124. Independentemente do entendimento acerca do julgado, se pode extrair deste uma leitura muito rica e calorosa para os amantes de debates em nossos meios jurídicos. Fato Gerador, Imposto sobre transmissão de bens imóveis; Judicialização, foi as categorias que juntas formaram a base de pesquisa. O estudo feito é a análise dos instrumentos em relação as formas de contribuir com o Estado, de forma facultada e direcionada pelos órgãos competentes. Contribuição está de forma pecuniária, nesta pesquisa adentraremos especificamente na seara do ITBI, Imposto sobre transmissão de bens imóveis, buscando analisar seu fato gerador visando uma possível uniformização das legislações Municipais aos quais compete está regência. Esta análise tem como ponto chave a comparação de incidência do ITBI, como utilização dos institutos no Direito Civil e do Direito Processual Civil bem como sua respectiva função jurídica como ferramenta de reparação de danos. Nesta pesquisa traremos a forma procedimental para o recolhimento do ITBI sendo utilizado como exemplo o município de Bombinhas. Neste abre-se um protocolo de emissão ou isenção do imposto (ITBI) ou alteração da propriedade de um imóvel junto ao Cadastro Imobiliário Municipal mediante processo de Integralização de Capital. Somente após o recolhimento do imposto que o Cartório efetua a transferência do imóvel para o seu nome, assim, no exemplo mencionado o Tributo deve ser recolhido quando da lavratura da Escritura Pública de Compra e Venda ou Integralização do imóvel em Pessoa Jurídica. Objetivo Geral desta pesquisa resulta em analisar em qual momento efetuar o lançamento do crédito tributário de ITBI e, em qual momento ocorre o seu fato gerador. A pesquisa serve-se do método indutivo auxiliado de técnicas do referente, dos conceitos operacionais e da pesquisa bibliográfica. Ao verificar o teor do Agravo 1.294.969 SP/, compreende-se que a intensão do Município de São Paulo em cobrar ITBI na relação inicial entre os contratantes foi desprovida pelos órgãos do judiciário, sendo este o principal objeto de estudo analisando a Repercussão Geral no Recurso Extraordinário e seus efeitos junto com o Tema 1124. Como contextualização e estrutura para o julgamento, houve uma análise inicial acerca da constituição da propriedade, e suas relações específicas dentro um meio social. Em que pese tenhamos o registro da propriedade como ato inicial para fins de transferência da propriedade o momento de incidência de Fato Gerador do ITBI foi questionado judicialmente no Agravo 1.294.969 de São Paulo. Por sua vez, o Imposto sobre Transmissão de Bens imóveis (ITBI), imposto sobre a competência Estadual até a vigente constituição de 1988, no seu artigo 156, II, CF88 nos traz essa modificação, atribuindo aos municípios a cobrança deste tributo sobre a transmissão Inter vivos a qualquer título, por relação contratual que seja por um ato oneroso. Observadas as relações de competências e momento do Fato Gerador, quando levado ao Tribunal as posições do julgado do Agravo 1.294.969, urge a necessidade da aplicação da hermenêutica jurídica para que possamos compreender a norma tipificada e seu alcance, entendimentos jurisprudências de acordo com sua importância, ainda mais quando se reveste de um tema elencado com repercussão geral. Chegamos a observar os julgados, sendo que o entendimento do STF foi a não incidência do ITBI, no contrato de promessa de compra e venda, mais que o fato gerador nasce apenas na sua efetiva transferência no Registro de Imóveis. Neste contexto notamos que em decorrência de casos específicos poderá haver uma alteração da interpretação de textos legislativos, de modo que os Municípios tenham mais autonomia nesta matéria, sendo que se encontram no real local das relações entre os particulares, e são eles os administradores e organizadores em captar recursos para suprir os gastos com a sociedade. Por outro lado, caso tenhamos adoção da decisão de modo literal poderemos sobre um impacto nos procedimentos



gerais de emissão e exigência do recolhimento de ITBI, eis que a propriedade só é transferida mediante o Registro na sua matrícula.

Palavras-chave: Fato Gerador; Imposto sobre transmissão de bens imóveis; Judicialização..
Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



PERFIL BIOPSISSOCIAL DOS USUÁRIOS COM FIBROMIALGIA ATENDIDOS EM UM SERVIÇO DE EXTENSÃO MULTIDISCIPLINAR

Jamir Joao Sarda Junior, Maria Eduarda de Lucca Knop.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Psicologia - Tratamento e Prevenção Psicológica

A fibromialgia (FM) é uma doença com sinais e sintomas biológicos e psicológicos podendo ocasionar incapacidade física importante, sofrimento psíquico e importante impacto social. Diante disto a Univali oferece desde 2007 um serviço de saúde específico a mulheres convivendo com este quadro, que consiste numa intervenção interdisciplinar que contempla atividades na piscina (2 x por semana), orientações nutricionais quinzenais e sessões de psicoeducação semanais realizadas durante 4 meses. O presente projeto tem como objetivo delinear o perfil biopsicossocial desta população de mulheres atendidas durante o ano de 2018 e 2019. Trata-se de um estudo quantitativo, de corte transversal utilizando dados coletados através um inventário clínico, o questionário de impacto da fibromialgia (FIC), a escala de pensamentos catatráficos e uma escala de depressão. O presente projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer 4.663.425). Esses instrumentos são preenchidos pelas usuáris ao início de cada grupo visando delinear o perfil biopsicossocial das usuáris. Os escores destes instrumentos foram transferidos dos prontuários e transferidos para uma planilha do programa SPSS e posteriormente analisados utilizando estatística descritiva e inferencial. Durante o período referido participaram dos grupos cerca de 50 pacientes. Os pesquisadores entraram em contato com os participantes via telefone e solicitaram a permissão para o uso de dados segundo os pressupostos da lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD). Todas as 23 usuáris localizadas/que atenderam as chamadas telefônicas consentiram com o uso de seus dados de prontuários. Todas as participantes do grupo são mulheres, com idade média de 59,05 anos (DP = 9,1). Cerca 10% das usuáris do serviço tinham menos que 4 anos de escolaridade, 35% entre 4 e 8 anos de escolaridade, 25% tinham ensino médio e 30% ensino superior incompleto ou completo. Setenta por cento das participantes recebiam entre 1 e 2 salários mínimos e apenas 30% estavam trabalhando regularmente. Setenta por cento eram sedentárias e 80% referiram não ter sono reparador. Quarenta e cinco por cento das usuáris apresentaram um impacto importante da fibromialgia em suas vidas segundo critérios do FIQ, 40% apresentaram sintomas significativos de depressão (percentil maior ou igual a 84) e 35% apresentaram um padrão hipervigilante (percentil maior ou igual a 84). Estes resultados sugerem que dada as características desta população, é importante desenvolver uma intervenção com uma linguagem simples acessível a pessoas de todos os níveis educacionais, intervenções que consideram os escassos recursos financeiros desta população e que estimulem a pratica de atividade física e aborde os aspectos depressão e hipervigilância. A necessidade de trabalhar a prática de atividade física, reduzir sintomas de depressão e hipervigilância são aspectos descritos na literatura científica como importantes recursos terapêuticos devendo ser abordados no tratamento da FM.

Palavras-chave: Fibromialgia; Aspectos psicológicos; Perfil epidemiológico.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



A PROTEÇÃO DE DADOS COMO INSTRUMENTO LEGAL PARA COMBATER O ABUSO DO PODER POLÍTICO E ECONÔMICO NO ÂMBITO ELEITORAL-DIGITAL.

Jeremias Santos de Jesus, Marcio Ricardo Staffen.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

A medida em que a sociedade se digitaliza, ocorre a migração de relações para o ambiente virtual, conduzindo à superação do entendimento da internet apenas como um espaço de entretenimento e situando-a como parte da realidade social de abrangência cada vez maior. Este entrelaçamento das duas realidades traz consigo uma característica central: As ações promovidas no ambiente virtual, ainda que aparentemente inofensivas, são capazes de provocar efeitos reais, sobretudo no âmbito do exercício da cidadania e da democracia na sociedade contemporânea. O que torna necessária a abordagem do tema com vistas à projeção de soluções ponderadas, de maneira a não provocar restrições aos direitos dos usuários, reduzindo-se, ao mínimo, a utilização de critérios subjetivos baseados na valoração dos conteúdos divulgados por candidatos e eleitores na internet, dentro de parâmetros salutares ao livre desenvolvimento da personalidade, dos direitos políticos e, conseqüentemente, da democracia. Partindo deste entendimento, através do método indutivo, a pesquisa objetivou responder o seguinte problema: “Por que a proteção de dados deve assumir o ponto central na construção de soluções para os problemas relacionados a desinformação propagada no meio digital, especialmente no âmbito eleitoral?”. Para tanto, foi estabelecido o liame entre proteção de dados e propaganda eleitoral, a partir dos problemas ocorridos nas últimas eleições, em contexto internacional, tidos como fator comum a digitalização das relações sociais. Demonstrando-se que a nova realidade tecnológica permite que as atividades de identificar e analisar padrões humanos, inferir gostos e ideais, assim como adotar estratégias com alto grau de probabilidade de sucesso para garantir o alcance do objetivo, sejam maximizadas através da automatização, podendo alcançar milhões de pessoas em curto espaços de tempo. O que no contexto eleitoral, pode ser utilizado estrategicamente para divulgação de informações com vistas a promover pautas e ideias, notadamente como forma de influenciar a opinião pública e trazer resultados eleitorais. O que é feito com a utilização de um “insumo” extremamente importante: Os dados pessoais. Tal relação é aferível a partir da compreensão de técnicas como “microtargeting”, definido como uma forma de publicidade direcionada on-line que analisa dados pessoais para identificar os interesses de um público ou indivíduo específico, a fim de influenciar suas ações. De maneira agregada, demonstrou-se o papel do direito fundamental a proteção de dados como dimensão do direito à privacidade, e sua importância para a garantia do poder individual das pessoas. Poder este, consubstanciado na liberdade de escolha, que assume dois sentidos: A possibilidade do desenvolvimento individual sem interferências indevidas ou arbitrárias e a capacidade de autodeterminação e autogoverno essencial para o exercício consciente da democracia, notadamente na formação da opinião pública que fundamentará as decisões nos processos democráticos. A partir disso entende-se que o tratamento de dados pessoais em determinados contextos no âmbito eleitoral pode configurar um risco à democracia pois combinando dados coletados junto com algoritmos para análise de padrões de comportamento, as liberdades essenciais à democracia são passíveis de manipulação, considerando que os cidadãos tornam-se objetos de técnicas e tecnologias cuidadosamente estruturadas e pensadas para atingir objetivos que muitas vezes não são claros à sociedade. Ante o exposto, a proteção de dados assume um papel imprescindível como um instrumento legal eficaz na tarefa de combater o abuso do poder político e econômico no âmbito da propaganda eleitoral na internet, porque garante a liberdade de escolha dos indivíduos, e possibilita o livre desenvolvimento da personalidade essenciais para o exercício da democracia.

Palavras-chave: Proteção de dados, Privacidade, Propaganda eleitoral, Democracia..
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



O ESTADO DA ARTE DO AVANÇO DA TECNOLOGIA E SEUS REFLEXOS NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Jonas Richter, Emanuela Cristina Andrade Lacerda.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Privado

A presente pesquisa tem por objetivo uma análise o estado da arte da tecnologia, visando analisar o que propiciou à humanidade, como seus benefícios, maiores domínios sobre os recursos naturais, e conseqüentemente maiores abundâncias e eficácias no manejo das coisas inerentes à sobrevivência humana. Ainda que muitos benefícios sejam verificados, existem eventos catastróficos decorrentes desse avanço que culminaram num repensar das ciências. Através do desenvolvimento tecnológico barreiras físicas e virtuais foram vencidas, guerras foram travadas e a humanidade se tornou cada vez mais dependente da tecnologia. Atualmente, na área jurídica, vivencia-se uma ruptura de paradigmas que irá determinar mudanças desde o ensino jurídico até o resultado final na resolução de conflitos por parte dos jurisdicionados. A solução para o caos do judiciário, em razão do número de processos em tramitação, atualmente está apoiada na tecnologia. O Código de Processo Civil foi pensado e estruturado visando a rápida e efetiva solução dos conflitos e conta com o avanço tecnológico para atingir esses objetivos. Por outro lado, os avanços que se avistam têm causado certa preocupação aos novos profissionais que ingressam ou ingressarão no mercado de trabalho, pois os softwares jurídicos vêm ocupando as mais diversas cadeiras jurídicas de forma avassaladora. O que se esperar e, como esperar essas transformações se mostra fundamental para a segurança de todos, seja operadores jurídicos, seja aos jurisdicionados.

Palavras-chave: Processo Civil; Estado da Arte; Tecnologia; .

Programa de Bolsas de Pesquisa do Art. 171 /FUMDES / UNIEDU / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



APLICAÇÃO PRÁTICA DE UM FLUXO DE TRABALHO PARAMÉTRICO EM PROJETO ARQUITETÔNICO

Júlia Azambuja Jasiocha, Marcelo Galafassi.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Arquitetura e Urbanismo - Projeto de Arquitetura e Urbanismo

O avanço tecnológico tem permitido, cada vez mais, a construção de formas complexas e de forte impacto arquitetônico, e que, na maioria das vezes, são de difícil compreensão por parte dos modelos tradicionais de produção projetual, especialmente em relação às análises de impacto de conforto ambiental. Esta pesquisa teve objetivo aplicar, em projeto arquitetônico, um fluxo de trabalho para dimensionamento de elementos de obstrução solar por meio de softwares paramétricos. A Metodologia envolve uma pesquisa exploratória, desenvolvida com o método de pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa. Dessa forma, foram utilizados o software Rhinoceros 6.0, e os plug-ins Grasshopper e Ladybug, que trabalham de forma integrada e permitem modificações instantâneas durante o processo, compreendendo o objeto de estudo em diferentes escalas. O projeto envolve a criação de uma edificação de 03 pavimentos, sendo 02 pavimentos protegidos por uma fachada ventilada de superfície curva e perfurada, concebida a partir do Rhinoceros e Grasshopper e utilizando o conceito do Diagrama de Voronoi. A partir do plug-in Ladybug e da inserção do arquivo climático em formato EPW, o modelo então foi analisado para duas localidades distintas: Porto Alegre (RS) e Maceió (AL), escolhidas por apresentarem diferentes contextos climáticos. Enquanto a cidade de Porto Alegre (RS) é localizada na Zona Bioclimática 03 e apresenta alta amplitude térmica anual, considerando-se as necessidades para inverno e verão, Maceió (AL) apresenta baixa amplitude térmica anual, com estação verão como principal durante o ano todo, enquanto está localizada na Zona Bioclimática 08. A partir do plug-in Ladybug, foram analisadas carta solar e trajetória solar para ambas as cidades, considerando soluções que respeitem as necessidades de cada localidade e também as estratégias indicadas de acordo com a Zona Bioclimática em questão. O modelo de cada cidade foi alterado conforme as necessidades de cada cidade, modificando parâmetros da fachada curva, espessura, e localização das “cavidades” do Voronoi, gerando 02 modelos diferentes ao final do processo. A utilização dos programas e ferramentas paramétricas integradas durante o processo projetual arquitetônico se mostrou benéfico e importante para a compreensão do objeto em construção, permitindo a fácil criação de superfícies e formatos de maior complexidade e a análise integrada da edificação em uma única interface, dispensando a utilização de diferentes programas e softwares ao mesmo tempo. O fluxo de trabalho paramétrico criado pode ser aplicado em outras cidades que também apresentem o formato EPW, a fim de estudar e compreender as características bioclimáticas, adaptando as soluções arquitetônicas conforme as necessidades de cada local.

Palavras-chave: Conforto Ambiental 1; Modelagem Paramétrica 2; Projeto Arquitetônico 3;
Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



AS RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICO ECONÔMICAS E CULTURAIS NO TEMPO DA INTERNET DAS COISAS.

Júlia Dora Salles Siebert, Marcelo Azeredo.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Sociologia - Outras Sociologias Específicas

O século XXI avança sob complexas perspectivas sociopolíticas econômicas e culturais, as relações humanas interagem ciberneticamente em expansão estendendo as possibilidades tecnológicas que libertam e aprisionam paradoxalmente, uma civilização humana que avança para o conceito integral de rede e conseqüentemente afasta-se da comunidade primordial humana. As novas comunidades virtuais ocupam espaço cada vez maior no tempo das pessoas modificando significativamente as formas de comunicar e interagir, novos paradigmas se edificam esteticamente anunciando o espírito dos novos tempos que avançam décadas deste início de século. Este estudo tem por finalidade explorar possibilidades analíticas à compreensão desta dinâmica civilizatória que nos conduz ao desconhecido tempo da Modernidade Líquida como teorizou o notório filósofo e sociólogo polonês Zygmunt Bauman, ou ainda como preferem outros a Pós-modernidade. O objetivo geral do projeto consiste em realizar pesquisas analíticas de caráter revisional bibliográfico que permitam evidenciar e conceitualizar os termos: Internet das coisas, Revolução Industrial 4.0, Modernidade Líquida e Civilização do Espetáculo em suas múltiplas possibilidades de interpretação no contexto de nossas sociedades pós-modernas, com foco à educação contemporânea no colégio de Aplicação da Univali. A metodologia para as pesquisas envolvidas no projeto dar-se-ão pelo viés de revisões bibliográficas orientadas. As análises críticas provenientes do processo dialético de confronto ideológico e teórico permitirão resultados interpretativos e conseqüentemente propostas de intervenção à situação problema referida, tendo como desafio ao estudante orientando adequar suas perspectivas analíticas às normativas institucionais acadêmicas, respeitando, portanto, prerrogativas éticas da área do conhecimento em desenvolvimento.

Palavras-chave: Internet das coisas, Modernidade Líquida, A Civilização do Espetáculo..

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM / CNPq / UNIVALI



UMA VIAGEM PELOS GRANDES MARCOS HISTORIOGRÁFICOS

Julia Maria de Oliveira, Agatha Gabrielly da Luz Michelutti, Eliton Felipe de Souza.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
História - Teoria e Filosofia da História

Este projeto visou, antes de tudo, em um momento em que o negacionismo do conhecimento científico se faz presente socialmente, possibilitar aos estudantes do ensino médio a aproximação à pesquisa e à produção científica. Para isso, o pesquisador bolsista partiu da divisão quadripartite da história para identificar elementos que marcaram cada um dos períodos: pré-história; história antiga; história medieval; história moderna; e história contemporânea. A ideia aqui, é a de aproveitar os equipamentos já existentes no Colégio de Aplicação para imprimir de forma tridimensional, objetos que possam ser utilizados para exemplificar cada período historiográfico. A base metodológica deste trabalho foi constituída por meio de levantamento bibliográfico capaz de dar sustentação a um estado da arte do qual o bolsista possa ser capaz de apontar fatos importantes para a pesquisa.

Palavras-chave: História quadripartite; Impressão 3D; Marcos historiográficos.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM / CNPq / UNIVALI



GOVERNANÇA DE RESÍDUOS NO CONTEXTO DA ECONOMIA CIRCULAR: UM ESTUDO NO SETOR CALÇADISTA BRASILEIRO

Juliana Fabiola Frese, Karolina Crespi Gomes, Gabriela Almeida Marcon Nora, Anete Alberton.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Administração - Administração de Setores Específicos

A produção em massa de bens de consumo fez com que a reciclagem passasse de uma opção de gestão de resíduos utilizada para aproveitar recursos escassos a uma necessidade ambiental. Contudo, essa prática vem sendo questionada em função do novo paradigma da Economia Circular. O objetivo deste artigo é, mediante a realização de um estudo de caso com empresas brasileiras do setor calçadista, compreender como as organizações podem adaptar suas cadeias de valor e modelos de negócio de modo a alinhar-se aos preceitos da Economia Circular, a fim de alcançar melhor uso de insumos e produção mais inteligente e sustentável. O presente estudo é de caráter exploratório e qualitativo. Adotou-se como estratégia investigativa o estudo de caso, com análise técnica documental de cinco empresas brasileiras do setor calçadista, grande exportador, escolhidas em função de serem reconhecidas no mercado por suas boas práticas. O estudo demonstra que é possível realizar ajustes na cadeia de valor e no processo produtivo a fim de aumentar a eficiência na utilização dos insumos, reduzir o desperdício e reintroduzir materiais utilizados antes. A gestão de resíduos passa por avanços técnicos e até mesmo epistemológicos ao longo do tempo. A reutilização de refugos é uma medida importante para reintrodução do material na cadeia produtiva e minimização do impacto ambiental. Do ponto de vista econômico, o melhor aproveitamento dos materiais reduz as perdas da empresa e, conseqüentemente, impacta seu custo operacional. Tem-se que o objetivo proposto neste artigo foi alcançado a partir da demonstração de práticas que adaptam a cadeia de valor das organizações estudadas e inclinam-se aos preceitos da Economia Circular, sem descuidar dos interesses econômicos da empresa. A reciclagem deve ser vista como uma opção em uma hierarquia de estratégias de gerenciamento de resíduos, mas não como única ou melhor alternativa. Ressalta-se que há campo empírico para exploração da área no Brasil, eis que as práticas verificadas nas empresas ainda podem ser aprimoradas para que sirvam de modelo. Os materiais de confecção da cadeia podem ser mais bem aproveitados. Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar o enfoque nas metas de cada prática considerada aderente à Economia Circular, além de verificar categorias de produtos e processos de negócios específicos que possam se valer dos princípios estudados para uma melhor governança dos resíduos sólidos.

Palavras-chave: Economia Circular; Governança de Resíduos; Reciclagem; Sustentabilidade; Modelo de Negócio..

Programa de Bolsas de Pesquisa do Art. 171 /FUMDES / UNIEDU / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



POSSE E PROPRIEDADE COMO NA UNIÃO ESTÁVEL E CASAMENTO

Larissa Izabel da Silva, Murilo Justino Barcelos.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

artigo realizado tem como objeto de estudo, tratar-se de alguns assuntos inerentes ao direito de posse e propriedade, realizando comparações legislativas e posicionamentos de Tribunais Superiores e correlacionar a união estável e casamento a esses direitos. O intuito é esclarecer brevemente através de conceitos, comparando os direitos de casamento e união estável com relação a posse e a propriedade, compreendendo o entendimento legislativo na aproximação ou distância entre os dois institutos, bem como os efeitos sociais que tal situação pode acarretar. Os objetivos específicos são: a) analisar a diferenciação prática e legal entre Posse e Propriedade; b) estudar a tênue distância ou aproximação da União Estável com o Casamento considerando a Legislação e os Tribunais Superiores; c) analisar se há eventual semelhança no modo de tratamento e diferenciação entre Posse e Propriedade como na União Estável e Casamento de acordo com a legislação e a aplicação desta pelos Tribunais Superiores. Em primeiro tópico foi abordado a diferenciação entre Posse e Propriedade, sendo que a posse com as características: direta, indireta, justa, injusta, boa-fé e má-fé. Cada uma sendo discriminada conforme doutrinadores. Na Propriedade abordou o conceito de cada instituto e suas características principais, como: usar, gozar, dispor e reivindicar. Por segundo, a tênue distância ou aproximação da união estável e casamento considerando a legislação e os tribunais superiores. Definindo a União Estável e o Casamento, e sintetizando a diferenciação de casamento civil, religioso e religioso com efeito civil. Por terceiro, a semelhança no modo de tratamento entre posse e propriedade como na união estável e casamento de acordo com a legislação e a aplicação desta pelos tribunais superiores. Trazendo uma síntese dos direitos e deveres de cada um com relação a posse e propriedade. Por último, em específico aos direitos patrimoniais da união estável, conforme a legislação e com base na decisão do Supremo Tribunal Federal, os direitos que o casamento e a união estável possuem no direito brasileiro. O método utilizado é o indutivo, no qual as formulações foram trazidas na busca de se obter uma percepção generalista. Foi produzido um artigo científico com técnicas do referente, categorias básicas, conceitos operacionais e fichamento. Com relação aos direitos possuintes entre os dois institutos, entende-se com base na decisão do Supremo Tribunal Federal decidiu que: “A União Estável e o Casamento possuem o mesmo valor jurídico, tendo o companheiro os mesmos direitos a heranças que a pessoa casada. Silvio de Salvo Venosa afirma que União Estável não diferem do Casamento, porém não há razão em converter uma coisa em outra, por motivo que são totalmente desiguais e diversas, enquanto o casamento é negócio jurídico, a união estável é fato jurídico.² Esse aspecto fica bem claro no tratamento legislativo, compreendendo que tanto um quanto outro, possuem o mesmo direito. Sendo assim, Flávio Tartuce, ressalta



que se aplica o artigo 1.725 do Código Civil/15, que enuncia que o casal elegerá no contrato de convivência o regime da separação de bens ou da comunhão universal³, dependendo então do regime escolhido.

Palavras-chave: Posse e Propriedade; União Estável; e Casamento.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



ESPAÇOS DE MEIO DE HOSPEDAGEM RURAL NO BRASIL COMO SIGNO DE SOCIALIZAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Laura Muller Valente, Luciano Torres Tricarico.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Arquitetura e Urbanismo - Paisagismo

Estudos sobre meios de hospedagem rural pouco têm se dedicado aos atributos espaciais como signo de socialização para sustentabilidade social. Há dois fenômenos pouco pesquisados entre si, os quais direcionaram a pesquisa: espaços de meios de hospedagem rural no Brasil e espaço para socialização; o que, de outro modo, pode significar sustentabilidade social no território rural brasileiro. De sorte que se identifica um caráter inovador da pesquisa, pois estudos dos meios de hospedagem não têm se dedicado a atributos espaciais; essa aferição resulta de investigação bibliométrica feita com as temáticas da pesquisa, seguida por leitura bibliográfica. Ou seja, pesquisas sobre meios de hospedagem são preponderantemente feitas por viés empresarial socioeconômico. Com isso, um problema de pesquisa pôde ser inferido porque descrições e interpretações essencialmente socioeconômicas que até então vêm fundamentando as pesquisas sobre meios de hospedagem agora pôde ir ao encontro do espaço como valor atributivo para explanação do fenômeno “meio de hospedagem”. Vale destacar que o papel do espaço já vem sendo “descortinado” pelo ideal da dialética socioespacial no debate social crítico, e por isso valores sociais jurídico-políticos podem ser explicados pela produção do espaço. O pressuposto de pesquisa partiu da experiência empírica nos espaços do objeto de pesquisa que indicaram socialização no território rural, de sorte que socialização para sustentabilidade social não se manifestaria apenas em áreas públicas urbanizadas ou em redes sociais virtuais. Diante desse pressuposto, concluiu-se que pesquisas atuais têm imputado às cidades (sobretudo no século XXI) o lugar crucial para socialização e sustentabilidade social; ou ainda o entendimento de que a cidade é o lugar essencial para o “diálogo”, ou a cidade como lugar basilar para participação da população. Diante dessa condição e diante da experiência do objeto empírico da pesquisa e do pressuposto de pesquisa, formulou-se a pergunta de pesquisa: espaços de meios de hospedagem rural no Brasil também podem significar espaços de socialização para sustentabilidade social? Para responder a pergunta de pesquisa, tomou-se como objeto de pesquisa o Sítio Florbela localizado na porção agrária da Grande Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. A partir de um objeto de pesquisa analisado como fenômeno empírico – Sítio Florbela – pode-se contextualizar todo um território onde tal objeto está inserido, com valores que o influenciam: a zona rural brasileira; de sorte que o objeto de pesquisa “Sítio Florbela” pôde generalizar um fenômeno para zona rural brasileira – eis um caráter próprio às pesquisas qualitativas em Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas. Destarte, com tal compreensão, designou-se o objetivo da pesquisa: demonstrar socialização para sustentabilidade social em espaços de meio de hospedagem rural no Brasil. Para tanto, utilizou-se fontes em dados primários e secundários, leitura espacial e fotografias dos espaços como suporte. Os dados foram descritos à luz dos métodos da Semiótica peircena, seguidos pela Teoria da Montagem de Walter Benjamin. Os resultados mostram manifestação de socialização em espaços de meio de hospedagem rural como preditiva para sustentabilidade social na zona rural no país.

Palavras-chave: Meio de hospedagem rural; Espaço; Sustentabilidade social; Socialização; Brasil.
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



ANÁLISE DE FRAGMENTO DE DIFERENTES VIVÊNCIAS CULTURAIS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA

Laura Trelha Matias, Lisiane Gazola Santos.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Educação - Currículo

As atuais normatizações da organização da Educação Básica, expressas pela Base Nacional Comum Curricular, no que se refere ao ensino de Ciências, visa a formação de sujeitos alfabetizados e letrados cientificamente. A investigação desenvolvida no PIBIC-EM objetivou: compreender como a Alfabetização Científica é abordada nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, alunos do 3º ano, do Colégio de Aplicação da UNIVALI, campus Itajaí; elencar quais conhecimentos foram produzidos neste processo e definir os conhecimentos que envolvem a Alfabetização Científica, na Educação Básica. Projeto - CAAE - 30578220.8.0000.0120 obteve aprovação junto ao CEP UNIVALI em 30 de julho de 2021, sob parecer n. 4.875.598. Para a organização do presente trabalho realizamos uma seleção, que destaca um recorte contendo os dados dos alunos participantes da pesquisa. Tal seleção foi realizada contemplando a curiosidade por conhecer e compreender melhor a percepção dos alunos sobre a ciência e se os discentes poderiam ser considerados alfabetizados cientificamente. A pesquisa foi de cunho qualitativo, envolveu o uso de questionários com entrevistas semiestruturadas, com os dados coletados, prosseguimos para a análise de conteúdo, da qual emergiram categorias das respostas obtidas, bem como a quantificação em percentuais das recorrências. Considera-se o conceito de cultura como algo central, a partir das teorizações campo dos Estudos Culturais, o qual considera que as diversas maneiras de produção cultural precisam ser estudadas em relação a outras práticas culturais e às estruturas históricas e sociais. No contexto do presente trabalho ressalta-se a importância de entender a cultura como material da nossa vida diária, do nosso cotidiano. Desta maneira, as formas como as pessoas vivem, bem como suas distintas práticas e vivências culturais, são compreendidas também como aspectos constituidores da cultura. As diferentes culturas são elementos fundamentais para o desenvolvimento da Alfabetização científica. O conteúdo das entrevistas possibilitou a análise de fragmentos das vivências culturais das crianças, denotando grande impacto de tais vivências na produção de uma cultura científica, na qual se dá o processo de alfabetização científica. Destacamos a cultura do consumo e a cultura escolar como focos, possíveis de análise. No foco de análise - cultura escolar, a constituição de uma cultura científica por meio de vivências da cultura escolar emergiu de alguns relatos dos estudantes ao referirem os laboratórios e experimentos científicos como algo que caracteriza a ciência, tendo uma ocorrência de 33%, já 25% das respostas dos estudantes referem que a ciência está presente somente nas aulas e 14% apontam que as diferentes disciplinas escolares não se relacionam com áreas da ciência, portanto não integram a cultura científica, 49% das respostas dos estudantes destaca que a ciência não faz parte da vida cotidiana, sendo abordada exclusivamente, na escola ou sendo caracterizada como uma aula “chata”. O segundo foco de análise - cultura de consumo como promotora de vivências culturais que constituem a cultura científica, 92% dos relatos das crianças referem que a ciência tem relevância para o desenvolvimento de um consumo consciente e sustentável com ênfase na preservação do meio ambiente e da saúde. Os resultados das análises apontam que os alunos destacaram em suas respostas fragmentos de suas vivências culturais ligadas à escola e ao consumo, demonstrando significativa presença na constituição de uma cultura científica, na qual o processo de alfabetização científica ocorre assim como o conhecimento necessário para compreender informações e notícias sobre a ciência em um contexto significativo.

Palavras-chave: Alfabetização científica, cultura, Ensino fundamental .

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM / CNPq / UNIVALI



O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO E AS UNIVERSIDADES: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NAS BASES DE DADOS WEB OF SCIENCE E SCOPUS

Leandro Vinicius Fernandes de Freitas, Janaina Lorenzi Tomio, Carlos Ricardo Rossetto.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Administração - Administração de Empresas

O contexto atual mundial se caracteriza por mudanças aceleradas nos mercados, nas tecnologias e nas organizações, e a capacidade de gerar e absorver as inovações se tornou essencial para que uma organização se torne competitiva. No entanto, acompanhar essas mudanças rápidas é muito complexo e torna-se importante intensificar a capacidade dos indivíduos, empresa, países e regiões em gerar conhecimento, transformar seu aprendizado em fator de competitividade para se destacar no mercado cada dia mais inovador. A relevância que é atribuída à inovação como recurso para o desenvolvimento econômico tem instigado pesquisadores a compreender melhor como os agentes e seus respectivos padrões de interação ocorrem, abrindo espaço para estudos com uma abordagem voltada para os ecossistemas de inovação, um tópico de interesse em estudos de gestão da inovação (FISCHER et al, 2022). Valkokari (2015) acredita que é essencial entender e levar em conta às relações entre os atores dos ecossistemas, pois estes podem afetar o equilíbrio e a dinâmica do ecossistema (VALKOKARI, 2015). Shane (2004); Clauss et al. (2018); Gomes et al. (2018) e Suominen; Seppänen; Dedehayir (2019) ressaltam que compreender os fatores que influenciam a vitalidade dos ecossistemas de inovação é relevante em estudos sobre inovação. O ponto central do ecossistema de inovação é caracterizado nas instituições, como empresas, universidades, investidores, governos e suas interações estreitamente conectadas (ADNER, 2006). Um ecossistema de inovação engloba diversos atores que desempenham papéis diferentes e que compartilham habilidades, conhecimento e tecnologias, em um ambiente voltado para inovações e aprendizagem (AUTIO & THOMAS, 2014). As universidades estão inseridas em dinâmicas que evidenciam o papel de destaque que as organizações acadêmicas desempenham na formação de capacidades agregadas dentro dos ecossistemas (AUDRETSCH et al, 2019; AUTIO et al., 2014; CHEN e KENNEY, 2007; GUERRERO et al, 2016, 2020) e são consideradas os principais agentes que geram uma ponte entre a inovação e os ecossistemas de empreendedorismo (AUTIO et al., 2014). Neste sentido, a partir das argumentações que problematizam o tema Ecossistemas de Inovação e Universidade, este artigo pretende contribuir agregando novos valores ao estado da arte colaborando com a evolução e os avanços de pesquisas, resultando em novas investigações sobre o tema. O objetivo do estudo foi analisar os artigos publicados sobre o tema Ecossistema de Inovação e Universidades no período entre 2010 e 2021, nas bases de dados Web of Science e Scopus visando gerar uma agenda de pesquisa para estudos futuros. Foram identificadas referências bibliográficas, autores, artigos, redes de pesquisadores, universidades e clusters de pesquisa, além de serem apresentados conceitos que oferecem maior compreensão sobre o tema. A abordagem da pesquisa utilizada foi o estudo bibliométrico e os termos usados para a busca foram “Ecosystem”, “Innovation”, Innovation Ecosystem” e “Universit*”. Para análise dos artigos, foi realizada a análise bibliométrica utilizando o software Bibliometrix – R Studio. A aplicação deste software permitiu selecionar as diversas categorias de palavras chaves, gráficos e clusters que mais foram identificados entre os artigos selecionados. Os resultados da aplicação das bases ao programa renderam indicações dos autores locais mais citados; produção dos principais autores ao longo do tempo; distribuição da frequência de produções científicas; impacto local do autor pelo índice H; palavras chaves mais utilizadas; categorias mais relevantes; produção científica anual; mapa fatorial dos artigos com maiores contribuições; mapa fatorial dos artigos mais citados; espectroscopia de referência do ano das publicações; clusters de acoplamento de artigos; mapa conceitual e estrutura – método MCA; fontes mais relevantes; fontes locais mais citadas; média de citações dos artigos por ano; artigos mais citados no mundo e mapa de colaborações entre países. Dentre os artigos identificados na literatura observou-se também que o maior número de estudos se refere aos temas colaboração universidade x empresa e universidade empreendedora.

Realização



Vice-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Extensão

XXI SEMINÁRIO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
X Mostra Científica de Integração
Pós-Graduação e Graduação

4, 5 e 6 de Outubro de 2022



Apoio



Palavras-chave: Ecossistema; Inovação; Universidades.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



PRÁTICAS E AÇÕES RELACIONADAS AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTOS SUSTENTÁVEL EM NEGÓCIOS SOCIAIS.

Lorryne Gelslechter, Anete Alberton, Tatiani Schmitt.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Administração - Administração de Empresas

A discussão das práticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e negócios sociais, é um assunto atual e emergente, que envolve todas as nações e âmbitos da sociedade. Os negócios sociais possuem um papel muito importante a desempenhar na implementação dos ODSs, pois defendem a criação de mudanças sociais positivas (Littlewood & Holt, 2018, Kassin et al., 2020). Por este e diversos outros motivos, é um tema importante para a realização de pesquisas e discussões no âmbito acadêmico. O objetivo geral deste projeto PIBIC/CNPq desenvolvido foi analisar as práticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em negócios sociais, dando suporte ao GESeG — Grupo de Estudos em Sustentabilidade e Gestão em suas pesquisas. O projeto consistiu em levantar as práticas relacionadas aos ODS desenvolvidas pelos negócios sociais. Com uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa) a pesquisa é classificada como descritiva quanto ao seu objetivo e documental com relação aos procedimentos utilizados. A estratégia adotada para a coleta de dados se tratou de pesquisa documental pública, através dos relatórios e sites de instituições privadas (Artemísia, PIPE Social, e Instituto de Cidadania Empresarial - ICE); a análise dos dados foi através de análise de conteúdo. O projeto foi desenvolvido em duas etapas: inicialmente foram extraídos dos relatórios e sites (Artemísia, PIPE Social, ICE) os nomes dos negócios, seus colaboradores, dados gerais, seus ideais e objetivos e localização. Na segunda parte, por meio de busca em sites legais, como o da RFB (Receita Federal Brasileira) foram extraídos dados mais peculiares de cada negócio. A partir destas etapas, foi sendo confeccionada uma planilha com todas as informações recolhidas e posteriormente, foram coletados os dados acerca das práticas voltadas aos ODSs nos sites e plataformas. Foram identificados 347 negócios sociais no Brasil, desde 33 estão localizados na região sul. Os resultados demonstraram os principais ODS atendidos pelos negócios sociais, os quais são: ODS 12 (“Consumo e Produção Responsáveis”), ODS 8 (“Emprego Digno e Crescimento Econômico”) e ODS 11 (“Cidades e Comunidades Sustentáveis”). Com isso, foi possível organizar uma base de dados com informações referentes aos negócios sociais. Pode-se conhecer os negócios atuantes no país, seus empreendedores sociais, pessoas que se esforçam diariamente em seus negócios e projetos sociais para ajudar a população menos favorecida e colaborar com nosso meio ambiente. Espera-se que esses resultados sirvam de subsídio para novos estudos e para o surgimento de novos negócios sociais que implementem práticas para atender aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), negócios sociais, Práticas sustentáveis..

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



EMPREGO DA CLIENTOLOGIA NO SERVIÇO DE SUGESTÃO E RECLAMAÇÃO DE DOADORES DE SANGUE DA HEMORREDE DE SANTA CATARINA

Luana Amaral Chagas, Marta Machado Alves, Pâmela Paola Fumagalli Eccel, Renata Rodrigues Ferreira de Melo, Karina Henrique Arceno, Alexandre Geraldo.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Administração - Administração Pública

Pesquisar a respeito da satisfação dos usuários é uma tarefa fundamental para a gestão dos serviços, uma vez que seu entendimento pode proporcionar uma avaliação de desempenho sob a perspectiva do usuário. A Disney separa as avaliações feitas em quatro grandes grupos: Segurança – requer que o bem-estar e a paz de espírito dos convidados sejam prioridade –, Cortesia – requer que cada convidado seja tratado como único –, Espetáculo – requer entretenimento excepcional e ininterrupto para os convidados –, e Eficiência – requer operações sem percalços nos parques temáticos. Este estudo objetiva avaliar a semântica-Disney das manifestações escritas dos doadores de sangue de Santa Catarina. O presente projeto foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa sob parecer 4.799.615. Foram selecionados 6 (seis) Hemocentros da Hemorrede de Santa Catarina e obtidas as informações do Relatório do Serviço de Sugestão e Reclamação (SSR) de doadores de sangue. Os dados foram extraídos de janeiro a dezembro de 2012 a 2019 e adaptados a matriz de integração do Instituto Disney. Após obtenção dos dados em foram transcritas de forma individual um total de 62.128 dos 6 hemocentros de Santa Catarina nesta pesquisa, destas manifestações 2 dos hemocentros de Santa Catarina tiveram a conclusão parcial dos dados concluídas. O estudo permitiu a análise e avaliação o total de 20.146 manifestações escritas nos dois Hemocentros. Dessas, foram excluídas 7.684 (38,1%) das manifestações, visto que se tratava de informações exclusivas relacionadas ao processo e/ou cenário das instituições avaliadas, sem relação com o elenco. Sendo que, entre essas manifestações excluídas, 2.936 (14,6%) não puderam ser atribuídas ao elenco, processo ou cenário da instituição. Dentre as 12.462 (61,9%) das manifestações escritas dos hemocentros HC01 e HC02 relacionadas ao elenco, foram avaliadas 11.388 (91,4%) satisfações, 295 (2,4%) sugestões e 779 (6,2%) reclamações. O presente estudo busca a aplicação do modelo Disney de gestão nas pesquisas de satisfação dos doadores visando analisar os dados para realizar a devolutiva à instituição HEMOSC, a mesma pode realizar uma análise crítica, promover melhorias nos processos de atendimento e instrumento de análise das sugestões e críticas de seus clientes, em Satisfação, Sugestão e Reclamação, não sendo possível em sua totalidade a classificação específica em segurança, cortesia, eficiência.

Palavras-chave: Gestão da Qualidade; Doadores de Sangue; Gestão em Saúde.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



SISTEMAS IDEOLÓGICOS E PROCESSOS REVOLUCIONÁRIOS COMPONENTES PARA AS SOCIAIS-DEMOCRACIAS.

Luana Cardoso Gregório, Marcelo Azeredo.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Ciência Política - Teoria Política

Distinguir os aspectos sociopolíticos econômicos e culturais que alicerçam nossa civilização buscando reconhecer elementos primordiais delineadores dos processos contemporâneos ressaltando eventos ideológicos que culminaram em revoluções é proposta fundamental deste estudo. Analisar a influência do poder religioso que atrela-se ao poder estatal e vive versa constituindo teocracias elitistas e estamentais, enaltecer as lutas populares na busca por melhores condições de vida ao longo da História, salientar os processos econômicos estabelecidos ao longo dos períodos como propulsores de revoluções, destacar a arte e suas manifestações múltiplas como meio elementar à possibilidade interativa entre os povos, os códigos de linguagem como poderes constituídos perpetrados por sistemas burocráticos complexos e legitimados pelas populações humanas como mecanismos mantenedores de privilégios a específicos grupos humanos. O objetivo geral deste projeto é realizar pesquisas analíticas de caráter revisional bibliográfico que permitam evidenciar e conceitualizar os termos: Revolução, sistemas ideológicos e socialdemocracia. A metodologia para as pesquisas envolvidas no projeto dar-se-ão pelo viés de revisões bibliográficas orientadas. As análises críticas provenientes do processo dialético de confronto ideológico e teórico permitirão resultados interpretativos e conseqüentemente propostas de intervenção à situação problema referida, tendo como desafio ao estudante orientando adequar suas perspectivas analíticas às normativas institucionais acadêmicas, respeitando, portanto, prerrogativas éticas da área do conhecimento em desenvolvimento. O estudo sobre como os sistemas ideológicos e os processos revolucionários provocam a manutenção das sociais-democracias é de análise multifacetada e necessária, uma vez que exercita a consciência política a fim de efetivar a possibilidade analisar a realidade de maneira crítica. A política no Brasil está severamente atrelada as relações oligárquicas em que se construiu. Isto é, continua sendo influenciada por figuras de poder que pertencem a classe social dominante a nível regional, estadual e federal. Por meio das redes sociais, a manipulação de informação tornou-se inevitavelmente mais simples, de maneira que é um fenômeno recorrente. A propaganda política irresponsável espalha-se de maneira descomplicada, o que facilita a inserção de informações falsas, sem fontes, sem dados, muitas vezes compartilhadas a nível nacional por meio de softwares especificamente programados para tal. Estes e outros mecanismos são abundantemente utilizados de maneira inconsequente por figuras políticas brasileiras a fim de conduzir as massas. Um ideal profundamente difundido é a vilanização do termo ideologia, que busca romper com alianças políticas em busca do “neutro”. Por meio de propagandas persuasivas o objetivo é mascarar a velha política com um novo rosto, que, se profundamente analisado terá raízes dos mesmos esquemas corruptivos tão criticados ao redor do país. A ideia de neutralidade não enxerga espaço neste cenário, pois vê-se atrelada aos interesses daqueles que a difundem. Continua aqui o apelo ao exercício da consciência política, a fim de que seja possível enxergar a realidade da maneira que está disposta, e não por meio de lentes encarregadas de manter a população inconsciente do que há em seu redor.

Palavras-chave: Sistemas Ideológicos; Revolução; Social-Democracia..

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM / CNPq / UNIVALI



ESTRESSE, ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM MULHERES QUE BUSCAM CONCILIAR MATERNIDADE E RETORNO AO TRABALHO

Luana Maria Vendramini Peteck, Josiane da Silva Delvan da Silva.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

Cada vez mais os temas maternidade e carreira se entrelaçam na vida das mulheres. A ambiguidade entre o foco na maternidade ou o foco nas suas carreiras tem se tornado frequente, motivo pelo qual o período de licença maternidade e retorno ao trabalho pode contar com sintomas de ansiedade, depressão ou estresse para a maior parte das mães, o que pode acabar sendo uma problemática na vida delas. O presente estudo buscou avaliar a presença de sintomas de estresse, depressão e ansiedade em mulheres no retorno ao trabalho após o período de licença maternidade. Para a operacionalização do estudo buscou-se caracterizar o perfil sociodemográfico das mulheres participantes da pesquisa; verificar a presença de sintomas de ansiedade e/ou depressão e/ou estresse nas mulheres do estudo antes e após participação destas em um programa de preparo para a volta ao trabalho após a licença maternidade; comparar os resultados encontrados no pré e pós teste quanto a presença de sintomas de ansiedade e/ou depressão e/ou estresse das mulheres participantes do estudo. Todos os objetivos iniciais foram atendidos. O estudo foi realizado com 11 mulheres funcionárias de uma empresa da região que participaram de um programa de acompanhamento no retorno ao trabalho após o período de licença maternidade e responderam um questionário sociodemográfico e DASS-21 com o objetivo de indicar os índices de ansiedade, depressão e estresse dessas mulheres. O DASS-21 foi aplicado antes e após as mulheres participarem do programa para fim de comparação dos índices nos dois momentos da aplicação desse instrumento. Os dados coletados foram analisados utilizando o SPSS 20. Com relação ao perfil sociodemográfico, 81,8% das mães estavam com idade entre 29 e 33 anos, 63,64% tinham Ensino superior completo, 90,9% possuíam remuneração acima de R\$ 4 mil reais mensais e 90,9% trabalham uma carga horária de 40 horas ou mais por semana. Os resultados encontrados neste estudo indicaram a presença de níveis elevados de sintomas de estresse, menores níveis de depressão e de ansiedade ao finalizar a licença maternidade para o retorno de mulheres ao trabalho. Esses resultados requerem o planejamento de intervenções que contribuam para minimizar a presença desses sintomas, principalmente os relacionados ao estresse.

Palavras-chave: maternidades; retorno ao trabalho; mulheres trabalhadoras; trabalho; saúde mental.
Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO SOCIAL AO TRANSPORTE: ANÁLISE DA REALIDADE CATARINENSE

Lucas Antonio Alves, Clovis Demarchi.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

A presente pesquisa teve por objeto a discussão sobre a efetivação do direito social ao transporte com a utilização da Judicialização. Contou como objetivo geral, analisar a utilização da Judicialização como ferramenta de efetivação do direito ao transporte, e como objetivos específicos, entre outros, caracterizar Judicialização, diferenciando-a de judicialização da política e de ativismo judicial; no decorrer da pesquisa foi analisado a legislação de garantia ao transporte, seja ela complementar ou específica para estudantes, no âmbito federal e estadual. Bem como analisar as decisões do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina sobre o direito ao transporte e legislação pertinente. Os problemas de pesquisa estão focados nas seguintes questões: A busca do poder judiciário (Judicialização) seria um instrumento adequado de efetivação de direitos sociais no Brasil? A efetivação do direito social ao transporte, através da judicialização, garante a efetivação e concretização da Dignidade Humana? As discussões e protestos por um sistema de transporte público acessível e de qualidade, que iniciaram em 2013 foi o ponto de partida para firmar o transporte como um direito social. Toda mobilização resultou na Emenda Constitucional de Nº 90, que inseriu o transporte no roll de direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Como um direito social, o transporte é caracterizado por sua natureza prestacional, uma vez que cabe ao Estado garantir o exercício desse direito, respeitando o dever de progresso e proibição de retrocesso. Desse modo, devemos ressaltar que o transporte não pode ser compreendido como um direito absoluto, uma vez que depende da alocação de recursos, que tem se mostrado um problema diante da escassez orçamentária, que mesmo contando com a contribuição dos usuários, não é suficiente para suprir as despesas do sistema viário. Na omissão dos Poderes Legislativo e Executivo, torna-se comum a provocação do Judiciário para garantir e fazer valer o que está firmado na lei. A judicialização do transporte tanto no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, como nos demais tribunais do Brasil, é uma ferramenta importante para efetivação desse direito social. Caminhando lado a lado com outros direitos sociais, o transporte vem sendo objeto de demandas judiciais diversas, que em muitas vezes não visam discutir especificamente a efetivação do direito social ao transporte. O problema nesse fato, é que isso não apresenta a visibilidade necessária para mobilizar a discussão em face do transporte como direito que carece de complementação legislativa. A metodologia utilizada teve como base uma abordagem qualitativa, e quantitativa, podendo ainda ser classificada, segundo os seus objetivos, como descritiva e prescritiva. Também foi utilizado o método indutivo, assim como a revisão bibliográfica. Ao final da pesquisa, verificou-se a efetivação do direito social ao



transporte através da judicialização, com base no mapeamento de jurisprudência e diante à carência legislativa para regulamentação do direito social ao transporte. Desta maneira, verificou-se a efetivação e concretização da Dignidade da Pessoa Humana através da via judicial, com a judicialização de direitos sociais.

Palavras-chave: Judicialização. Direitos sociais. Transporte. Estado de Santa Catarina.

Programa de Bolsas de Pesquisa do Art. 171 /FUMDES / UNIEDU / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



SUSTENTABILIDADE COMO VETOR ÉTICO JURÍDICO NA POLÍTICA INTERNACIONAL, REGIONAL E NACIONAL.

Lucas Frederico Rodrigues Seemund, Mateus Henrique Machado Vanunci, JOSEMAR SIDINEI SOARES, Maria Clara Sari dos Reis.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

As mudanças climáticas e suas consequências são notórias, haja vista, que o desenvolvimento insustentável que se dá desde o progresso do capitalismo industrial, teve como principal vítima o direito humano a um meio ambiente equilibrado. É fato a necessidade de mudanças no sentido da sustentabilidade nas sociedades contemporâneas. Necessita-se de transformações no modo como os Estados-Nações lidam com a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável na política internacional, tendo como ponto de partida a análise ética e jurídica. A pesquisa teve como propósito analisar os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, observando como a sustentabilidade pode ser uma alternativa por meio da globalização para uma resolução da dificuldade de integração das nações para com fim uma cooperação internacional visando desenvolver uma sociedade alinhada com os propósitos do desenvolvimento sustentável. Portanto, tem-se que a política internacional, ou seja, as relações internacionais tendo como objetivo a cooperação entre as nações seja a melhor alternativa para contribuir para uma transformação ética jurídica alinhada aos principais conceitos da sustentabilidade. O Problema de pesquisa se dá com a reflexão a respeito do desenvolvimento sustentável como um estudo da relação do ser humano com ambiente, ou seja, os impactos provocados pelo mundo globalizado e como essas consequências não estão reclusas por fronteiras, estão conectadas e afetam o planeta por completo. Portanto, se torna premente a análise das dificuldades encontradas para transcender os próprios limites nacionais, e ainda assim, internacionais. Dessa forma, formou-se a problemática com o questionamento da situação fundamentada com o fim de a sustentabilidade ser uma forma de princípio ético-jurídico para a integração da ordem jurídica global. Os materiais utilizados na pesquisa tiveram como base produções bibliográficas (inter)nacionais. A metodologia utilizada foi a base lógica dedutiva, por meio da pesquisa das obras e fichamento. Tendo como fim da pesquisa realizada, conclui-se que a temática é de suma importância no contexto mundial, no sentido de uma sociedade em busca do desenvolvimento sustentável alinhado aos princípios da sustentabilidade. Foram discutidas as premissas da globalização, os movimentos sociais e as dificuldades de integração entre as nações. Partiu-se, então, para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável como uma forma de integração da sociedade, e, por fim, foi demonstrada as dificuldades e perspectivas internacionais do desenvolvimento sustentável, tendo como objetivo demonstrar as principais adversidades da implementação de uma ordem jurídica global da sustentabilidade. Desse modo, a principal conclusão tendo como interpretação de todo o contexto da pesquisa, foi a necessidade da cooperação internacional como uma forma de união e integração das nações, no contexto da política internacional, com o objetivo de contribuir para a contestação das problemáticas que envolvem o desenvolvimento sustentável. Há, também, um longo caminho a ser seguido nos âmbitos brasileiro e regional do Mercosul, visto que seus pensamentos ainda são demasiadamente econômicos, sem uma real preocupação com a sustentabilidade e com uma integração jurídica sob seu nome.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Transnacionalidade; Ordem jurídica global..

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



ESPAÇOS COMUNICANTES DE COLETIVIZAÇÃO PARA COLABORAÇÃO EM MEIO DE HOSPEDAGEM RURAL NO BRASIL

Luciano Torres Tricarico, Amanda Zolett.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Turismo - Turismo

Coletivização e colaboração são categorias essencialmente estudadas como dimensão social em contextos urbanos, assim, inferiram que coletivização para colaboração no território rural, de modo que a coletivização não se manifesta somente em cidades e em redes sociais virtuais, pois estudos contemporâneos têm atribuído ao espaço urbano o efetivo lugar de coletivização e a cidade como suporte essencial à participação popular. A despeito da dimensão espacial de realidades rurais, dando significado ao caráter inovador da pesquisa, porque estudos de meios de hospedagem pouco têm sido feitos pela categoria espacial de análise. Por isso, o objetivo da pesquisa foi demonstrar coletivização para colaboração em espaços de meio de hospedagem rural no Brasil, a partir do Sítio Hortêncio como objeto de pesquisa, sendo este descrito como fenômeno empírico que contextualiza a zona rural brasileira e valores que a influenciam. Para tanto, a pesquisa foi caracterizada como qualitativa e descritiva aliando-se ao objeto espaço como abordagem categórica para descrição de fenômenos, o que, por outro lado, adota o espaço como atributo contribuinte no debate social crítico; bibliografia e busca em fontes de dados primários e secundários, leitura espacial in loco e fotografias dos espaços do objeto de pesquisa como suporte para leitura espacial, constituíram procedimentos e instrumental de pesquisa. Dados coletados foram abordados pela Semiótica peircena, seguida pela Teoria da Montagem benjaminiana. Os resultados significaram espaços de meio de hospedagem rural comunicantes de coletivização para colaboração no território rural brasileiro. Conclui-se que meios de hospedagem rural podem potencializar ações políticas colaborativas para democracia direta, tornando-se apta a fazer uso de coletivização e colaboração. Aplicando-se a pesquisa desenvolvida, nota-se que estudos socioespaciais para o meio rural podem contribuir com prognósticos, compreensão e novas proposições para problemas de despovoamento, migração da população rural para cidade e empobrecimento econômico do território rural, ainda que o turismo rural se apresente como solução, somado ao meio de hospedagem rural como parte da cadeia do turismo rural. Assim, a coletivização e colaboração não são manifestadas sobremaneira em contextos urbanos, tem-se contribuição prática da pesquisa em se adotar signos espaciais do território rural, imbuídos de coletivização e colaboração, que podem ser “transpostos” para espaços urbanos.

Palavras-chave: Espaço, comunicante, coletivização, colaboração, meio de hospedagem rural, Brasil..
Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



PLANEJAMENTO URBANO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA: INTEGRAÇÃO DOS INSTITUTOS PARA ALCANCE DE CIDADES SUSTENTÁVEIS NO BRASIL

Luis Henrique Antunes de Souza, Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direitos Especiais

A presente pesquisa trouxe um panorama acerca dos conceitos de Cidade Sustentável, do compromisso das Cidades com o ODS 11 da Agenda 2030, da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e do Planejamento Urbano, com o objeto de análise a integração do Planejamento Urbano e da AAE para o alcance das Cidades Sustentáveis no Brasil. Nesse contexto, a integração da Avaliação Ambiental Estratégica à gestão do planejamento urbano, tema central deste estudo, é fundamental para o bom desenvolvimento e aprimoramento das práticas de estratégias de gestão do crescimento, a fim de promover o alcance das cidades sustentáveis no Brasil. Considerando o cenário mencionado, o objetivo da pesquisa é demonstrar a possibilidade e necessidade de a integração do planejamento urbano e da avaliação ambiental estratégica a fim de garantir uma tomada de decisão aprimorada e informada para a promoção do alcance das cidades sustentáveis no Brasil. Já com relação à definição e delimitação do problema, tem-se que diante da ausência de um planejamento urbano adequado no Brasil, se faz necessária a integração da Avaliação Ambiental Estratégica ao Planejamento Urbano para fins de se promover o alcance de cidades sustentáveis, alinhados ao objetivo 11 da Agenda 2030. Nesse contexto, à relevância do problema e da viabilidade da pesquisa; justifica-se que esta pesquisa reside na ausência de um planejamento urbano adequado e a necessidade de um instrumento capaz de auxiliar o gestor a promover o alcance das cidades sustentáveis alinhados ao objetivo 11 da Agenda 2030. Concluiu-se que para se chegar a definição/caracterização do que é ou não uma cidade sustentável, diferentes instituições têm adotado diversos indicadores como: urbanismo; energia; ambiente; educação; economia; segurança; saúde; governança; empreendedorismo; tecnologia e inovação. No Brasil, a cidade sustentável se traduz em um compromisso a ser alcançado com vistas a promover o desenvolvimento sustentável, pois além de se constituir em uma meta rumo à concretização do ODS 11 (Agenda 2030), trata-se de um direito materializado constitucionalmente e regulamentado pelo Estatuto das Cidades. Em que pese o avanço em relação ao compromisso do Brasil com a implementação do ODS 11 no cenário interno, o que se denota é a ausência de um planejamento urbano adequado, ou seja, a ausência de uma abordagem integrada da gestão urbana. Percebe-se que a Avaliação de Impactos Ambientais, reconhecida anteriormente como uma forma de alcançar a sustentabilidade urbana, regulamentada por meio do Estudo de Impacto Ambiental, seguido do Relatório de Impacto Ambiental não cumpre com o seu propósito, pois, a adoção ao nível de projetos não é eficiente. Diante da ausência de normatização da AAE, a necessidade de sua integração ao planejamento urbano decorre de deveres previstos no Estatuto das Cidades e na Constituição. A pesquisa compreende o método cartesiano quanto à coleta de dados e no relatório final o método indutivo.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Avaliação Ambiental Estratégica; Cidades Sustentáveis; Agenda 2030.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



A USABILIDADE DE WEBSITES OPERADOS POR VINÍCOLAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENOTURISMO NA REGIÃO DA SERRA CATARINENSE

Luiz Carlos da Silva Flores, Ivan Cegatta Junior.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Administração - Administração de Empresas

Esta pesquisa analisou os websites operados pelas vinícolas da Serra Catarinense estão usando a internet e mídias sociais para o desenvolvimento do enoturismo. Para isso foram desenvolvidas as seguintes etapas: verificar se os sites dos estabelecimentos fornecem informações básicas sobre seus produtos e de contato; verificar se os sites fornecem ferramentas de comunicação interativa; identificar como os sites oferecem ferramentas para o desenvolvimento do e-commerce; e, identificar se os sites dos estabelecimentos fornecem informações para integração interna e externa. São Joaquim é um destino turístico tradicional pelo turismo de inverno e, recentemente, entrou no cenário nacional como um produtor de vinhos finos e enoturismo. O referencial teórico contemplou os temas do enoturismo, marketing digital e usabilidade de sites. Os procedimentos metodológicos de pesquisa exploratória-descritiva, com delineamento qualitativo e análise de conteúdo permitiu observação dos sites operados por dez vinícolas selecionadas. Nossa pesquisa demonstra claramente que os sites operados pelas vinícolas observadas da região de indicação geográfica devem ser melhorados visando alcançar os turistas de vinho, além dos compradores. Os elementos mais desenvolvidos são aqueles que correspondem às informações de contato e transacional, que mesmo atendendo aos indicadores básicos poderiam ser melhorados incluindo elementos visuais. Segundo Marzo-Navarro e Pedraja-Iglesias (2021) a comunicação pessoal é uma fonte de informação na fase de pré-viagem (neste caso e-wom), este elemento deve ser melhorado pelas vinícolas. Elas podem criar seus próprios blogs para publicação de postagens ou artigos com informações atrativas para os clientes, além de e-mail marketing, ferramentas que permitem criar bancos de dados e enviar e-mails automaticamente. Em suma, as vinícolas devem procurar criar uma comunidade (Marzo-Navarro & Pedraja-Iglesias, 2021). Destaca-se que esta região ainda é nova na atividade da vitivinicultura e em desenvolvimento no enoturismo, assim há uma oportunidade para as vinícolas e outras organizações interessadas a investirem em ferramentas de comunicação baseadas na internet e redes sociais facilitando que os clientes, turistas de vinho, possam utilizar as informações nas etapas de pré-planejamento, planejamento, durante a visita e pós-visita. De modo geral os resultados demonstraram que as vinícolas possuem sites e mídias digitais, porém com baixo desempenho dos indicadores de usabilidade. A partir dos resultados sugere-se aos gestores identificarem as fragilidades e potencializar os sites, considerando que estes são ferramentas utilizadas pelos turistas de vinho nas etapas de planejamento da viagem, durante e pós-viagem.

Palavras-chave: Usabilidade de sites; Mídias digitais; Websites; Enoturismo.

Realização



Vice-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Extensão

XXI SEMINÁRIO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
X Mostra Científica de Integração
Pós-Graduação e Graduação

4, 5 e 6 de Outubro de 2022



Apoio



Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



A ATUAÇÃO DOS(AS) PSICÓLOGOS(AS) FRENTE À COVID-19 NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM UM MUNICÍPIO CATARINENSE

Manuela Gonçalves de Pádua Portero, Roberta Borghetti Alves.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Psicologia - Tratamento e Prevenção Psicológica

Em 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou pandemia devido à COVID-19, doença causada pelo Coronavírus. Frente a esse novo cenário, houve um impacto na saúde mental da população, dadas as instabilidades sociais, políticas e econômicas que se estabeleceram. A população foi acometida por sentimentos de angústia, insônia, raiva e medo. Também houve o aumento de sintomas de ansiedade e depressão. Instalou-se, assim, uma crise mundial de saúde mental devido a essa pandemia. Esse impacto será revertido em médio e longo prazo, uma vez que o número de pessoas afetadas psicologicamente é superior ao número de pessoas afetadas pelo próprio vírus. Assim, uma das alternativas para atender às demandas de saúde mental no Brasil se volta a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS. Esta dissertação buscou compreender a atuação de psicólogos frente à COVID-19 na RAPS de um município catarinense, considerando a perspectiva da Psicologia na Gestão Integral de Riscos e de Desastres - PGIRD, a qual entende a atuação dos psicólogos a partir das fases de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução. Para a realização desta dissertação, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicou-se também a técnica “fotografando ambientes” com 15 psicólogos da RAPS, de modo a saturar os dados. Esses foram analisados através da Grounded Theory, com o auxílio do software Atlas.ti 9, sendo definidas três grandes categorias de análise: período de normalidade, de anormalidade e conhecimento da PGIRD. Como resultados, evidenciou-se a primazia das práticas na fase de resposta à pandemia, não tendo muitas ações de prevenção, mitigação, preparação e reconstrução frente aos impactos na saúde mental diante da COVID-19. Também se identificou a necessidade do cuidado com a saúde mental tanto dos psicólogos quanto da equipe na linha de frente. Ainda, percebe-se a inserção dos serviços de Psicologia em outros dispositivos da RAPS, como nas UPAs e no Centro de Reabilitação Pós-COVID-19. Os serviços de Psicologia passaram a ser mais valorizados na pandemia e a demanda para atendimentos aumentou. As práticas dos psicólogos têm se focado no acolhimento e escuta, bem como, nos atendimentos individuais, sendo que antes da pandemia, os atendimentos eram na sua maioria em grupo. Destaca-se que, no começo da pandemia, os casos graves foram priorizados. Também se percebe a utilização de novas ferramentas de trabalho, como o celular, para o atendimento de forma remota. Como principais demandas, os psicólogos acolheram usuários com queixas voltadas à ansiedade, ao luto e à reorganização da rotina diante do isolamento social. Sugere-se o desenvolvimento de formações para os profissionais para a atuação em cenários de saúde pública, frente a eventos adversos, a fim de nortear as práticas voltadas à prevenção, mitigação, preparação e reconstrução. A partir dos resultados, desenvolveu-se um Guia para a atuação dos Psicólogos frente à COVID-19, considerando os pressupostos da Psicologia na Gestão Integral de Riscos e de Desastres. Os participantes informaram que esse documento contribuirá para a sua atuação, uma vez que está objetivo e instiga reflexões necessárias para a atuação dos psicólogos em saúde pública, diante de contextos pandêmicos. Palavras-chave: Saúde Mental. Rede de Atenção Psicossocial. COVID-19. Psicologia na Gestão de Riscos e de Desastres. Saúde Pública.

Palavras-chave: Saúde Mental. Rede de Atenção Psicossocial. COVID-19. Psicologia na Gestão de Riscos e de Desastres. Saúde Pública..

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



O PLURALISMO JURÍDICO COMO INSTRUMENTO PARA A ELABORAÇÃO DE UM SISTEMA JURÍDICO À PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL E GARANTIA DE SUSTENTABILIDADE

Marcel Damo Starling, Rafael Padilha dos Santos.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Teoria do Direito

O termo “pluralismo jurídico” está cada vez mais presente no debate sobre a proteção dos conhecimentos tradicionais e sustentabilidade (como uma das soluções), para conter os choques entre diferentes valores culturais, interesses econômicos, normas jurídicas e organizações sociais. Isso se deve a incapacidade de resolução desses conflitos no atual código de leis brasileiro, monista e estritamente liberal. Não só no Brasil, mas a modernidade ocidental concentrou a produção e aplicação jurídica na instituição do Estado minimizando a complexidade das relações intraespecíficas humanas e a interação com o meio onde habitamos. Essa minimização afeta diretamente as comunidades tradicionais, pois o atual ordenamento jurídico possui como base apenas o conhecimento oriundo do modelo científico, dificultando as necessárias mudanças para realmente proteger o conhecimento tradicional e garantir sustentabilidade. O modelo de funcionamento dessas comunidades necessita ser considerado necessário e utilizado como base legal na criação de um ordenamento jurídico plural. Assim, foi elaborado o seguinte problema de pesquisa: Pode o pluralismo jurídico ser a alternativa para o atual contexto jurídico-político conturbado que acompanha o conhecimento tradicional e garantia de sustentabilidade no Brasil? Seguindo o problema da pesquisa e utilizando o método dedutivo, o presente trabalho visou discutir, no âmbito do direito, o pluralismo jurídico como instrumento para a elaboração de um sistema jurídico à proteção do conhecimento tradicional e garantia de sustentabilidade, bem como as atuais limitações nas resoluções de conflitos envolvendo as comunidades tradicionais. Refletir, estudar e debater o pluralismo jurídico como uma das possíveis medidas para a construção de um sistema jurídico revigorado, solidário e baseado na cooperação social, significa posicionar-se favoravelmente a um futuro pautado no respeito à pluralidade étnica social. Expressa paralelamente, acerar também sobre as necessárias mudanças nas leis de regularização da situação territorial das comunidades tradicionais, legislação ambiental, propriedade intelectual, patentes e por fim exercitar a democracia. Assim, insta destacar a relevância do artigo na infeliz atualidade brasileira, marcada não só pelo desprezo ao conhecimento tradicional, mas também aos incessantes ataques às comunidades nativas, suas tradições, territórios e as sucessivas interferências nos órgãos públicos que deveriam atuar na proteção dos seus direitos. Como resultados da pesquisa, obteve-se: 1) A sobrevivência das comunidades tradicionais está intrinsecamente ligada a manutenção de seus territórios e atividades. Sem território, não há conhecimento tradicional uma vez que as comunidades teriam que adequar-se a uma realidade mercantil e neoliberal, perdendo parte de suas tradições, cultura e “essência”; 2) É necessário alimentar o debate sobre a revisão do termo conhecimento tradicional, como bem descreve Manuela Carneiro da Cunha. Remeter o termo apenas as comunidades indígenas, que devem ser beneficiadas pelos direitos referentes à proteção de território, auxílios financeiros, proteção política, práticas e saberes; 3) O interesse de grandes corporações no desmanche de comunidades tradicionais alimenta um sistema jurídico que facilite a burocratização de questões já resolvidas judicialmente, principalmente na demarcação territorial; 4) Em comunidades tradicionais, sejam elas indígenas, pesqueiras, religiosas e demais, a terra é sagrada e não há uma dissociação entre seu povo, cultura e seu território (ficando clara a correlação entre conhecimento tradicional e sustentabilidade), em uma espécie de relação materna com a “mãe terra”, onde os mesmos seriam filhos e por isso deveriam respeitar e agir em consonância com os recursos naturais oriundos da natureza, ótica oposta modelo extrativista presente em grandes centros urbanos. Portanto, não há possibilidade de discutir sobre preservação dos conhecimentos tradicionais e sustentabilidade apenas através de um código de leis monista, voltado ao mundo capitalista.

Palavras-chave: Pluralismo jurídico; Conhecimento Tradicional; Sustentabilidade; Povos tradicionais..

Realização



Vice-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Extensão

XXI SEMINÁRIO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
X Mostra Científica de Integração
Pós-Graduação e Graduação

4, 5 e 6 de Outubro de 2022



Apoio



Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



ZERO HORA E A COVID-19 NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS FONTES JORNALÍSTICAS E DOS ATORES SOCIAIS

Maria Candida Costa, LEONARDO RODRIGUES, Carlos Golembiewski.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Comunicação - Jornalismo e Editoração

Este artigo tem como objetivo revelar a diversidade das fontes e dos atores sociais na cobertura jornalística da Covid19 no jornal Zero Hora durante a primeira semana de maio de 2021. Ao todo foram analisadas 10 matérias. O referencial teórico foi composto entre outros autores por: Beltrão (2006), Lage (2005), Melo (1995) e Traquina (1997) para os conceitos de Jornalismo; Secchi (2003) e Howlet (2013) para as definições relacionadas às Políticas Públicas. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, que busca produzir novos conhecimentos, criar formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma que tem sido desenvolvida pelos autores KRIPKA (et ali,2015). Entre as conclusões, percebe-se que a maioria das fontes consultadas são governamentais.

Palavras-chave: Zero Hora, Fontes Jornalísticas, Notícias, Políticas Públicas, Covid19.
Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



MEDIAÇÃO LITERÁRIA NO CLUBE DE LEITURA - FALA LIVRO: A ARTE DE LER, COMPARTILHAR E CRIAR AFETOS.

Maria de Fátima dos Santos, Cleide Jussara Muller Pareja.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Educação - Ensino-Aprendizagem

A leitura literária desperta sentimentos, imaginação e possibilita o reconhecimento da realidade do leitor. O Clube de Leitura: Fala Livro surgiu do desejo dos acadêmicos do curso de Letras da UNIVALI de incentivar e promover a leitura do literário no Ensino Superior. Para cada encontro do Clube definia-se o mediador e a obra a ser lida. Este Clube de Leitura foi o objeto desta pesquisa com a seguinte questão: O Clube de Leitura: contribui ou não com a melhoria da leitura, da escuta, do compartilhar e do criar afetos pela sensibilidade estética? É uma pesquisa qualitativa e documental. Os instrumentos de coleta de dados, foram entrevistas e observação pela pesquisadora dos encontros realizados. A análise dos dados foi realizada de acordo com o método de Bardin (2000). O aporte teórico principal é Barthes (2015), Petit (2009), Yunes (2003) e Duarte Junior (2000). O projeto tem como eixo sustentador a metodologia da leitura frutiva, que compreende o livro como um objeto estético. Ficou evidenciado tanto nos encontros, bem como nos relatos dos membros o interesse em realizar a leitura, bem como compartilhar as sensações que a leitura provocou. Sendo assim, o Clube de Leitura contribuiu com a melhoria da leitura, da escuta, do compartilhar e do criar afetos pela sensibilidade estética. O que nos possibilita afirmar que o Clube de leitura no meio universitário promoveu o crescimento cognitivo, afetivo, literário e cultural.

Palavras-chave: Experiências, Leitura literária, Clube de leitura, Ensino Superior..

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



OS FLUXOS MIGRATÓRIOS, O DIREITO DAS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS E OS DESAFIOS DA ACOLHIDA, INTERIORIZAÇÃO DE MIGRANTES E DA RETIRADA DE ESTRANGEIROS DO BRASIL

Maria Eduarda Moreira, Rafael Padilha dos Santos.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

Nos últimos anos, houve um crescimento expressivo nas migrações internacionais que, em muitos casos, decorrem diretamente da violação aos direitos humanos básicos. No entanto, é recente a preocupação em regular essa migração de forma mais efetiva, tendo como exemplo a revogação do Estatuto do Estrangeiro, com a criação da Lei de Migração. A assinatura de tratados internacionais, a adaptação da legislação interna e a criação de diretrizes a serem seguidas no trato migratório, aliadas à proteção aos direitos humanos, são reflexos da tentativa institucional de enfrentar essa problemática e prestar auxílio aos que aqui chegam. Assim, tem como primordial estabelecer igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, e, nesse viés, o trabalho é considerado um meio para alcançar a recuperação da dignidade da pessoa humana negada a esse indivíduo em situação de extrema vulnerabilidade. Nesse sentido, a ampliação do conceito de refugiado vem ao encontro da atual situação vivenciada pelo Brasil na recepção massiva de imigrantes venezuelanos em condições de grave e generalizada violação aos direitos humanos. Dialogando com as contribuições teóricas repertoriadas na seção seguinte, que aborda o debate internacional sobre a relação entre as migrações e a integração ao mercado de trabalho, neste estudo, trata-se de avaliar a implementação da política pública de acolhida e interiorização de migrantes venezuelanos no Brasil. Para isso, parte-se de uma investigação desenvolvida por meio de uma pesquisa de campo realizada com imigrantes venezuelanos, entre março e junho de 2019, a fim de visibilizar a situação laboral dessa população com base em suas próprias experiências e conhecimentos da legislação trabalhista brasileira de proteção aos trabalhadores estrangeiros, em especial, daqueles em condição de refúgio. Segundo a agência da ONU, mais de 5 milhões de venezuelanos deixaram o país e o Brasil será seu quinto destino. Para garantir a assistência humanitária aos refugiados e imigrantes venezuelanos em Roraima, principal porta de entrada da Venezuela no Brasil, o governo federal criou a Ação de Boas Vindas em 2018. Grande força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo governo federal, com o apoio de entidades federais, agências da ONU, organizações internacionais e entidades privadas, e um total de mais de 100 parceiros. Prestar assistência emergencial ao Brasil, na fronteira com Roraima. Para lidar com o movimento de imigrantes venezuelanos e refugiados na fronteira do Brasil com a Venezuela, devemos primeiro estabelecer uma estrutura que garanta: recebimento, identificação, inspeção sanitária, imunização, regularização da imigração e triagem de todas as pessoas dos países vizinhos. Em funcionamento desde junho de 2018, conta com a ampla atuação de profissionais das esferas federal, militar, organismos internacionais e entidades da sociedade civil. Segundo a Polícia Federal, de 2017 a junho de 2021, mais de 610 mil venezuelanos entraram no país e 260 mil exigiram a regularização da imigração para buscar oportunidades e melhores condições de vida. Desde 2016, é expressivo o número de migrantes venezuelanos que chegam ao Brasil, procurando refúgio e proteção. Segundo a Organização Internacional para as Migrações, a República Bolivariana da Venezuela, localizada na costa norte da América do Sul, tem passado por uma profunda crise humanitária, o que motivou o êxodo de aproximadamente quatro milhões de venezuelanos, em busca de proteção, o presente artigo visou pesquisar como se dá a exploração do trabalho de crianças migrantes e em situação de refúgio no Brasil, com base no monitoramento do fluxo migratório venezuelano, com o propósito de fomentar políticas e ações para a erradicação do trabalho infantil e proteção da criança migrante refugiada.

Palavras-chave: Migração.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



(RE)PENSANDO A TEORIA DA RELAÇÃO PROCESSUAL EM FACE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Matheus Fernandes Antão, Emanuela Cristina Andrade Lacerda.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

O presente trabalho teve por finalidade o estudo da Nova Teoria da Relação Processual, advinda do atual Código de Processo Civil (lei 13.105/2015), no qual o legislador visou a democratização do sistema processual, ao prever expressamente o princípio da cooperação no artigo 6º do Código de Processo Civil. Em consequente, temos uma notável melhora quanto ao acesso perante o judiciário junto com a vida dos litigantes e qualquer terceiro interessado. O objetivo de união dos litigantes vem, principalmente, do princípio da cooperação, unindo os litigantes de forma a demonstrar a desconstrução da submissão das partes em relação ao juiz e construir uma relação de cooperação mútua, para uma tutela jurisdicional em tempo razoável, e decisão de mérito justa e efetiva, sem que tal condição afete os direitos fundamentais das partes, funcionando como garantia do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa. Os objetivos da pesquisa foram de analisar os principais princípios norteadores da nova relação processual; especificar a notável democratização do sistema processual, uma vez que o juiz foi retirado do polo remoto, aproximando-se das partes e podendo diligenciar junto ao processo para alcançar a decisão mais justa e efetiva; analisar a história do poder jurisdicional e suas características e inferir as situações cooperativas no processo, onde partiu de um embate sem garantias equalitárias para as partes para um sistema obrigação de cooperar na solução da lide. Além de realizar a comparação da relação processual clássica, resultante do antigo Código de Processo Civil de 1973 (Lei 5.869/73), com a relação atual, expondo doutrinas de ambos os temas, desde Pothier, autor da teoria do processo como contrato, até Oskar Von Bullow, instruidor da teoria do processo como relação jurídica. O método utilizado foi o indutivo, operado com as técnicas das categorias e dos conceitos operacionais, através de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial. Em linhas gerais, nesse universo que foi desenvolvida a pesquisa, restando assim caracterizada a sua relevância social e contribuição à ciência jurídica.

Palavras-chave: Processo; Sujeitos do processo; Teoria da relação processual.

Programa de Bolsas de Pesquisa do Art. 171 /FUMDES / UNIEDU / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



(RE)PENSANDO A TEORIA DA RELAÇÃO PROCESSUAL EM FACE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Matheus Fernandes Antão, Emanuela Cristina Andrade Lacerda.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

O presente trabalho teve por finalidade o estudo da Nova Teoria da Relação Processual, advinda do atual Código de Processo Civil (lei 13.105/2015), no qual o legislador visou a democratização do sistema processual, ao prever expressamente o princípio da cooperação no artigo 6º do Código de Processo Civil. Em consequente, temos uma notável melhora quanto ao acesso perante o judiciário junto com a vida dos litigantes e qualquer terceiro interessado. O objetivo de união dos litigantes vem, principalmente, do princípio da cooperação, unindo os litigantes de forma a demonstrar a desconstrução da submissão das partes em relação ao juiz e construir uma relação de cooperação mútua, para uma tutela jurisdicional em tempo razoável, e decisão de mérito justa e efetiva, sem que tal condição afete os direitos fundamentais das partes, funcionando como garantia do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa. Os objetivos da pesquisa foram de analisar os principais princípios norteadores da nova relação processual; especificar a notável democratização do sistema processual, uma vez que o juiz foi retirado do polo remoto, aproximando-se das partes e podendo diligenciar junto ao processo para alcançar a decisão mais justa e efetiva; analisar a história do poder jurisdicional e suas características e inferir as situações cooperativas no processo, onde partiu de um embate sem garantias equalitárias para as partes para um sistema obrigação de cooperar na solução da lide. Além de realizar a comparação da relação processual clássica, resultante do antigo Código de Processo Civil de 1973 (Lei 5.869/73), com a relação atual, expondo doutrinas de ambos os temas, desde Pothier, autor da teoria do processo como contrato, até Oskar Von Bullow, instruidor da teoria do processo como relação jurídica. O método utilizado foi o indutivo, operado com as técnicas das categorias e dos conceitos operacionais, através de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial. Em linhas gerais, nesse universo que foi desenvolvida a pesquisa, restando assim caracterizada a sua relevância social e contribuição à ciência jurídica.

Palavras-chave: Processo. Sujeitos do processo. Teoria da relação processual..

Programa de Bolsas de Pesquisa do Art. 171 /FUMDES / UNIEDU / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



ESTRESSE PARENTAL E RELAÇÃO CONJUGAL EM MÃES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): ESTUDO CORRELACIONAL.

Natália Marques Machado, João Rodrigo Maciel Portes.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Psicologia - Psicologia do Desenvolvimento Humano

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se principalmente por prejuízos persistentes na comunicação e interação social. Nesse sentido, a reestruturação da dinâmica familiar em decorrência do indivíduo com TEA, pode sobrecarregar tanto emocional, quanto fisicamente os pais, principalmente à mãe. Tais fatores, contribuem para o estresse no cenário familiar e pode comprometer a relação do casal. Frente a isso, somado a carência de publicações científicas sobre o tema, principalmente no âmbito brasileiro, o problema de pesquisa da presente análise permeou-se na seguinte questão: quais as relações entre o estresse parental e o relacionamento conjugal existentes em mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? Na mesma linha, o objetivo desse estudo foi verificar as relações entre estresse parental e relacionamento conjugal em mães de crianças com TEA. O delineamento desta pesquisa foi de caráter exploratório, descritivo e correlacional e utilizou-se de um recorte transversal. A amostra foi composta por 46 mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) com idade entre 3 e 7 anos, cujos filhos eram usuários do Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual (CER II) e da Associação de Amigos do Autista (AMA), localizado na região sul do Brasil. A coleta de dados ocorreu através de três instrumentos: por um Questionário Sociodemográfico; pelo Índice de Estresse Parental - PSI e pelo Questionário FLOREAL. Para a análise dos dados, foi empregada uma abordagem quantitativa, por meio de análises estatísticas do tipo descritiva e inferencial não paramétrica. Evidenciou-se na amostra a prevalência de famílias do tipo nuclear - com pais e mães biológicos de todos os filhos (n=34, representando um percentual de 74% das participantes). Em cerca de 37% das famílias o infante com autismo é o único filho do núcleo parental. No que se refere aos cuidados com a criança, a mãe mostra-se como a principal cuidadora quando o infante não está na escola ou em outras instituições (n=26, representando um percentual de 56% da amostra). Quanto a associação entre as variáveis, constatou-se uma relação entre reciprocidade negativa e função paterna, assim como uma associação entre resposta defensiva e reciprocidade negativa. Nesse sentido, percebe-se que, quanto mais interações negativas o casal possui (como brigas, discussões, sentimentos de injustiça e desigualdade), menos percepções positivas associada a função parental a mãe expressa. E ainda, quanto mais respostas defensivas (ou seja, quanto mais tentativas de distorção do estresse parental existentes na função materna), menor a ocorrência de uma relação conjugal saudável. Assim, frente aos resultados supracitados, essa pesquisa mostra-se como um meio informativo para intervenções eficazes visando a promoção da saúde dessas mães e suas famílias, com um olhar bidirecional acerca das vivências nesse núcleo familiar.

Realização



Vice-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Extensão

XXI SEMINÁRIO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

X Mostra Científica de Integração
Pós-Graduação e Graduação

4, 5 e 6 de Outubro de 2022



Apoio



Palavras-chave: Autismo; Estresse Parental; Relacionamento Conjugal.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



DESENVOLVIMENTO DE JOGOS DIGITAIS COM CRIANÇAS UTILIZANDO O FRAMEWORK “EU FIZ MEU GAME” - ANÁLISE DO PROCESSO CRIATIVO DO JOGO “THILLY: EM UMA MISSÃO PERIGOSA”

Nicole Migliorini Magagnin, Adriana Gomes Alves.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Desenho Industrial - Desenho de Produto

O projeto de iniciação científica teve por objetivo a análise do processo criativo do jogo Thilly em uma missão perigosa, desenvolvido em sala de aula regular com alunos do 4º ano do ensino fundamental durante o ano de 2019, o qual favoreceu a inclusão de crianças com deficiência por meio do Design Participativo. A necessidade do projeto se deu a partir da grande quantidade de dados coletados em campo, possibilitando uma rica análise e um aprofundamento teórico sobre a pesquisa de campo. O estudo analisou os dados com foco na experiência de criação de jogos com crianças utilizando a metodologia do Design Participativo, baseado no framework “Eu fiz meu game”, evidenciando a maneira com que as crianças participaram efetivamente da criação e design do jogo, os aprendizados resultantes de cada etapa do projeto, e a transposição de suas artes para que criassem vida na tela do jogo. Em seis meses de oficinas de criação de jogos, os alunos puderam expressar suas ideias por meio de desenhos, histórias, debates e até mesmo teatros, fazendo com que cada detalhe da criação do jogo fosse discutido em sala de aula e a cada nova implementação por parte dos pesquisadores, houvesse uma avaliação dos futuros usuários, sendo esses 25 alunos do 4º ano do ensino fundamental, dentre eles três com deficiência. Levando em consideração a escolha de tema da turma, uma princesa guerreira determinada a salvar a China, seu país, de um ninja inimigo, foi possível a inserção de conceitos de história e geografia, que ensinaram e encantaram muito os alunos na criação de Thilly, a personagem principal da trama. A partir da dificuldade de visualização do conceito da China antiga e atual pelas crianças, foi realizada uma aula temática, demonstrando a história e atualidade da China e gerando diversos impactos nas atividades relacionadas a isso posteriormente. Com a aula de história e geografia da China, pôde-se perceber o enriquecimento de detalhes das ideias apresentadas pelas crianças. A maneira orgânica como aconteceu a inserção do tema e a entrada de mais conceitos de aprendizagem do ensino fundamental, revelou resultado inesperado e positivo, possibilitando a discussão da transdisciplinaridade presente no framework base para essa pesquisa. Por meio da análise de dados e do aprofundamento nos conceitos de Design Based Research e Design participativo realizados, foi possível a validação da atividade em campo executada durante o ano de 2019 e um entendimento amplo das melhores maneiras de aplicar o Framework “Eu Fiz Meu Game”. A pesquisa resultou em dois estudos a partir do material analisado - diário de bordo, fotografias, desenhos, vídeos, jogo desenvolvido - sendo o primeiro focado na discussão sobre o conceito de transdisciplinaridade envolvidos no projeto e todas as possibilidades de aprendizagem que esta abordagem favorece às crianças, além da inclusão de todos os alunos em atividades sem barreiras



de aprendizagem. O segundo estudo discutiu o Design Participativo em atividades em sala de aula regular e a análise visual do jogo a partir dos desenhos e ideias das crianças, o que resultou na verificação do alinhamento do jogo digital criado com a proposta das crianças, favorecendo o pertencimento e protagonismo dos participantes.

Palavras-chave: Design de jogo; Inclusão escolar; Design Participativo; Aprendizagem Cooperativa.
Programa UNIEDU - Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Otávio Lenzi Rosembrock, Fernando Cesar Lenzi.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Administração - Administração Pública

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), trouxe à tona o princípio constitucional da transparência na administração pública. Esta lei evidencia as bases para a publicidade dos atos administrativos, demandando uma série de medidas para a divulgação de licitações, contratos, concessões, licenças, autorizações, lançamentos tributários, além de outros tantos dados de interesse público e de obrigação dos entes em mostrar a comunidade o andamento e resultados das ações do poder público. Diante disto, a presente pesquisa deseja compreender o acesso à informação nos municípios de Santa Catarina e a adequação das ações de publicidade dos atos legais a partir da coleta de dados nos endereços eletrônicos das prefeituras (sites). A pesquisa teve uma metodologia quantitativa e descritiva, a coleta de dados se deu-se por meio de uma pesquisa documental tendo como base informações secundárias disponibilizadas pelos sites das prefeituras em análise. Ela trouxe como elementos comparativos cada uma das 30 prefeituras de Santa Catarina entre 50 e 100 mil habitantes e prefeituras com mais de 100 mil habitantes. A análise dos resultados se deu pela elaboração de 5 diferentes quadros, os quais são referentes às orientações necessárias mencionadas na Lei de Acesso à Informação. A pesquisa apontou que os municípios que apresentam as informações de forma mais completa são aqueles que possuem seções específicas sobre cada um dos critérios necessários para o atendimento da lei. Ainda sobre o assunto de informações completas e de fácil acesso, observou-se que ainda não existe um padrão seguido na aplicação da transparência. Os sites e portais de transparência são desenvolvidos por diferentes empresas, apresentando assim, informações em formatos diferentes ao público. Os municípios que apresentaram maior índice de atendimento aos critérios da lei foram aqueles que utilizaram portais de transparência de elaboração própria, vale a pena destacar o município de Criciúma por ter um dos melhores portais entre os pesquisados. Os municípios vêm atendendo a grande parte dos requisitos da Lei de Acesso à Informação. Porém, o nível de atendimento parcial ainda é expressivo em diversos itens, enquanto outros não são nem atendidos. Após a observação dos sítios e dos resultados da pesquisa, é possível concluir que a imensa maioria dos portais de transparência apresentados pelos municípios em ambas as faixas populacionais não está compatível de forma satisfatória com a Lei de Acesso à Informação.

Palavras-chave: Administração Pública; Lei de Acesso a Informação; Transparência Pública..
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



EMPREGO DA CLIENTOLOGIA NO SERVIÇO DE SUGESTÃO E RECLAMAÇÃO DE RECEPTORES DE SANGUE DA HEMORREDE DE SANTA CATARINA

Pâmela Paola Fumagalli Eccel, Luana Amaral Chagas, Marta Machado Alves, Renata Rodrigues Ferreira de Melo, Karina Henrique Arceno, Alexandre Geraldo.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Administração - Administração Pública

A transfusão de hemocomponentes é fundamental para salvar ou manter a qualidade de vida de receptores de sangue. O atendimento de qualidade desse serviço é fundamental para pacientes. A Disney avalia o sistema de gestão de atendimento através da: Segurança – requer que o bem-estar e a paz de espírito dos convidados sejam prioridade --, Cortesia – requer que cada convidado seja tratado como único -, Espetáculo – requer entretenimento excepcional e ininterrupto para os convidados -, e Eficiência – requer operações sem percalços nos parques temáticos. O objetivo deste estudo é avaliar a semântica-Disney das manifestações escritas dos receptores de sangue de Santa Catarina. Avaliar a semântica-Disney das manifestações escritas dos receptores de sangue de Santa Catarina. O presente projeto foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa sob parecer 4.799.615. Foram selecionados 6 (seis) Hemocentros da Hemorrede de Santa Catarina e obtidas as informações do Relatório do Serviço de Sugestão e Reclamação (SSR) de receptores de sangue. Os dados foram extraídos de janeiro a dezembro de 2012 a 2019 e adaptados a matriz de integração do Instituto Disney. Após obtenção dos dados foram transcritas de forma individual um total de 60.962 dos 6 hemocentros de Santa Catarina nesta pesquisa, destas manifestações 2 dos hemocentros de Santa Catarina tiveram a conclusão parcial dos dados concluídas. No primeiro hemocentro o HMC 01 teve 3165 avaliações ao total entre 2012 a 2019. Considerando que o maior número de satisfação foi no ano de 2014 com 384 satisfações (82,58%), o resultado com maior número de reclamações foi em 2016 com 110 (23,86%) e o ano que mais tivemos sugestões foi o de 2013 (22,87%). No HMC 02 houve um total de 1155 manifestações considerando o ano de 2018 com maior número de satisfações de pacientes (96,71%), maior número de sugestão em 2012 com 8 (4,94%), nesse mesmo ano obteve-se também um número absoluto de 32 reclamações (19,75%). O HMC 03 teve-se um total de 1247 manifestações de todos os anos considerando o de 2012 com maior número de satisfações 156 (59,32%) dos receptores de sangue, tendo como ascendência os resultados de sugestões o ano de 2013 (22,33%) e no índice de reclamações um número absoluto de 60 (22,81%). Conclui-se que é necessário a pesquisa constante dos Hemocentros para melhor avaliação dos usuários que utilizam hemocomponentes e que assim os serviços estejam melhorando atendimento e consultando as sugestões postas pelos mesmos. O Instituto Disney® tem um papel fundamental com essa metodologia, pois assim as redes conseguem alcançar melhores resultados diante dessas manifestações garantindo a segurança dos usuários e eficácia dos serviços prestados.

Realização



Vice-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Extensão

XXI SEMINÁRIO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
X Mostra Científica de Integração
Pós-Graduação e Graduação

4, 5 e 6 de Outubro de 2022



Apoio



Palavras-chave: Gestão da Qualidade; Receptores de Sangue; Gestão em Saúde.
Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



UNIVERSIDADE DA CRIATIVA IDADE NA PROMOÇÃO DOS ODS3, ODS4 E ODS8

Pamella Cristina Rodrigues da Silva, Gabriele Aline da Silva Jonsson, Karina Elisa Machado.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Educação - Tópicos Específicos de Educação

A Universidade da Criativa Idade, é um programa de extensão, criado em 2015, com o objetivo de auxiliar a comunidade através da troca de conhecimentos. O programa tem como principal objetivo “possibilitar a população em processo de envelhecimento, acima de 50 anos, a aprofundar seus conhecimentos em áreas relacionadas à cultura e turismo, arte e design, bem-estar e beleza, novas tecnologias, história da arte e do design de interiores, psicanálise e inteligência emocional, moda e estilo, empreendedorismo criativo e ao mesmo tempo trocar informações e experiências com a comunidade acadêmica”. Projetos de extensão, como a Universidade da Criativa Idade, visam levar a comunidade o conhecimento adquirido dentro da universidade, e trazer desta comunidade seu conhecimento, como se fosse uma moeda de troca, o objetivo desta “troca” é modificar a realidade de uma população. Neste contexto, os projetos de extensão trabalham em cima dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), que tem como destaque os meios de procurar tornar o planeta um lugar melhor economicamente, socialmente e ecologicamente para todos. Entre os 17 ODS, a Universidade da Criativa Idade, trabalha com o ODS3 (Saúde e Bem-estar), ODS4 (Educação de Qualidade) e ODS8 (Trabalho Docente e Crescimento Econômico), objetivos deste trabalho. Em relação a metodologia, após um levantamento teórico sobre a Universidade da Criativa Idade e sobre os ODS, foi elaborado um questionário eletrônico que foi aplicado as participantes do projeto (Número do Parecer do Comitê de Ética: 4.270.312). Os resultados demonstram resumidamente que a pesquisa contou com participantes de 18 anos a acima de 70 anos que responderam ao questionário coletado durante os dias 17/11/2020 a 24/11/2020. Os resultados apontam que a maioria do grupo é composto por mulheres na faixa etária de 61 a 70 anos de idade, que possuem ensino superior e pós-graduação. Entre os 18 participantes, 56,6% optaram por não declarar a renda, porém 61,1% declaram ter uma boa renda familiar atualmente. Em relação ao primeiro contato com o Programa de Extensão da Universidade da Criativa Idade da Univali, 94,4% responderam ter conhecido através de indicação de amigos e uma minoria procurando por cursos na secretária da Univali, sendo destes a maioria participantes desde 2018 e 33,3% envolvido nas atividades por 2 anos, sendo que 94,4% respondeu que participa dos encontros semanalmente, destaca-se que estes encontros continuam a acontecer durante a pandemia, de maneira remota. Em relação ao ODS 4 (Educação de Qualidade) e ODS 8 (Trabalho Docente e Crescimento Econômico), respectivamente, 72,2% das entrevistadas responderam que as aulas/oficinas são muito boas e que agregaram em novos conhecimentos adquiridos, porém, sobre aprendizado de novos ofícios, 55,6% respondeu mais ou menos e que os módulos que mais agradaram os participantes foram “Cultura e Turismo” e “Psicanálise



e Inteligência Emocional”. Em relação ao ODS 3 (Saúde e Bem-estar) a maioria dos participantes disseram que o programa a melhorou sua saúde e que se dizem satisfeitos com ela. Além disso, os participantes da pesquisa também obtiveram uma melhora no bem-estar e autoestima, dentre estes, 55,6% avalia sua qualidade de vida atual como boa. Esses dados colhidos foram compilados, discutidos e através destes elaborado um artigo científico, que se encontra como aceito na Revista InterAção.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Universidade da Criativa Idade; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Programa UNIEDU - Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



O COSMOPOLITISMO DE IMMANUEL KANT E O DIREITO INTERNACIONAL: UM CAMINHO PARA A PAZ.

Pedro Henrique Souza dos Santos, Douglas Weege.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Filosofia - 7.01.04.00-0 Ética

A presente pesquisa investiga de que modo a perspectiva cosmopolita de Immanuel Kant pode servir de auxílio para uma ordenação político-jurídica que efetivamente garanta a paz entre os Estados. Sua relevância é evidente frente a contemporaneidade, uma vez que as relações internacionais ainda têm se mostrado delicadas e, por vezes, não encontram no diálogo e na racionalidade a solução para as divergências. O trabalho foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica, utilizando-se do método dialético qualitativo, em conjunção com o método histórico, buscando reconstruir os argumentos principais do filósofo analisado e sua contribuição para refletir sobre o conteúdo de nossas Constituições atuais. Entre as etapas do processo investigativo podemos destacar: Primeiro, a distinção necessária entre história e filosofia da história, que aparece em sua obra *Ideia de uma História Universal com um Propósito Cosmopolita*. Enquanto história condiz com os dados que podemos coletar no percurso do tempo empiricamente, filosofia da história nos insere numa teleologia natural a qual o autor torna visível no caminhar das épocas. É este telos, enquanto movimento em direção ao esclarecimento humano por meio da sua racionalidade que permitirá uma caminhada em rumo ao progresso. Segundo, vale compreender de que modo o aprofundamento da liberdade humana, via esclarecimento, implicará na busca de uma constituição civil perfeita, não somente no que consiste a uma realidade local, mas também global e, portanto, cosmopolita. O cosmopolitismo kantiano é o pressuposto com o qual o direito é pensado como alternativa para a moral, na medida em que se pensa a paz entre os Estados. Assim, a estrutura político-jurídica com a qual Kant está comprometido conecta algum desenvolvimento moral dos atores sociais, para falar no nível subjetivo, mas amplia o alcance do desenvolvimento racional da liberdade onde a moral ainda não chegou, ou seja, através da ordem jurídica. É preciso analisar em que medida a teoria kantiana tem êxito, isto é, se sua perspectiva cosmopolita pode servir realmente de auxílio para a promoção e manutenção da paz entre os Estados. Conciliando cosmopolitismo, racionalidade, desenvolvimento e liberdade, Kant chega ao núcleo necessário para pensar a possibilidade da paz, não apenas entre indivíduos, mas, isso sim, entre Estados. Portanto, a construção de uma constituição civil perfeita, um Direito Internacional, universaliza aquilo que interessa a todos, a saber, a paz perpétua. No entanto, se no campo da teoria a filosofia da história kantiana parece nos direcionar a um caminho melhor, permanece inquietando a todos aqueles que são atentos a questões não tão fáceis, tais como as relações interpessoais, respeito as subjetividades e convivência com as diferenças.

Palavras-chave: Palavras-chave: Cosmopolitismo, liberdade, Direito Internacional, paz. .

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM / CNPq / UNIVALI



GLOBALIZAÇÃO E FLUXOS MIGRATÓRIOS: PERCEPÇÕES ACERCA DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA DO MIGRANTE HAITIANO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Quézia Souza Martins Rozza, Moisés Dos Santos Nogueira, Marcos Vinicius Viana da Silva.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

A presente pesquisa teve como tema: as percepções da realidade fática do migrante haitiano no tocante a sua inserção socioeconômica, cultural e social, com enfoque no mercado de trabalho, o qual provê, em regra, o seu sustento, observada pelos escaninhos de dois fatores histórico-jurídico-sociais: Processo da globalização; e fluxo migratório. Sua importância se evidencia em razão de que o Estado de Santa Catarina é o quarto estado que mais recebe migrantes haitianos anualmente e, segundo o IBGE, apenas 0,5% dos Municípios do Brasil possuem estrutura para o acolhimento de migrantes. Nesse contexto, a presente pesquisa buscou avaliar se há a efetivação da cidadania, conforme prevista na Constituição da República Federativa do Brasil e em tratados internacionais. O problema de pesquisa se concentrou nos estudos das dificuldades socioeconômicas e culturais enfrentadas pelo migrante haitiano, objetivando identificar as conexões que se estabelecem nas interações, principalmente, dentro do ambiente de trabalho, com o intuito de captar a realidade fática que demonstre se houve ou não uma efetivação da cidadania e conseqüentemente da dignidade da pessoa humana. Como hipótese, verificou-se que a inserção cultural, social e laboral dos migrantes haitianos no Estado de Santa Catarina é precária, o que acarreta a subalternização das relações trabalhistas e violações dos direitos sociais dessa população, fazendo com que abandonem o Brasil. A pesquisa teve por objetivo elucidar os fatores que impulsionaram a sua vinda na busca da cidadania material, analisando se há uma concretização efetiva da cidadania material, descrevendo possíveis violações de direitos sociais. Para se chegar ao resultado, aplicou-se o método indutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica na base de dados do TRT da 12ª região, procurando termos como: migrante haitiano. Por fim, como resultado, tem-se que a migração dos haitianos é fruto das calamidades naturais e instabilidades política e financeira que assolam seu País. Sua rota até o Brasil é extremamente insalubre, o que ocasiona, em alguns casos, a morte ou debilidade para aqueles que desejam condições melhores de subsistência. Ao chegarem no Brasil, na grande maioria pela fronteira do Acre, estas pessoas vão se deslocando entre os Estados, principalmente em São Paulo e Santa Catarina, em busca de trabalho e moradia. Nesse sentido, constata-se uma grande hostilidade pelos cidadãos que os vêem como concorrentes em razão da dificuldade estatal de fornecer o básico inclusive para seus nacionais. Ocorre que com o migrante haitiano a hostilidade é intensificada por razões étnico-raciais, estabelecendo inclusive um padrão fenotípico relacionado a estrutura corporal do migrante haitiano. No tocante as relações de trabalho, têm-se que grande parte destes migrantes exercem trabalhos braçais, tendo dificuldade na validação de diplomas e inserção no trabalho para o qual se especializou. Uma pesquisa realizada pela AMFRI em 2017, aponta que 66,4% dos haitianos entrevistados informaram que percebem algum nível de preconceito ou discriminação racial. Entretanto, em consulta ao banco de dados do TRT da 12ª região, poucos processos envolvendo migrantes haitianos são encontrados, isto se dá pelo receio que esta população sente em denunciar a violação de seus direitos, o que prova novamente a disparidade entre migrantes e nacionais. Portanto, cabe ao Poder Público realizar programas de inclusão e políticas públicas que evidenciem e promovam a cidadania material, bem como realize maior fiscalização nos postos de trabalho que recebem estes migrantes, visto que com a pandemia, o número de denúncias diminuiu consideravelmente.

Palavras-chave: Migrantes Haitianos; Mercado de Trabalho; Condição Socioeconômica; Inserção Sociocultural; Dignidade Humana.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



A PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DO PLURALISMO JURIDICO

Rayssa Cordeiro Pinto, Beatriz Bitencourt da Silva, Rafael Padilha dos Santos.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Teoria do Direito

A importância do Conhecimento Tradicional para povos locais é imensurável, O termo “Tradicional” vem de “Tradição”, o ciclo de transmitir conhecimentos de geração para geração é uma tradição, é a prática mais habitual que acontece dentro da sociedade de tais povos, um valioso fato cultural que está presente na base da origem da nossa sociedade, ao longo dos anos esse cultivo ao conhecimento tradicional e sua proteção vem ganhando destaque. A inicialização de um maior interesse ao âmbito direcionado a Conhecimentos Tradicionais anda em constante crescimento, se destacando cada vez mais ao decorrer das desenvolvuras de evoluções ao redor de todo o mundo, indo muito além de trabalhos referentes à economia ou mesmo culturais, essa problemática envolve-se num todo, despertando ativos alerta em variadas e distintas sociedades, destacando especialmente ações em nosso país, já que em nosso continente, nós sempre nos sobressaimos, em motivo de termos uma rica e vasta biodiversidade ao longo de toda extensão do nosso país, com a maior concentração sendo na região norte, especialmente no Amazonas e aos redores, território com Sociedades Tradicionais e Conhecimentos Tradicionais. Até mesmo alguns dos mais simples produtos específicos que compramos hoje em grandes comércios poderiam não estar nas prateleiras sem as fontes vindas desse Conhecimento Originário, é a partir desse ponto de Conhecimento que se estende muitas outras criações. Em busca de distintas referências para finalização de um desenvolvimento de alguma proteção desses Conhecimentos, observando a clara fragilidade de amparo a tais hábitos culturais, o Pluralismo Jurídico pode apresentar-se em questão, com diversos costumes e normas que regem idealmente a cada diferente coletivo, portanto o objetivo é estudar uma satisfatória compreensão entre a Sociedade Tradicional com o Ordenamento Jurídico, a interligação dos dois temas, para a resolução de uma proteção perante o desamparo ao Conhecimento Tradicional. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi através de pesquisas bibliográficas em artigos científicos, livros, filmes, documentos, análises de políticas voltadas ao tema, jurisprudências e Documentários. Através do estudo dos fatos apresentados sobre a possível contemplação do Pluralismo Jurídico em relação à solução a proteção do Conhecimento Tradicional, tem em evidência o quão frágil é o mecanismo de amparo e a clareza de que essa fragilidade se estendera por mais tempo, a possibilidade de conciliar as relações jurídicas entre o interno dessas comunidades somente pode ser visada por meio do Pluralismo Jurídico.

Palavras-chave: 1. Conhecimento Tradicional; 2. Originário; 3. Pluralismo Jurídico; 4. Sociedades; 5. Cultura..

Programa UNIEDU - Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



CINEMA E ENSINO DE HISTÓRIA: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA BRASILEIRA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1982-2006) E OS USOS DOS FILMES NAS AULAS DE HISTÓRIA

Ricardo Feltrin Oldenburg, Paulo Rogério Melo de Oliveira.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
História - História do Brasil

Professores recorrem ao cinema com frequência para inovar e revigorar o ensino de História, mas o uso que fazem dos filmes nem sempre segue uma metodologia adequada. Quase sempre, os filmes são utilizados como ferramentas ilustrativas dos conteúdos abordados. Propomos ir além do uso do filme como mera ilustração, ou como comprovação do texto escrito, para avançar no debate metodológico da relação cinema e História. Nesse sentido, tem-se por objetivo analisar a produção cinematográfica brasileira referente a ditadura civil-militar, entre 1982 e 2006, considerando o contexto de produção dos filmes e as possibilidades de uso em sala de aula. Selecionamos os filmes “Pra Frente Brasil” (1982), “O que é isso, Companheiro?” (1997) e “O ano em que meus pais saíram de férias” (2006) por considerá-los representativos de cada década. Para esta pesquisa recorreremos às abordagens metodológicas e teóricas de Pierre Sorlin e Marc Ferro. Os estudos semióticos de Pierre Sorlin nos oferecem um método baseado na ciência dos signos na comunicação para resgatar os diversos signos que compõe um filme e que, uma vez classificados, permitem a sua leitura. A abordagem do historiador Marc Ferro sobre as relações cinema e história apontam para o contexto de produção dos filmes. Para Ferro, o filme, visto como um documento, revela aspectos de uma realidade que ultrapassam o objetivo do realizador. O uso combinado dos autores nos permite analisar os modos de significação interno de um filme e a sua relação com o mundo social. A pesquisa seguiu os seguintes passos metodológicos: mapeamento e leitura da bibliografia; decupagem; interpretação; escrita de textos. “Pra frente, Brasil” é um filme de ficção que narra a história de Jofre (Reginaldo Faria), um indivíduo comum de classe média que se considera “apolítico”, em meio ao contexto de maior repressão da ditadura civil-militar é confundido com um “terrorista”. O filme é o primeiro a abordar a tortura de forma direta, promove um acerto de contas em caráter de denúncia da sociedade com o regime militar dentro dos limites permitidos pela censura nos anos finais da ditadura civil-militar. “O que é isso, Companheiro?” é um filme de ficção baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira. Por mais que represente o sequestro do embaixador estadunidense pelo Movimento Revolucionário de Oito de Outubro em 1968, é amplamente preenchido com dramatizações do imaginário de seus produtores. O filme narra o sequestro do embaixador, mas tensiona sua abordagem nas relações pessoais dos guerrilheiros e no relacionamento conjugal de um torturador. O filme não mais representa as personagens apenas em seus momentos de ação política, mas também nas subjetividades de suas relações pessoais. “O ano em que meus pais saíram de férias” narra a história de Mauro (Michel Joelsas), um menino de doze anos, que é deixado na casa de seu avô, pois seus pais iriam sair de férias sob a promessa que voltariam até o início da Copa do Mundo de 1970. Na verdade, os pais do menino estavam sendo perseguidos pelo regime militar. Mauro expressa sua alegria e esperança com o Brasil avançando na competição, enquanto lida com a tristeza e desesperança que seus pais retornem. A película explora os efeitos indiretos do regime em indivíduos sob a ótica de uma criança. O filme não mostra a ditadura em primeiro plano, cenas de repressão e de ações do regime aparecem em pequenos trechos do cotidiano de Mauro. Produzidos em contextos políticos diferentes, e propondo abordagens distintas, os filmes exprimem lutas e as percepções de cada momento da ditadura civil-militar. São documentos críticos para historiadores e professores de História interessados em problematizar as mudanças de percepção sobre um determinado período.

Palavras-chave: Cinema; Ditadura civil-militar; Ensino de História.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



A BRANQUITUDE DE UNIVERSALIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Roberto Felício Junior, Arisa Ribas Cardoso.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

A presente pesquisa teve o foco de desmistificar os preceitos da branquitude, através da pesquisa de números compilados, doutrinas e notícias, foi construído uma opinião teoria fundamentada qualitativamente, buscado o questionamento sobre branquitude, racismo, e suas várias vertentes, no âmbito nacional e interracial da universalidade. Mas o ponto de vista escolhido foi ver o racismo oriundo da branquitude, como o aspecto do branco construí-a branquitude, e através desta resposta buscou-se denominar as causas dessa construção desse grupo, revendo a história, construindo uma visão sobre a construção da branquitude. A pesquisa se fundamentou através da visão crítica ao explicar a branquitude, questionando os inúmeros tipos e formas de compreender a hostilidade racial, sendo assim, pesquisamos sobre o racismo científico, racismo recreativo, racismo aversivo, racismo simbólico, racismo institucional. Mas o foco primordial foi desmistificar o racismo, e ver quais foram as relações que a branquitude assumiu, analisando também as sociedades atuais, é nítido o quando estava enraizado a figura da branquitude. A pesquisa demonstrou que racismo institucional, de certo modo é uma forma de privilégio, onde as pessoas de pele branca, ou qualidades e preceitos da branquitude, são possuidores de facilitação nas instituições, sejam elas públicas ou privadas, demonstrando que a autoimagem é preceito mortífero da branquitude. Sendo que esse grupo de pessoas diminui os semelhantes pela cor, a pesquisa demonstra que racismo é uma questão de saúde pública. É de suma relevância, desmistificar o estereótipo de racismo, entender que existe sim as práticas discriminatórias contra os negros, então assim, devemos estudar a sociedade como um organismo composto de grandes grupos minoritários, e cada qual sofre ou irá sofrer com a discriminação. Sobre o prisma de se mensurar os preceitos da branquitude, foi necessário estudar as várias formas do racismo, entender de onde veio o subjugamento discriminatório, entender por que as minorias são o alvo da inferiorização, entretanto não há de se falar de branquitude se não falarmos de negritude, o primeiro ponto ao se falar de negritude é questionar os estigmas que operam na sociedade, que seriam os principais pontos discriminatórios em diversas esferas, que limitam a evolução do ser humano pelo subjugamento discriminatório. A exclusão social discriminatória, é sem dúvida construída pelo estigma cultural e histórico, referente a imagem do corpo e pele, na história da negritude há uma busca dos mesmos direitos da branquitude, o trabalho vem quantificar a relevância do conceito branquitude, buscando compreender o racismo, a negritude, e problema social que tais situações provocaram nas estruturas sociais. A origem pragmática da branquitude, não só é baseada nas ações incorretas de alguns grupos, que se subjugam através do aspecto de cor, mais é construída pelo aspecto histórico, contendo marcar ainda vivas de Brasil colônia, de feridas do



colonialismo segregador, e do subjugamento discriminatório que integraliza as questões raciais, uma forma de estigmatizar a imagem do negro. A colonização portuguesa marcada pela nítida figura estigmatizada do negro pelo branco é racismo oriundo das primazias escravocratas, que deixaram marcas na sociedade Brasileira. Na atualidade percebemos que branquitude ainda é um sinônimo de opressão, pois se questiona, subjuga, e preceitua valores através da cor, nitidamente a pesquisa busca entender as vertentes da branquitude. A problemática seria quantificar a força da diferença na cor de pele na sociedade Brasileira, entendemos que a branquitude ainda possui traços de subjugamentos muito ativos nas estruturas sociais, os preceitos da branquitude ainda estão enraizados nas estruturas sociais e ainda limitam os direitos, então ainda há um certo favorecimento através da cor, sem dúvidas a injustiça do racismo é farda social, que possui uma bagagem cultural histórica, que é marcada pelo colonialismo português.

Palavras-chave: BRANQUITUDE /UNIVERSALIDADE.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



A INFLUÊNCIA DE ONGS TRANSNACIONAIS NAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Rosemar Mariano Borges, Marcio Ricardo Staffen.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

Este artigo teve como objetivo geral analisar o atual sistema de internacionalização e o fenômeno da transnacionalidade, de que maneira as chamadas organizações não governamentais, vem se destacando nesse cenário político cada vez mais globalizado. E como objetivo principal, compreender qual a influência que tais organizações exercem no aspecto jurídico, político e social e por fim qual o interesse dessas organizações, nas decisões do Supremo Tribunal Federal. A fundamentação teórica foi baseada nos artigos científicos referentes ao tema, em processos do Supremo Tribunal Federal, em doutrina específica ao tema e na jurisprudência utilizando-se das técnicas do referente bibliográfico, sedimentada nas obras posteriormente mencionadas. Para isso, em um primeiro momento foi feito uma análise sobre a criação do Estado, e Territorialidade, para compreender melhor o tema Transnacionalismo, e ainda a sobre amicus curie e sua importância nas decisões do STF. As organizações não governamentais vêm, na qualidade de Amicus Curiae, para auxiliar no debate das questões postas em julgamento, trazendo a participação social de diversos atores da sociedade e dando mais transparência e credibilidade às decisões sobre a matéria julgada, alterando a visão limitada dos Estados e preenchendo as lacunas criadas entre a sociedade civil e o governo. Ao término da presente pesquisa, resta evidenciado que o Direito, em todos os âmbitos de aplicação, é resultado de condutas humanas, e suas relações sociais, de forma que a sociedade decide e referenda determinados valores e bens jurídicos a serem especialmente protegidos, e o Estado, por meio de instrumentos políticos, regula e institui, tornando-os um limitador jurídico- normativo. Entretanto, com o processo de globalização e as transformações tecnológicas, o Estado não consegue mais fazer isso de forma satisfatória, e condizente com a realidade atual, a dificuldade dos governos, de impor suas decisões de forma autônoma são cada vez mais limitadas perante a comunidade internacional. É neste contexto que as Ongs encontram espaço para se impor, e trazer à tona importantes discussões jurídicas, no anseio de estabelecer diretrizes mundiais acerca de assuntos como Direitos Humanos, Democracia e Sustentabilidade. Concluindo as mudanças no contexto internacional, a maior participação da sociedade civil organizada e o advento da globalização, propicia, legitimidade de opinião, para organizações não governamentais e demais não legitimados pelo direito internacional, envolvidas na defesa dos direitos humanos, da proteção ambiental e em projetos de desenvolvimento social, concentradas na capacitação coletiva e individual e no empoderamento, de comunidades carentes, assim como de outros segmentos considerados excluídos ou pormenorizados, da sociedade, como por exemplo, a manifestação da senhora Juana Magdalena Kweitel, que representou na ocasião, a ONG Conectas Direitos Humanos, em parceria com o



INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA, na qualidade de Amicus Curiae, para apresentar argumentos favoráveis à descriminalização da interrupção voluntária da gravidez até a décima segunda semana, na Audiência Pública, na qual se tratava do tema posto na ADPF nº 442, relatado pela Ministra Rosa Weber do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. A influência das Ongs cresceu muito nos últimos anos, por meio de pressão aos governos nacionais, têm importância significativa referente a postura destes nas negociações internacionais, e também são, presença ativa como observadores cadastrados no sistema da ONU, e acompanham o processo de discussão, influenciando, outras delegações governamentais, de forma ideológica, política e jurídica, como é o caso do Supremo Tribunal Federal. Quanto à metodologia, este trabalho foi elaborado, pelo método indutivo, operacionalizado, pela pesquisa bibliográfica e em decisões do Supremo Tribunal Federal.

Palavras-chave: Amicus Curiae. Direito Transnacional. Superior Tribunal Federal.

Programa de Bolsas de Pesquisa do Art. 171 /FUMDES / UNIEDU / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



REGULAÇÃO DA PROPAGANDA ELEITORAL PAGA IMPULSIONADA EM REDES SOCIAIS: LIMITES AO ABUSO DO PODER POLÍTICO E DO PODER ECONÔMICO FRENTE AO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Samuel Aduino Vasco, Giulia Amabile Staffen.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Direito - Direito Público

A propaganda eleitoral é tema de suma importância para concretização dos ideais democráticos e diante do constante desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, é expressiva a migração das campanhas para o espaço virtual. Desde as eleições de 2018 está permitida no Brasil a possibilidade de se pagar para impulsionar propagandas eleitorais nas redes sociais, e como proposta de pesquisa questionou-se a possibilidade de convergência entre direito eleitoral, tecnologia e marketing digital conservando o princípio da liberdade de expressão e o exercício da democracia. Como objetivo geral, investigou-se de que forma o sistema normativo que rege a propaganda eleitoral na internet pode ser aplicado de modo a controlar situações de abuso de poder econômico e abuso de poder político, com reflexos na propagação de fake news no ambiente on-line, considerando o uso de Inteligência Artificial (IA). A investigação orientou-se por estudos bibliográficos recentes, artigos e informações disponíveis nos canais de comunicação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em paralelo ao acompanhamento das alterações legislativas e os preceitos normativos que regulam a propaganda eleitoral na internet, assim como da atuação da Justiça Eleitoral brasileira no controle sobre o uso de mídia paga para impulsionar posts em redes sociais. Destaca-se a publicação das resoluções que regulamentarão as Eleições Gerais de 2022, aprovadas pelo Plenário da Corte Eleitoral em dezembro de 2021, onde constam as permissões e restrições previstas às propagandas, ficando a cargo da Justiça Eleitoral julgar os casos vindouros, na forma de processos originários ou recursos sobre o tema. Para o aprimoramento das resoluções do próximo pleito, realizaram-se audiências públicas com a contribuição de cidadãos, partidos políticos, entidades da sociedade civil e instituições. Como previsão de punição para desinformação e disparo em massa, a Resolução nº 23.671 deixa explícito ser proibida a divulgação e compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral. Segundo a norma, a livre manifestação de pensamento do eleitor na internet pode ser passível de limitação se ofender a honra ou a imagem de candidatas e candidatos, partidos, coligações ou federações, ou ainda se divulgar notícias falsas. Além disso, a propaganda eleitoral paga na internet deve ser identificada como tal onde for exibida e como está proibido o impulsionamento de conteúdo por apoiadores, esses anúncios deverão identificar como responsáveis o candidato, o partido, a coligação ou a federação. Em linhas gerais, após a análise da legislação vigente, pode-se concluir que o TSE endureceu as regras sobre compartilhamento de informações inverídicas, prevendo responsabilização mais severa aos que espalharem desinformação. Na pesquisa também foram investigadas possíveis



inovações legislativas incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro quanto ao desenvolvimento e uso da Inteligência Artificial, considerando que para obtenção de resultados na campanha de combate às fake news é preciso normatizar a IA (já que todo controle é feito a partir de robôs/algoritmos). Sobre a regulação de marcos para fins de padrões de IA, bem como a possibilidade de conciliar regras que a estimulem, porém protejam os cidadãos de seu uso indevido, sem descuidar das influências transnacionais, destaca-se o acompanhamento ao Projeto de Lei 21/2020, aprovado em setembro de 2021 na Câmara dos Deputados, e que agora segue para o Senado, contendo fundamentos e princípios para o desenvolvimento e a aplicação da IA no Brasil. Como método de abordagem, utilizou-se o método dedutivo, com técnicas do referente e pesquisa bibliográfica; na fase de tratamento dos dados o método cartesiano e como método de procedimento utilizou-se o método observacional.

Palavras-chave: Regulação; Propaganda eleitoral; Fake news; Inteligência Artificial.

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



PESQUISA SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE.

Sandra de Oliveira, Sidnei Vieira Marinho.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Administração - Administração de Setores Específicos

Organizações inseridas na área da saúde são caracterizadas por serem complexas, e essa natureza acaba por dificultar o desenvolvimento de estratégias em seu meio, o que foi agravado devido ao cenário pandêmico causado pelo COVID-19. A partir disso, percebe-se que entender o processo de “fazer estratégia” dentro dessas organizações, levando em consideração principalmente os fatores humanos envolvidos, pode ajudar a enfrentar de maneira mais assertiva essa dificuldade de implementação da estratégia, portanto, é de grande importância para essa área conhecer e acompanhar os avanços de estudos sobre a Estratégia como Prática Social. Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo verificar a evolução do tema “Estratégia como Prática Social”, especificamente na área da saúde, em periódicos nacionais e internacionais, com o intuito de conhecer as mais relevantes produções científicas sobre o assunto e identificar características dessas publicações que venham contribuir cientificamente acerca do tema. A metodologia escolhida para este trabalho foi a pesquisa bibliográfica, que objetiva a coleta de dados teóricos que permitam um conhecimento mais profundo sobre a temática Estratégia como Prática Social na área da saúde e posteriormente uma análise bibliométrica nos artigos do portfólio selecionado, a fim de gerar conhecimento em relação ao tema e para serem utilizados na produção de trabalhos futuros. Para isso, foi utilizada a sistemática do ProKnow-C, por meio da execução de duas etapas: a seleção de um portfólio de artigos sobre o tema da pesquisa e a análise bibliométrica do portfólio. Na primeira etapa, três fases foram executadas: (a) a seleção dos artigos nas bases de dados que compõem o banco de artigos bruto, no qual resultou um total de 3.592 resultados; (b) a filtragem dos artigos selecionados com base no alinhamento da pesquisa; e, (c) o teste de representatividade do portfólio bibliográfico. Após as fases (b) e (c), chegou-se ao portfólio bibliográfico final com 18 artigos. Já na segunda etapa, foi feita uma análise bibliométrica do portfólio, com o objetivo de quantificar as informações existentes e fornecer as características destas publicações, em que cinco aspectos foram considerados: (a) relevância dos periódicos; (b) reconhecimento científico dos artigos; (c) autores de maior destaque; (d) palavras-chave mais utilizadas; e, (e) análise do fator de impacto dos periódicos do portfólio bibliográfico. Com relação a tipologia dos estudos, percebe-se que a sua maior parte são estudos teóricos (61%). Com relação às revistas, a com maior índice de publicação é a Organization Studies (28%), sendo seguida da Long Range Planning (11%) e da Human Relations (11%). E tratando-se da qualidade das publicações, com base no Índice Qualis da CAPES, verifica-se uma parcela significativa de publicações em periódicos de Qualis elevado, sendo composto em sua maioria por classificação A1 (72%), porém, 17% dos periódicos não foram identificados no portal, portanto não foi possível registrar seu Índice Qualis. E com base nos fatores de impacto da base Scopus, o Journal of Management liderou, sendo o periódico com maior fator de impacto (241), sendo seguido pelo Organization Studies (157) e pelo Human Relations (142). A partir da amostra de artigos, identificou-se que os autores de maior destaque foram Paula Jarzabkowski e Richard Whittington, participando de 5 e 3 publicações respectivamente. Por fim, espera-se nortear futuras pesquisas e contribuir para o avanço do tema no âmbito nacional. Mediante a apresentação da base teórica dos artigos mais recentes, dos periódicos mais relevantes pretende-se auxiliar os estudiosos da área, bem como instigar novos pesquisadores que queiram aprofundar-se no campo da Estratégia como Prática no setor de Saúde.

Palavras-chave: Estratégia como Prática Social; Setor de Saúde; Bibliometria..
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



OS PROCESSOS IDEOLÓGICOS SIMBÓLICOS QUE CONCEITUAM O CIVISMO BRASILEIRO.

Sofia Stein Maximo, Marcelo Azeredo.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Sociologia - Sociologia Urbana

Os processos ideológicos simbólicos que conceituam o civismo, portanto, constituíram-se no âmago da cidadania predominantemente praticada pelos indivíduos. A percepção da realidade que permite ao sujeito político exercer sua cidadania foi constituída por imensuráveis contextos complexos entrelaçados advindos da educação informal e formal e perpassa elementos psicossociais que se ordenam estruturalmente ao longo do tempo, estabelecendo mecanismos discursivos burocráticos que sedimentam os alicerces civilizatórios humanos, nesse contexto complexos sistemas discursivos de poder atuam para consolidação política de específicos grupos estabelecidos por fim na própria cultura entre os que se identificam como pertencentes a uma nação. Romper e reformar conceitos morais provenientes do passado não laico que herdamos é função essencial para a filosofia da moral, à ciência que estuda a moral, tendo a razão epistemológica como fundamento pétreo, a Ética. O objetivo geral deste projeto foi realizar pesquisas analíticas de caráter revisional bibliográfico que permitiram evidenciar e conceitualizar os termos: Civismo, Interacionismo Simbólico e Ideologia em suas múltiplas possibilidades de interpretação no contexto de nossas sociedades pós-modernas, para uma compreensão que amplie as noções estruturais dos fenômenos sociopolíticos econômicos e culturais contemporâneos. Ao conceituar interacionismo simbólico e ideologia, apresentar múltiplos exemplos de como são manifestados na atualidade e apresentar argumentos que expliquem fenômenos de nossa sociedade, o tema desta pesquisa foi evidenciado e é possível compreender os processos formativos do civismo brasileiro. Mediante o exposto, compreende-se que os processos coloniais e suas marcas, a religião, os valores familiares, a mídia e, no geral, as interações sociais formaram o que conhecemos por civismo brasileiro. Existe certa dificuldade em conceituar o que é o civismo brasileiro, já que existem diversos civismos brasileiros. Considerando civismo como um código de ética, é evidente que há um código de ética geral para a sociedade brasileira (não estacionar na vaga de idosos ou de pessoas com deficiência caso você não pertença a esses grupos, demonstrar respeito à bandeira nacional, etc.). No entanto, pelo processo formativo do civismo ser abrangente e extremamente subjetivo, cada indivíduo, família, região, etc. terá o seu próprio conceito de civismo, suas próprias normas de como agir em sociedade. Durante a pesquisa e orientações pedagógicas, diversas situações-problema surgiram, a maioria com o mesmo viés: manipulação em massa, alienação, discursos propositalmente falaciosos, “dominação perfeita”, entre outros. Essas problemáticas indubitavelmente são causadas por problemas estruturais e de longa duração, por isso a dificuldade em encontrar medidas de intervenção imediatas. A aplicação correta da ética na educação e o desenvolvimento eficaz das habilidades em ciências humanas desde a educação básica surgem como propostas para evitar as situações-problema supracitadas, no entanto, em longo prazo, visto que a educação é um processo longo e, nesse caso, a eficácia necessária não é acessível a todos.

Palavras-chave: Civismo; Interacionismo Simbólico; Ideologia.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM / CNPq / UNIVALI



RECURSOS DIGITAIS INTERATIVOS PARA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA SURDA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Victor André Oliveira de Arruda, Ewerton Eyre de Morais Alonso.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Desenho Industrial - Desenho de Produto

O letramento de crianças surdas, que se mostra um grande desafio para os educadores, é uma área de grande potencial para pesquisas e desenvolvimento de aplicações, mas exige constante inovações na experiência do usuário, para além das tradicionais, adequando as respostas dos sistemas computacionais às entradas de usuários, principalmente as crianças surdas e seus processos de interação com o mundo por meio da comunicação através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e a promoção de seus aprendizados a partir do uso de tecnologias. Recentemente, tem-se constatado que a tendência pelo desenvolvimento de jogos e aplicações digitais com o uso de interfaces naturais e Realidade Virtual tem sido crescentes, possibilitando novos conceitos e abordagens pedagógicas na forma como se aborda em sala de aula os conteúdos educacionais, ampliando as perspectivas de ensino para este público. Diante deste contexto, esta pesquisa teve como propósito o projeto de um mundo digital lúdico, interativo e multiplataforma, utilizando-se da Realidade Virtual para instigar o aprendizado do ensino básico de LIBRAS e/ou português, tendo como público-alvo crianças surdas do ensino fundamental. Buscou-se, desta forma, facilitar a transposição das dificuldades associadas ao ensino-aprendizagem das duas línguas, através de um ensino leve, imersivo e interativo, utilizando conceitos de minijogos, animações e de um mapa de exploração onde os estudantes serão inseridos. Para tal projeto, utilizou-se as metodologias de *Design Science Research* e gamificação. Projetou-se um jogo com nove módulos com níveis para exploração, com estratégias de ensino-aprendizagem baseados em desafios escalonados dentro de uma curva de aprendizagem crescente, no tempo da criança e com formas diversificadas de apresentação dos conteúdos, proporcionando à criança um aprendizado cativante e estimulante. Também foi desenvolvido um estudo para compreensão da estrutura de suporte tecnológico necessário para que o produto possa ser acessível a diversos dispositivos tecnológicos, tais como celulares, computadores e tablets, além de estudo da viabilidade técnica e econômica de desenvolvimento dessas tecnologias e dos processos de design necessários para concepção do produto tema deste trabalho. O jogo projetado se passa em um mundo fictício em 3D, em primeira pessoa, que deve ser explorado pela personagem principal, com o objetivo de expandir seus conhecimentos. Conforme o mundo é explorado, a personagem realiza registros em uma caderneta de lembranças, onde também ficam registrados os novos sinais que ela aprende, formando um dicionário pessoal. Foram criados mentores para auxiliar e conduzir a personagem, bem como explicar os termos apresentados, com a finalidade de guiar os estudantes pela busca do conhecimento. Os módulos foram projetados em níveis com temáticas de



cores, números, fauna e flora, brincadeiras e alimentos. Ao longo dos nove níveis de aprendizagem, o personagem vai avançando pelos módulos conforme completa os ciclos de ensino. Estes níveis são representados por livros, que ficam em uma prateleira, em um ambiente de registro de processo, que apresenta as conquistas e trilhas de aprendizagem já percorridas. Finalmente, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, foi possível o aprofundamento dos conhecimentos envolvidos, identificando, testando e aplicando metodologias e técnicas para contribuir no processo de ensino-aprendizagem de LIBRAS e português, proporcionando as crianças surdas um ambiente lúdico e de aprendizado baseado em Realidade Virtual, resultando em novos caminhos para a criação de jogos digitais que proporcionem novas possibilidades de um ensino-aprendizagem mais diversificado, amplo e inclusivo, que converse verdadeiramente com a pluralidade humana e promova a equidade educacional.

Palavras-chave: Recursos digitais interativos; Criança surda; Realidade Virtual e Aumentada.
Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



PUBLICAÇÕES E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO CONTEXTO DOS ODS.

Víctor Eliézer de Medeiros, Tatiani Schmitt, Anete Alberton.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Administração - Ciências Contábeis

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) formam um conjunto de 17 objetivos e 169 metas a serem cumpridos para que se concretize a preservação do planeta e seus direitos. Os negócios sociais podem auxiliar no desenvolvimento sustentável, com o papel de promover a mudança cultural e minimizar os problemas sociais. O objetivo geral do projeto foi analisar práticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em negócios sociais, dando suporte ao GESeG – Grupo de Estudos em Sustentabilidade e Gestão em suas pesquisas. O projeto é desenvolvido em duas etapas distintas: análise bibliográfica em bases de referências nacionais como Spell e SciELO e bases internacionais como Scopus e Web of Science, na investigação da produção científica nacional e internacional sobre os temas ODS e negócios sociais. A segunda etapa consiste em levantar práticas relacionadas aos ODS desenvolvidas e divulgadas por negócios sociais da região sul do país. Com uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa) a pesquisa é classificada como descritiva quanto ao seu objetivo e bibliográfica e documental com relação aos procedimentos utilizados. A estratégia adotada para a coleta de dados da primeira assume critérios bibliométricos e para a segunda se trata de pesquisa documental pública, através dos sites dos negócios sociais identificados; a análise dos dados será através de análise de conteúdo. Dentre os resultados, buscou-se identificar como os ODS e os negócios sociais têm sido abordados nas pesquisas em gestão, com foco neste objetivo, que sirvam de estímulo para outros negócios. Foram identificados 62 artigos relacionados aos temas negócios sociais (Social business, Social enterprise e Social entrepreneurship) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Sustainable Development Goals). Esses artigos foram localizados e baixados na íntegra, porém, não se obteve acesso a 4 artigos, os quais não fizeram parte dos fichamentos e dos resultados do projeto. Porém, 58 artigos foram analisados e fichados, visto que não foi possível o acesso aos demais. Os fichamentos realizados estão servindo de base para os estudos do grupo GESEG. Em relação a metodologia de pesquisa, identificou-se que a maioria dos artigos pesquisados são de abordagem quantitativa (72%), apenas 28% dos artigos possuem abordagem qualitativa. A revista Sustainability foi a que mais apareceu com artigos publicados sobre a temática (12 artigos). Espera-se que esses resultados sirvam de subsídio para novos estudos e para avanço do conhecimento em negócios sociais e nos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Negócios sociais, Empreendedorismo social, Desenvolvimento sustentável, Objetivos de desenvolvimento sustentável..

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI

Realização



Vice-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Extensão

XXI SEMINÁRIO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
X Mostra Científica de Integração
Pós-Graduação e Graduação

4, 5 e 6 de Outubro de 2022



Apoio





CONVENIAMENTO ENTRE SME (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO) E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARTICULARES DE ITAJAÍ: CONHECENDO ESSE ATENDIMENTO PARA 2022

Victor Hugo Borinelli da Silva, Valeria Silva Ferreira.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Educação - Tópicos Específicos de Educação

No contexto mundial o fenômeno de privatização da educação pública tem ocorrido sob diferentes configurações, esta é uma evidência trazida por pesquisas produzidas no Brasil. Com o advento da municipalização do ensino fundamental e as possibilidades do FUNDEB e outros motivos não identificados, levam as secretarias municipais a aderirem a parcerias educativas com instituições privadas. Atualmente a estratégia utilizada para os governos municipais atenderem a demanda reprimida de vagas na Educação Infantil é a compra de vagas nas instituições particulares. Os municípios lançam edital e as escolas são selecionadas e as crianças passam a frequentar essas escolas. Como está tal situação no Município de Itajaí? Acreditamos que esta pesquisa contribuirá também com a compreensão dos impactos de decisões políticas e as consequências das parcerias 2 público-privadas estabelecidas na administração pública municipal nas escolas de Itajaí. Estas são outras questões são fundamentais neste estudo, qualitativo, documental. As informações serão coletadas nos documentos obtidos nos sites da Secretaria Municipal de Educação de Itajaí, partimos do pressuposto que a pesquisa qualitativa visa uma compreensão aprofundada, holística e dinâmica da realidade e que a internet é um artefato cultural, produtora e disseminadora de discursos. Neste sentido, utilizamos como fundamento para a análise dos elementos encontrados na coleta de dados, os trabalhos desenvolvidos por autores da Sociologia Crítica. O que nos fez refletir de forma profunda sobre como as políticas, reformas, inovações, são racionalizadas e utilizadas para (re) organizar o Estado e trazer as normas do privado para o público com agilidade e de forma eficaz. Os documentos analisados foram: credenciamento de centros de educação infantil do ano 2017, recredenciamento do ano de 2019, entrevistas com o prefeito Volnei Morastoni, disponibilizadas nos sites da Secretaria Municipal de Educação de Itajaí, de Itajaí e outras informações sobre o credenciamento disponibilizadas neste site e por meio de solicitação da Lei do Acesso a Informação, LAI nº 8751. Foi possível verificar a crescente atuação privada como auxiliar do setor público, embora este falhe em diversos pontos, especialmente, no tocante à influência política dos governos sobre a disponibilização de vagas. Sendo o convencimento um projeto criado por meio da Lei Municipal 1.506/05, onde a referida legislação preocupava-se em regulamentar os critérios para adesão das escolas privadas, bem como, outras disposições acerca do funcionamento dessas, como alvará e licenças municipais, sem isentar o Poder Pública na fiscalização da Secretaria Municipal de Educação do município nas escolas conveniadas, mas essa fiscalização não é sistemática e há ainda muito a ser investigado a esse respeito. A princípio foram credenciadas somente 37 unidades conveniadas, até o momento de excepcionalidade, por conta da pandemia mundial.

Palavras-chave: Educação infantil. Política pública. Convênio público e privado .
Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



PERSONAGENS MULHERES NAS NARRATIVAS DOS FILMES NACIONAIS INDICADOS AO OSCAR NO PERÍODO DA RETOMADA DO CINEMA BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990

Victória Baixo Batista, Rafael de Liz Noveletto, Juliano Godoi Moreira, Rafael Jose Bona.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Comunicação - Comunicação Visual

Por três vezes o Brasil esteve presente na cerimônia do Oscar (Academy Awards), na década de 1990, ao ser indicado ao prêmio de melhor filme em língua estrangeira (atualmente chamado de melhor filme internacional) com os filmes *O quatrilho* (em 1996), *O que é isso, companheiro?* (em 1998) e *Central do Brasil* (em 1999). O objetivo da presente pesquisa foi analisar o perfil da mulher protagonista nas referidas obras. A pesquisa se classifica como documental por fazer uma análise a partir de interpretações dos dados coletados sem a interferência dos pesquisadores. Os documentos que nos referimos foram os próprios filmes. A abordagem é qualitativa e a técnica utilizada foi a de análise fílmica da corrente de Manuela Penafria (2009). Os filmes foram assistidos duas vezes cada um e foram analisadas as peculiaridades de composição de personagem, conforme Syd Field (2001): elementos físicos, sociais, psicológicos, ambientação de cena, entre outros. Por meio da análise de *O quatrilho* (1995, Fábio Barreto), podemos considerar que Pierina (Glória Pires) representa um estereótipo de mulher para a época e, mesmo com pouca voz na sociedade, apresenta um caráter forte e não aceita os acontecimentos com resignação, se tornando uma mulher ativa em situações mais delicadas. Fatos que podem ser comprovados com seu enfrentamento na cena com um padre. Além disso, suas vestes, religiosidade, dedicação familiar (seja para a casa ou para a família), expressões e atitudes em relação aos fatos remetem a imagem de uma mulher descendente de italianos da época que o filme retrata (início do século XX, no Rio Grande do Sul). Em *O que é isso, companheiro?* (1997, Bruno Barreto), não existe necessariamente uma protagonista feminina, mas, duas personagens, Renée (Cláudia Abreu) e Maria (Fernanda Torres), também influenciam muito no tom da trama. Maria é apresentada como a chefona, sem misericórdia, mas que aos poucos se mostra tão humana quanto os outros companheiros, e tão afetada pelo medo e angústia como qualquer outro. Ela está lá para mostrar a pressão da causa pesando nos ombros. Renée, no entanto, começa nervosa e sem confiança, apenas seguindo regras, mas se mostra disposta e dedicada à causa. Ela não perde a compostura e continua leve mesmo no meio do caos. Renée representa a bondade no grupo sendo a pessoa que o embaixador sequestrado mais simpatiza, já que ela sempre o trata com respeito e educação. Por fim, em *Central do Brasil* (1998, Walter Salles), a personagem Dora (Fernanda Montenegro, indicada para o Oscar de melhor atriz por esse filme) tem forte presença e condução de toda a trama principal. Ao fim da análise podemos perceber que Dora se apresenta de forma coerente na narrativa do ato I no qual se apresenta a personalidade e sua função na história; seguido pelo ato II, no qual ocorre a confrontação e no ato III em que se vê a resolução dos conflitos iniciados no primeiro



ato. Como principal resultado podemos constatar que todas as personagens analisadas possuem uma personalidade forte nas narrativas por conduzirem, de forma coerente, suas funções dentro da trama, auxiliarem na resolução do conflito principal e amadurecem suas personalidades em todo o contexto narrativo.

Palavras-chave: Cinema; mulheres; Oscar.

Programa UNIEDU - Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



A LITIGÂNCIA CLIMÁTICA COMO ALTERNATIVA CIDADÃ DE ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Victoria de Oliveira da Rosa, Charles Alexandre Souza Armada.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Ciência Política - Política Internacional

Tendo como ponto de partida o processo em curso de mudança climática global, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a litigância climática como alternativa de 'práxis' política no sentido de garantir, pela via judicial, o cumprimento dos compromissos assumidos em acordos climáticos internacionais, particularmente o Acordo de Paris, celebrado no ano de 2015. A metodologia utilizada foi o método indutivo por meio da técnica da pesquisa bibliográfica, assim como do fichamento, do referente e dos conceitos operacionais. A mudança do clima já se apresenta como uma realidade e as perspectivas mostram-se ser assustadoras para o futuro. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019, apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o mundo pode viver uma catástrofe ambiental em 2050. Conforme o texto divulgado, os desastres naturais têm se intensificado em todo o mundo, tanto em frequência quanto em intensidade, causando grandes danos econômicos e perdas humanas. A mudança climática é, portanto, um dos desafios mais complexos deste século e, considerando-se suas características transfronteiriças, nenhum país está imune aos impactos que poderão surgir. Tendo como objetivo primordial a estabilização do sistema climático global e a mitigação dos impactos que as mudanças climáticas podem determinar, o regime internacional de mudanças climáticas, organizado no âmbito do Sistema das Nações Unidas, constitui um arranjo institucional dinâmico representado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas, criada durante a ECO-92, e, desde 2015, pelo Acordo de Paris, acordo climático celebrado durante a 21.ª Conferência das Partes em Paris. O desafio das mudanças climáticas é uma dificuldade imposta a todos os países. Embora alguns países tenham mais e melhores condições para enfrentar esse desafio, ressalta-se que as responsabilidades para minimizar os efeitos que já se fazem sentir são de todos os países. Nesse sentido, uma análise relacionada com essa alternativa de enfrentamento às consequências determinadas pelo aquecimento global pode configurar um verdadeiro divisor de águas no combate ao aquecimento planetário e suas consequências. Em termos de contenciosos vitoriosos relacionados com as mudanças climáticas, o primeiro marco histórico ocorreu em 2015 quando um tribunal do distrito de Haia, na Holanda, ordenou que o Estado holandês reduzisse as emissões de gases de efeito estufa no país em pelo menos 25% até 2020, comparado a 1990, dando razão à ONG ambiental Urgenda, que deu origem ao processo judicial. Depreendeu-se da pesquisa efetuada que o aquecimento global e as mudanças climáticas decorrentes da interferência antropogênica são pautas universais que clamam uma discussão séria, urgente e eficaz, entre o Poder Público, as organizações internacionais, o setor científico, empresarial e a sociedade. Não há como perseverar a apatia para regulamentação, implementação e fiscalização das emissões de gases de efeito estufa e atenuação das mudanças climáticas. A litigância climática apresenta-se como uma estratégia promissora para compelir e impulsionar as grandes empresas, indústrias e, principalmente, o Poder Público em sua função legislativa e executiva, a assumirem e se responsabilizar pelo controle e impactos do aquecimento global antropogênico e mudanças climáticas. A litigância climática tem o condão de, além de pressionar e/ou obrigar os países a um comportamento alinhado com os objetivos do Acordo de Paris, inaugurar uma nova fase no combate àquele que é considerado um dos maiores desafios que a humanidade já enfrentou.

Palavras-chave: 1. Litigância Climática; 2. Mudanças Climáticas; 3. Acordo de Paris.
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC / CNPq/ UNIVALI



EDUCAÇÃO, GÊNERO E CONSUMO MIDIÁTICO JUVENIL EM SEX EDUCATION

Vitor Paganelli, Rafael Jose Bona.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Comunicação - Comunicação Visual

A pesquisa teve por objetivo analisar a narrativa da primeira temporada da websérie *Sex education* (Netflix, 2019). O tipo de pesquisa se classifica como documental de caráter qualitativo no qual se utiliza a técnica de análise de conteúdo. O produto audiovisual foi analisado por meio de três dimensões: gênero, valores educacionais e consumo midiático. As dimensões interagem entre si apoiando-se muitas vezes na ingenuidade do jovem para discorrer de forma responsável sobre temas complexos do cotidiano adolescente. As discussões tomam lugar em diferentes contextos: individual, familiar, escolar e das amizades. Sobre gênero, depreende-se que as tramas giram em torno da expressão de gênero. A série aborda o medo e o preconceito em casa e na escola sofrido por alguns personagens por conta de seus comportamentos desviantes em relação ao gênero. É nessa circunstância que é explorado a convivência feminina, introduzindo conceitos sobre competitividade entre mulheres e sororidade. Isso permite que o público juvenil, principalmente, o feminino, trace um paralelo com sua realidade e possa aprender sobre formas de resistência a mecanismos de opressão e violência de gênero. Na dimensão educacional foram abordados diversos temas que confirmam a complexidade do ambiente escolar e apontam essa instituição como uma das estruturadoras das relações sociais na juventude. Também foi explorada a educação no seu aspecto informal em ambientes familiares estruturados (rígidos e flexíveis) e desestruturados. Além de se manter imparcial sobre qual dos ambientes é o mais adequado para a formação do indivíduo, a narrativa representa positivamente o autodidatismo de jovens em famílias desestruturadas. Valorizar essa situação é romantizar a dificuldade dos adolescentes em vulnerabilidade social, afirmando que o seu sucesso independe de qualquer questão externa ao seu esforço, dando lugar à desigualdade da meritocracia. E, sobre o consumo midiático juvenil, *Sex education* faz uma interessante representação do elo entre o real e o digital. Por esses espaços serem interpretados pelos personagens como indissociáveis, a presença digital torna fundamental a socialização e manutenção do status quo, apontando o fator social incluyente ou excluyente do consumo midiático. Fugir do padrão de consumo massificado poderia significar ser privado de uma vida social plena. É assim que a narrativa da websérie apresenta a função social do fenômeno da viralização, utilizada para humilhar alguém que representa uma ameaça ao restabelecimento da hierarquia social. Outrossim, a série fez um bom aproveitamento do espaço e visibilidade que a plataforma Netflix representa, pois insere de maneira agradável e gradual reflexões complexas acerca do desenvolvimento juvenil. Apesar disso, em alguns momentos, a narrativa não se posiciona coerentemente com debates progressistas que ela mesma suscita. De qualquer forma, assistir a *Sex education* é ótimo para aguçar o senso crítico



e refletir sobre questões sociais maiores como o igualitarismo, um exercício indispensável para o público jovem. Algumas limitações foram enfrentadas pelo presente trabalho: durante a primeira temporada, algumas tramas permaneceram sem respostas, deixando que a análise ficasse incompleta por conta de narrativas que se desenrolariam ainda nas próximas temporadas. Mesmo assim, as discussões presentes neste estudo implicam possíveis desdobramentos dos objetos de análise. Deixa-se de sugestão que sejam estudados tópicos como valores atribuídos ao autodidatismo na mídia e a romantização da meritocracia na educação. Também é possível que sejam desenvolvidos estudos acerca do papel do consumo midiático e da viralização na formação identitária de adolescentes.

Palavras-chave: Educação; Mídia; Netflix.

Programa de Bolsas de Pesquisa do Art. 171 /FUMDES / UNIEDU / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



AS IMAGENS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVALI - ITAJAÍ: IDENTIDADES E SEUS ENSINAMENTOS.

Vitória Aparecida de Souza, Kleicer Cardoso Rocha.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Geografia - Geografia Humana

O presente projeto de iniciação científica realizou uma interpretação das imagens nos livros didáticos do 3º ano do Ensino Médio, sobre as categorias de países "desenvolvidos/subdesenvolvidos/emergentes", "espaço urbano/espaço rural", "paisagem natural/modificada", "imagem brasileira/estrangeira", "questões ambientais/questões humanitárias" e "diversidade da população brasileira" nas imagens presentes nos livros didáticos, material da Editora Positivo, de Geografia do Ensino Médio do CAU de Itajaí. Buscamos debater e examinar as relações entre poder e produção de significados a partir das imagens postas nos livros didáticos do 3º ano do Ensino Médio, com base nos estudos teóricos da Geografia Cultural e Humanista. As inúmeras investigações demonstram que essas imagens produzem significados por meio de várias referências e que formam uma identidade nas/nos estudantes. Sendo perceptível a padronização, o que demonstra que as identidades apresentam significados fixos, cristalizados e universais, predominando uma homogeneização. Na atualidade vivemos em uma era midiática, onde é inquestionável a importância das imagens nos livros didáticos, e por isso, não podemos ignorar o seu uso no processo educacional, bem como a sua utilização como recurso metodológico para a aprendizagem dos conteúdos de geografia (ZATTA, AGUIAR, 2008), Além de ZATTA, AGUIAR, 2008), foram utilizados como referência teórica GIRÃO, LIMA (2013); GOMES, MIRTES (2019). Assim, desenvolvimento metodológico se dá com a pesquisa bibliográfica sobre a temática com os/as autores/as citados: compreendendo o significado das imagens nas categorias geográficas e suas identidades, bem como com as análises dos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio do CAU - Itajaí, 3º ano. Assim, espera-se com o presente trabalho, a partir dos dados coletados, identificar a importância que as imagens apresentam na formação das/dos estudantes/estudantes do CAU de Itajaí para uma formação reflexiva, crítica e conscientizadora das múltiplas realidades de conformidade com a BNCC. No decorrer da pesquisa realizada, percebemos que a grande maioria analisa a relação com o conteúdo e defende o uso das imagens no aprendizado como um meio de, principalmente, compreender, assimilar, visualizar e contextualizar, além de facilitar a aprendizagem e entendimento do tema. Muitos expõem também que consideram haver imagens que induzem ou reforçam preconceitos e estereótipos. O que chama a atenção, tendo em vista que a intenção das figuras é de justamente abranger diferentes vivências e mostrar para o estudante a diversidade da população, de realidades, de culturas e de raças. Entre os 70 (setenta) estudantes entrevistados, das 4 turmas de 3º ano, constata-se que 78,6 % defendem que o papel exercido pelas imagens do livro didático pode ser considerado educativo. Já 10% consideram o papel estético crítico. Ou seja, a grande maioria acata a ideia de que as imagens presentes nos livros servem para educar e não apenas como ilustrativo (8,6%). Já em relação a representatividade das imagens, os resultados apontam que 64,3% considera satisfatória a representatividade social, seguido de 60% que aponta a representatividade de classes sociais como a mais expressa quando se trata de representatividade. Quanto à questão racial, podemos perceber que não houve o mesmo destaque, pois foi citado por apenas 34,3 % das/dos estudantes, o que se repete para a questão de gênero, pois teve menor citação, com 28,6 %. Com os dados apresentados, podemos perceber, que apenas as imagens, não dão conta de contextualizar a múltipla realidade, e principalmente para propor o debate da diversidade das populações, por isso, se faz necessário, que em sala de aula, a problematização aconteça, para que haja um melhor processo de ensino-aprendizado.

Palavras-chave: Livro didático de Geografia, imagens, identidade, CAU Itajaí..

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM / CNPq / UNIVALI



ENVELHECIMENTO COM QUALIDADE DE VIDA: A PERCEPÇÃO DAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA UNIVERSIDADE DA CRIATIVA IDADE

Viviane Camargo Caetano, Luz Clarita Falcão Alves, Karina Elisa Machado.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Educação - Tópicos Específicos de Educação

Os censos populacionais demonstram que a população mundial está envelhecendo, a faixa etária de pessoas 65 anos ou mais cresce rapidamente. E segundo dados da ONU em 2018, pela primeira vez na história, pessoas com 65 anos ou mais superaram em número as crianças menores de cinco anos no mundo. Em 2014 a OMS já fazia essa previsão para 2020, entretanto está já foi alcançada em 2018. Neste contexto, diversos autores relatam que envelhecimento traz consigo inúmeras dificuldades, principalmente as questões de fragilidade, tanto física quanto emocional. Observa-se que a necessidade de retardar o envelhecimento natural do corpo, nada mais é, do que uma forma de não se sentir excluído ou desútil ao meio em que se vive, uma necessidade por atenção e apreço que está presente em todos os seres humanos, mas mais evidenciada na velhice. Neste cenário atividades motivacionais e projetos em grupo como o Universidade da Criativa Idade aumentam a qualidade e a expectativa de vida, repercutindo em diversos aspectos da sociedade, em especial na formação de futuros profissionais e na prestação de serviços de qualidade para a população idosa. A Universidade da Criativa Idade, é um programa de extensão, criado em 2015, com o objetivo de auxiliar a comunidade através da troca de conhecimentos. O programa tem como principal objetivo “possibilitar a população em processo de envelhecimento, acima de 50 anos, a aprofundar seus conhecimentos em áreas relacionadas à cultura e turismo, arte e design, bem-estar e beleza, novas tecnologias, história da arte e do design de interiores, psicanálise e inteligência emocional, moda e estilo, empreendedorismo criativo e ao mesmo tempo trocar informações e experiências com a comunidade acadêmica”. Visando ampliar a qualidade dos serviços prestados, e as oportunidades de formação profissional advindas da extensão universitária, neste projeto objetivou-se compreender os impactos, na qualidade de vida, trazidos pelo programa Universidade da Criativa Idade. Após um levantamento teórico sobre a Universidade da Criativa Idade foi elaborado um questionário eletrônico que foi aplicado as participantes do projeto (Número do Parecer do Comitê de Ética: 4.270.284). Resumidamente destaca-se que a pesquisa contou com 29 participantes, com idade que variava entre 18 e 71 anos. Destes, 89,7% eram do sexo feminino, e a maioria possuem ensino superior e pós-graduação. Em relação ao primeiro contato com o Programa de Extensão da Universidade da Criativa Idade da Univali, 58,6% dos entrevistados responderam ter conhecido o Programa através de indicação de amigos; 13,8% pelo projeto de extensão Univida; 13,8% pelas redes sociais e 13,6% por outros meios, que incluem folder e pesquisa pela internet. A maioria dos participantes (53,8%) relatou participa do programa desde 2019, porém temos uma parcela de participantes (15,4%)



que está no programa desde seu início, no ano de 2015. Em relação a interação, a maioria dos participantes (44,8%) acredita ter uma excelente interação como colegas e professores, mesmo no meio virtual e avalia sua interação com a equipe também como excelente (58,6%). Em relação a sua motivação, para as oficinas virtuais, todos os entrevistados consideram está excelente (65,5%), boa (24,1%) ou razoável (10,3%). Quando questionados se existia alguma limitação física ou emocional que prejudicasse uma participação nas aulas, 72,4% responderam que não, porém alguns destacam que preferem os encontros presenciais, aqui destaca-se que devido a pandemia estes estão sendo virtuais. A maioria dos participantes relata se sentir confortável e respeitado no ambiente virtual (82,8%), porém aqui novamente alguns destacam que sentem falta dos encontros presenciais. Em relação a sua participação nas atividades ofertadas pelo programa, a maioria relata como excelente (51,7%) ou boa (37,9%), que gosta das variedades da temática (93,1%) e que acredita muito (65,5%) ou muitíssimo (17,2%) que as atividades desenvolvidas, melhoraram sua qualidade de vida. Em conjunto esses dados demonstram que o Programa de Extensão Universidade da Criatividade, contribui para a qualidade de vida dos participantes. Destaca-se que esses dados colhidos foram compilados, discutidos e através destes foi elaborado um artigo científico que encontra-se como aceito em uma revista científica.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Universidade da Criativa Idade; Envelhecimento saudável. Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



RECURSOS DIGITAIS INTERATIVOS PARA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA SURDA NO ENSINO FUNDAMENTAL POR MEIO DE REALIDADE VIRTUAL, REALIDADE AUMENTADA E INTERFACE NATURAL EM HARDWARE DE BAIXO CUSTO

Wellington Israel Pires Fagundes, Ewerton Eyre de Moraes Alonso.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Desenho Industrial - Desenho de Produto

O uso de tecnologias para auxiliar alunos com deficiência auditiva têm sido objeto de estudo por meio de diversos trabalhos de pesquisa e resultam em produtos que acompanham o desenvolvimento tecnológico e a inovação do ensino em sala de aula. O envolvimento de alunos surdos com professores e demais alunos ainda necessita de soluções inovadoras que contribuam para qualidade do ensino. A Realidade Virtual (RV) e Aumentada (RA) e os dispositivos de interface natural são tendências inovadoras na educação. Diante deste contexto, este projeto teve como objetivo o desenvolvimento de recursos interativos como alternativa para proporcionar novas perspectivas de aprendizado por meio da experiência lúdica, imersiva e interativa. Partindo deste princípio, foram realizadas análises de técnicas e novos dispositivos de RV, RA e de interface natural, buscando aliar hardware de baixo custo na criação de recursos digitais interativos, por meio do desenvolvimento de estratégias, ações e produtos, que viabilizem o envolvimento de alunos surdos com professores e demais alunos da educação básica por meio de metodologias e tecnologias inovadoras para contribuir na qualidade do ensino, ampliando a interatividade e o dinamismo entre esses atores. A metodologia utilizada se pautou no Design Science Research que legitima o desenvolvimento de artefatos como um meio para se produzir conhecimento científico. Utilizando computadores pessoais e o dispositivo de interface natural Leap Motion, foram estudadas modelagens de assets de baixo polígonos para otimização de performance, sem perda de qualidade gráfica, resultando em ganho de performance em computadores de baixo processamento. Após esta etapa, foi desenvolvido um jogo para letramento de crianças surdas utilizando o hardware Oculus Quest 2 e a engine Unity 3D, e o mesmo jogo foi portado para a plataforma PC com o acoplamento do Leap Motion. O jogo consiste na formação de palavras associando letra do alfabeto da língua portuguesa e de sinais em LIBRAS, e numa inteligência artificial para avaliar se a palavra formada está certa ou errada. Com o desenvolvimento desta pesquisa foi possível aprofundar os conhecimentos da equipe de projeto, compreendendo melhor a complexidade envolvida no processo de desenvolvimento de jogos para auxílio ao letramento de crianças surdas usando realidade virtual, bem como a experiência lúdica, a diversão, a imersão, a interação e a adequação de respostas às entradas do usuário por meio do uso de gestos da mão utilizando o sensor Leap Motion e o Oculus Quest 2. Foi possível identificar, testar e aplicar o Leap Motion para que as interações desenvolvidas fossem realizadas a partir de gestos próximos do natural. Já o Oculus Quest 2 proporcionou o realismo e imersão esperados. Também foi possível compreender o processo de desenvolvimento de uma experiência imersiva e interativa e a adequação de respostas às entradas do usuário por meio do uso de gestos da mão do usuário e como o computador reconhece e delinea tais gestos. Os resultados obtidos proporcionaram novas possibilidades de aprendizagem com os jogos desenvolvidos.

Palavras-chave: realidade virtual; jogos; educação;

Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI



IMAGENS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL II DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVALI - TIJUCAS: IDENTIDADES E SEUS ENSINAMENTOS.

Yorranna Feller Rosa, Kleicer Cardoso Rocha.

Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Geografia - Geografia Humana

Este projeto de iniciação científica buscou realizar uma leitura sobre o significado de ser país "desenvolvido" ou "subdesenvolvido", "espaço urbano" ou "espaço rural", e a "composição da população brasileira", nas imagens presentes nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental II do CAU de Tijucas. No decorrer do fichamento das imagens acrescentamos novas categorias, sendo elas: ONGS; Lideranças históricas; paisagens naturais ou modificadas; questões ambientais; Geopolítica; questões sociais (saúde, educação, mobilidade, imigrantes, refugiados, trabalho). Buscamos debater e examinar as relações entre poder e produção de significados a partir das imagens postas nos livros didáticos do 6º ano ao 9º ano, do Colégio de Aplicação da Univali - Campus Tijucas, com base nos estudos teóricos da Geografia Cultural, sendo usado as apostilas da Editora FTD. As inúmeras investigações demonstraram que essas imagens produzem significados por meio de várias referências e que formam uma identidade nos estudantes, nas palavras de Lima Girão (2013) apresenta que "as imagens são exemplos de material visual que tornam os textos complementares no processo de ensino-aprendizagem, porém não dispensáveis". No entanto, é perceptível a padronização, o que demonstra que as identidades apresentam significados fixos, cristalizados e universais, predominando uma homogeneização. O desenvolvimento metodológico se deu com pesquisa bibliográfica sobre a temática: o significado das imagens nas categorias geográficas e identidades, com leituras de TONINI (2003, 2013), GOMES, LIRA (2019), HAESBAERT (1999), GIRÃO (2013), bem como a formulação de um questionário semiestruturado aplicado nas turmas do Ensino Médio, e as análises dos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental II do CAU - Tijucas, sendo 805 imagens. Assim, com o presente trabalho, a partir dos dados coletados, identificamos a importância que as imagens apresentam na formação dos estudantes e das estudantes do CAU de Tijucas para uma formação reflexiva, crítica e conscientizadora das múltiplas realidades. De acordo com as respostas que obtivemos dos questionários, conseguimos colocar em evidência a perspectiva dos/das estudantes, sobre como as imagens os auxiliam no entendimento do texto teórico e na sua própria construção de conhecimento, de acordo com as respostas, mais de 84% dos estudantes já foram beneficiados com a compreensão dos conteúdos por meio das imagens presentes nos livros didáticos. Com o estudo e a classificação das 805 imagens que retiramos das apostilas, apontamos que em relação a representatividade das populações, a população negra há baixa representatividade, eles aparecem mais nas imagens do período da escravidão e não tanto na atualidade fora do contexto africano. Além de mostrar muitas populações de tribos, nos fazendo imaginar que o continente possui pouco desenvolvimento relacionado às indústrias e tecnologia. Ademais, nos capítulos que remetem a África aparece mais vegetação e animais do que população, enquanto na Europa mais seres humanos. Ainda para 69,7% das respostas obtidas pelos/as estudantes, os/as mesmas/os viram pouca representatividade nas imagens. Com relação ao nível de desenvolvimento dos países, 87,9%, conseguiram relacionar a expectativa de vida com os países desenvolvidos. Ainda, 54,5% conseguiu fazer a associação das imagens sobre os espaços urbano/rurais, de forma incompleta. Podemos perceber que ainda falta uma diversidade maior de representatividade nas imagens dos livros didáticos, pois há uma repetição de um mesmo contexto social.

Palavras-chave: Livro didático de Geografia, imagens, identidades, CAU Tijucas..

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM / CNPq / UNIVALI